



COLETÂNEA DE ARTIGOS

EDIÇÃO ESPECIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – CEPRO

cartaCEPRO

Carta CEPRO Teresina v. 32 n. 2 p. 1-141 julho/dezembro 2021



GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA
Maria Regina Sousa

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO
Rejane Tavares Silva

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – CEPRO
Liége de Souza Moura

DIRETORA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – DEES
Rebeca Maria Nepomuceno Lima

DIRETOR DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO – DEI
Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho



CARTA CEPRO – Publicação periódica criada em 1974.

CONSELHO EDITORIAL

Me. Antonio José Castelo Branco Medeiros

Me. Eliana Morais de Abreu

Me. Elias Alves Barbosa

Esp. José Manuel M. R. S. Moedas

Dr.^a Liége de Souza Moura

Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Dr. Marcelo de Sousa Neto

Dr. Samuel Costa Filho

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Me. Antonio José Castelo Branco Medeiros

Prof.^a Dr.^a Bartira Araújo da Silva Viana

Prof.^a Dr.^a Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Prof. Dr. Francisco Prancacio Araújo de Carvalho

Prof.^a Dr.^a Iracilde Maria Moura Fé Lima

Prof. Dr. José da Cruz Bispo de Miranda

Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Prof.^a Dr.^a Romina J. S. P. de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Manuela Nunes Leal

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

NORMALIZAÇÃO

Adriana Melo Lima

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Lis Andrade Melo

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Carta CEPRO, Teresina, Fundação CEPRO. v. 1– nov. 1974.

“Periodicidade semestral”

ISSN 0101-5532

A publicação não circulou nos anos de 1979, 1985, 1989-90, 1992-93, 1996-98, 2004, 2006, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2014.

1. Situação socioeconômica – Piauí – Periódicos.

2. Economia do Piauí – Periódicos.

I. Superintendência CEPRO/SEPLAN.

CDU 308 + 338(812.2)(05)

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que mencionada a fonte. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência CEPRO/SEPLAN.

SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro-Sul – CEP 64001-490 – Teresina – Piauí

Telefone: 86 3221-3580

E-mail: ascom@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

EDITORIAL

A Revista CARTA CEPRO é uma publicação estruturada com artigos técnico-científicos produzidos por estudiosos, especialistas e pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento das Instituições de Pesquisa e Academias.

A relevância desta publicação está na produção de artigos de forte conexão com os aspectos econômicos, sociais e ambientais, enriquecendo o acervo bibliográfico do Estado do Piauí, além de servir como ponte entre a Academia e o Poder Público.

Publicada desde 1974, é inegável sua contribuição para a produção de conhecimentos técnico-científicos, disponibilizando aos seus leitores amplas e variadas informações no campo das pesquisas e ainda incentivando a elaboração de ensaios sobre o Piauí em diversos temas.

A Revista CARTA CEPRO, edição 32, v. 1 e 2 “Coletânea de artigos” é uma reedição de estudos e pesquisas de referência nos temas apresentados e marcam a trajetória dos pesquisadores da Fundação CEPRO e de outras Instituições com suas contribuições nos estudos socioeconômicos do Piauí.

Os artigos apresentados foram mantidos na sua originalidade, efetuando-se, apenas, a atualização ortográfica e, em alguns casos, feitas as adequações às normas da ABNT.

A vocês, leitores, que desejam informações sobre o Piauí no campo das pesquisas socioeconômicas, desejamos uma boa leitura.

Liége de Souza Moura
SUPERINTENDENTE DA CEPRO

APRESENTAÇÃO

A Coletânea de artigos apresentada na Carta CEPRO, nº 32.2, segue o propósito de resgatar trabalhos resultantes de estudos realizados por pesquisadores, que referenciam a análise econômica do Piauí.

O primeiro artigo, com o título “Piauí e a Divisão Regional do Trabalho no Brasil,” é de autoria do economista William Jorge Bandeira, ex-superintendente da Fundação CEPRO. O autor procura fazer uma análise do processo de desenvolvimento estadual, dando atenção especial às relações interno-externas, com objetivo de verificar a posição e as funções do Estado dentro do contexto de desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, analisa o processo de desenvolvimento do Piauí no período pós-1950, aprofundando na década de 1970, tendo em vista que nesta época ocorreram as maiores transformações no sentido da consolidação da interação do Estado à Economia Nacional.

O segundo artigo, “Espacialização da Produção do Setor Primário Piauiense (1960-1980),” de autoria do economista Gerson Portela Lima, ex-superintendente da Fundação CEPRO, objetiva analisar as mudanças estruturais do Setor Primário Piauiense no período 60-80, com ênfase nas transformações do sistema de organização social da pequena produção agropecuária extrativa do Estado. Trata-se de um texto de fundamental importância para o resgate deste Setor – polo dinâmico de desenvolvimento econômico do Piauí na atualidade, e que vem contribuir para o enriquecimento desta edição.

O terceiro artigo, “Urbanização no Piauí,” é de autoria da geógrafa Emília Maria de C. Gonçalves Rebêlo. A autora procura mostrar que o Piauí se integrou ao processo de urbanização do Brasil e que a região Norte do Estado destacou-se pela maior concentração da população urbana, apresentando uma única cidade grande, Teresina, o que evidencia sua macrocefalia dentro da rede urbana do Estado. Além do mais, pode-se observar que o processo de urbanização

piauiense trouxe uma intensa mobilização de fluxos migratórios inter e intramunicipais, que buscam, nas cidades, o suprimento de suas necessidades por bens e serviços inexistentes ou insuficientes em suas localidades de origem.

O quarto artigo, “Fluxos Migratórios e Crescimento Urbano Piauiense,” tem como autor o sociólogo Olavo Ivanhoé de Brito Baccellar. O estudo trata da suposição que a fragilidade de planejamento urbano e por conseguinte, a solução dos problemas que atingem as populações urbanas, se deram em função da falta de maiores conhecimentos sobre os problemas urbanos e as suas ligações com as transformações que ocorreram no setor rural do Estado. O autor demonstra que sem uma política global de reorganização do espaço que contemple estratégias para agricultura e para a indústria, a possibilidade de êxodo de uma estratégia voltada para o fluxo migratório e crescimento urbano não será alcançada de forma satisfatória.

O quinto artigo apresenta o título “Tensões Sociais na Zona Rural Piauiense,” de autoria das economistas Lúcia Maria Said Adad e Maria da Graça Ferreira Lima. As autoras procuram analisar as tensões sociais a partir da contestação da existência e do crescimento desses conflitos. A ideia é de melhor localizá-los de forma geográfica, detectar as causas primeiras, as formas pelas quais se manifestam, o envolvimento de organismos da sociedade civil e o comportamento do aparelho estatal, seja por meio da justiça, da polícia ou dos órgãos federais e estaduais envolvidos com os problemas fundiários.

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

Analista de Pesquisa da Superintendência de

Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO

SUMÁRIO

1. PIAUÍ E A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL <i>William Jorge Bandeira</i>	11
2. ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO PIAUIENSE (1960-1980) <i>Gerson Portela Lima</i>	37
3. A URBANIZAÇÃO NO PIAUÍ <i>Emília Maria de C. Gonçalves Rebêlo</i>	85
4. FLUXOS MIGRATÓRIOS E CRESCIMENTO URBANO PIAUIENSE <i>Olavo Ivanhoé de Brito Bacellar</i>	111
5. TENSÕES SOCIAIS NA ZONA RURAL PIAUIENSE (Anotações sobre um tema em estudo) <i>Lúcia Maria Said Adad e Maria das Graças Ferreira Lima</i>	127

1

ARTIGO

PIAUI E A DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL

WILLIAM JORGE BANDEIRA
Economista e pesquisador da Fundação CEPRO.

1 INTRODUÇÃO

O Piauí, grosso modo, historicamente passou por três fases no que concerne à sua inserção no contexto da divisão do trabalho no Brasil.

A primeira fase teve como base a produção pecuária, a qual, a princípio, apresentou características marcantes de trabalho compulsório, isto é, trabalho predominantemente escravista.

A segunda fase corresponde à inserção do Estado na divisão internacional do trabalho, em que a atividade principal foi o extrativismo vegetal (maniçoba, carnaúba, babaçu) dirigido à exportação para o exterior, onde as relações de trabalho já apresentavam caráter parcialmente monetarizado.

Por último, vem a fase atual, que se iniciou a partir dos anos 50 e evoluiu tendo como parâmetros a crise da economia extrativa e a maior integração do Estado ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Esta fase caracteriza-se pela predominância das culturas alimentícias, tocadas por pequenos produtores (parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos produtores proprietários).

É evidente que todas essas fases não são estanques, há interpenetração das mesmas, pois a pecuária e o extrativismo ainda são importantes no Estado. Logo, o que caracteriza cada fase são as relações interno-externas prevaletentes, que marcam e influenciam as demais relações econômico-sociais.

Em termos de urbanização, a primeira fase marcou um fraco desenvolvimento das cidades, pois as unidades produtoras agrárias, além de utilizarem intensivamente o trabalho compulsório, se caracterizavam por um alto grau de autossuficiência, ou seja, produziam quase tudo de que necessitavam. Consequentemente, as relações com outras unidades e a circulação monetária eram quase nulas, o que praticamente não permitiu o crescimento das cidades.

Foi somente a partir da economia extrativa que começou a se esboçar, no Estado, um maior desenvolvimento urbano. Tal

desenvolvimento foi possibilitado por importantes modificações nas relações de trabalho nas unidades produtivas, as quais já não eram mais escravistas, e sim semimonetarizadas, na medida em que uma parte da reprodução da força de trabalho utilizada era remunerada em dinheiro, permitindo a formação de um incipiente mercado de bens. Além disso, ao longo do Vale do Rio Parnaíba, desenvolveram-se cidades que recolhiam os produtos extrativos para serem enviados às casas exportadoras em Parnaíba, para posterior envio, pelo “porto” de Parnaíba-PI e Tutoia-MA, ao exterior. A renda gerada com a atividade exportadora ocasionou também maior desenvolvimento da burocracia estatal e, com isso, grande crescimento da demanda urbana por produtos alimentares, levando a uma maior comercialização dos produtos agrícolas.

Mesmo assim, no final do auge do extrativismo, a população piauiense ainda era predominantemente rural, pois, em 1950, mais de 80% da população se encontrava no campo, e os maiores centros urbanos – Teresina (51.418 habitantes), Parnaíba (31.174 habitantes) e Floriano (9.101 habitantes) – eram bastante incipientes.

Foi com o início dos anos 50 que o crescimento urbano estadual obteve maior velocidade. E isso ocorreu simultaneamente a uma maior integração do Piauí à economia nacional, através do Programa de Integração Nacional, que correspondeu à implantação de rodovias federais e estaduais, sistema de telecomunicações, usina hidrelétrica e outros Programas Federais dirigidos aos setores produtivos, sendo que estes últimos exigiram rápida modernização do aparelho estatal para a execução dos referidos programas.

Cada fase corresponde a uma forma de inserção do Piauí no contexto de desenvolvimento nacional, com características bem definidas. Por sua vez, estas formas de inserção produziam, no Estado, diferentes efeitos, embora não tenham sido capazes de provocar transformações em direção a um maior desenvolvimento das forças produtivas, em virtude, sobretudo, da fraca acumulação financeira, destinada à aplicação no aperfeiçoamento e diversificação das unidades produtivas.

Neste artigo, procurar-se-á fazer uma síntese do processo de desenvolvimento estadual, dando-se especial atenção às relações

interno-externas, com o objetivo de verificar a posição e as funções do Estado dentro do contexto do desenvolvimento brasileiro.

Pretende-se realizar uma análise sucinta do processo de desenvolvimento piauiense no período pós-1950, ou seja, no período mais recente (as três últimas décadas), aprofundando-se a análise na década de 1970, pois foi nesta época que ocorreram as maiores transformações no sentido da consolidação da integração do Estado à economia nacional.

2 O PIAUÍ NO CONTEXTO NACIONAL, NO PERÍODO PÓS-1950

A década de 1950 se inicia para o Piauí como o arrefecimento da demanda externa pelos produtos do extrativismo vegetal (cera de carnaúba e babaçu), bem como da proibição do Governo Federal de exportação da amêndoa do babaçu.

Durante o período da economia extrativa, que durou cerca de meio século, o Piauí participou ativamente do comércio exterior, obtendo saldos significativos nesse comércio. Entretanto, em face do baixo poder multiplicador desta economia não foi possível gerar, no Estado, o desenvolvimento de outros setores produtivos, sobretudo o industrial. Com isso, estabeleceu-se uma situação em que os saldos obtidos no comércio com o exterior eram transferidos e/ou utilizados por outras regiões em virtude da necessidade de importação de outros bens, e nestas transações o Piauí acumulou déficits crescentes.

Se durante a década dos anos 40 a formação da renda do setor primário piauiense se constituía principalmente da produção extrativa (mais de 60%), no decorrer da década seguinte a participação desta atividade passou a declinar sensivelmente a ponto de sua contribuição não chegar a atingir 9% em 1975.

Por isso, a receita de exportação para os mercados externos sofreu drástica redução a partir da década de 1950, além de corresponder também a mudanças na estrutura da pauta de exportação,

ganhando importância outros produtos, como produtos de pesca e industrializados.¹

A partir daí, observou-se um crescimento muito forte do comércio varejista, enquanto que o comércio atacadista, localizado principalmente em Parnaíba, apresentou, nos últimos 30 anos, perda substancial de importância.²

Esse fato implica mudanças importantes nas relações do Piauí com outros Estados, pois o predomínio do comércio atacadista representava as transações com o exterior, historicamente superavitárias, ao passo que o crescimento ou aumento da importância do comércio varejista representa uma maior integração do Piauí nas relações internas, as quais vêm apresentando déficits crescentes.

Os grandes responsáveis pela queda de participação do comércio atacadista foram justamente os produtos “agropecuários e extrativos”, que, no período de 1949-59, sofreram redução de Cr\$ 2.419.081,00 para Cr\$ 1.835.417,00, no valor das vendas, significando uma diminuição de cerca de 24% em uma década; por outro lado, o valor das vendas do comércio varejista, no mesmo período, teve acréscimo da ordem de 70%, sobressaindo-se o item “veículos e acessórios”, que acusou aumento de 350%.³

Na verdade, estas mudanças na estrutura do comércio piauiense são consequências de um processo mais global de transformação na economia brasileira.

Com o início dos anos 50, processaram-se no Brasil grandes transformações na divisão regional do trabalho. O Sudeste afirmou-se como polo industrial, aumentando sua participação no produto industrial, ao tempo em que o Nordeste tornou-se a região mais agrícola, aumentando sua participação no PIB brasi-

¹ MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* O Piauí na economia nacional. Carta CEPRO, Teresina, 8 (2), p.124-126, jul./dez.1982.

² Durante as duas últimas décadas, o Comércio Atacadista voltou a crescer aceleradamente, porém com caráter tipicamente importador e localizado na capital.

³ ANÁLISE ESTRUTURAL DO PIAUÍ: indústria, comércio e setor externo. Carta CEPRO, Teresina, 8 (1), p. 70-103, jan./jun. 1982.

leiro, no setor rural, embora não tenham ocorrido melhorias tecnológicas significativas neste setor, a não ser em alguns produtos com mercados mais dinâmicos, como é o caso da cultura da cana-de-açúcar.

A indústria tradicional nordestina (açucareira, têxtil, alimentícia e outras) foi sensivelmente enfraquecida e sofreu um processo seletivo em que somente as mais modernas ou aquelas em condições de se modernizar sobreviveram, devido à concorrência das indústrias desse gênero, localizadas no Sudeste, face à sua superioridade tecnológica, dando lugar ao estabelecimento de outras indústrias complementares e/ou filiais daquelas situadas no centro industrial mais dinâmico.⁴

Essa tendência foi acelerada pelos Programas de Integração Nacional, principalmente aqueles que ampliaram a malha rodoviária, os serviços de telecomunicações e energia, tornando, desta forma, mais fácil a circulação de mercadorias no interior do país.

Para o Piauí, esse processo teve uma influência marcante. O comércio interestadual, que se limitava praticamente aos Estados nordestinos (em 1950, cerca de 90% do volume importado provinha dos Estados do Ceará, Maranhão e Pernambuco), passou a se expandir rapidamente, levando o Sudeste a aumentar sua participação no comércio com o Piauí, sobretudo no que concerne aos produtos de maior densidade tecnológica, como é o caso de eletrodomésticos e veículos.

Desse modo, no final da década de 1970, o Sudeste já participava com mais de 45% das importações do Piauí. A propósito, é para esta região que o Estado apresenta o maior déficit, pelo fato de as exportações não superarem o índice de 8% do valor das importações do Sudeste.⁵

⁴ OLIVEIRA, Francisco de. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. *In: Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Grall, 1977. p.39-75.

⁵ MACHADO, José de Arimatéa Veloso *et al.* *Análise do comportamento e previsão da receita do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983. 94f. (Estudos Diversos).

Durante as três últimas décadas, assistiu-se à queda sensível do comércio externo piauiense e, ao mesmo tempo, observou-se uma maior participação do comércio por “vias internas”, embora o comércio exterior não tenha desaparecido totalmente, havendo até mesmo certa melhoria na década de 1970.

No comércio interno, os produtos exportados pelo Piauí se resumem quase exclusivamente em produtos primários (arroz, feijão, algodão, couros, gorduras, óleos e outros), destinando-se, em sua maior parte, ao próprio Nordeste (82% do valor total exportado em 1979).

Uma característica histórica e que vem se ampliando nos anos recentes é o déficit que o Piauí apresenta em sua balança comercial, em relação ao comércio interestadual por vias internas. Com efeito, na década de 1970, época de que se tem informações mais seguras, sobretudo a partir de 1976, as exportações piauienses em geral mal ultrapassam 30% do valor das importações, o que inversamente leva a que os déficits alcancem um valor de aproximadamente 70% do total importado. Para o ano de 1979, por exemplo, o valor importado pelo Estado atingiu 8.117.000 mil cruzeiros, enquanto o valor exportado alcançou 2.684.159 mil cruzeiros, gerando um déficit de 5.492.841 mil cruzeiros, que representa cerca de 67% do valor importado.⁶

Essa maior integração do Piauí à economia nacional ocasionou um maior aparelhamento do setor estatal, seja para a execução dos Programas Federais em prol do Estado, relacionados à energia elétrica, abastecimento d'água, estradas e telecomunicações, seja para o atendimento a um crescimento da demanda por serviços sociais das populações urbanas, que cresceram velozmente durante o período de 1950-80, principalmente em Teresina.⁷

É importante também salientar que os referidos Programas Federais e mais um conjunto de políticas agrícolas, como cré-

⁶ BRASIL. SUDENE. *Importações e exportações do Nordeste do Brasil*; ano de 1979. Recife, 1982.

⁷ MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* O Piauí na economia nacional. *Carta CEPRO*, Teresina, 8 (2), p. 91-142, jul./dez. 1982.

dito rural, assistência técnica, política de preços mínimos e Programas Especiais, possibilitaram uma maior integração entre as regiões do Estado, determinando uma maior ligação da produção agrícola de subsistência ao mercado urbano, o qual foi muito expandido, no período pós-1950.

Tal expansão se deu através do aumento do funcionalismo público, dos empregos diretos e/ou indiretos criados pelos Programas Federais e, também, do surgimento de uma série de atividades ligadas ao setor “serviços”, destinadas a viabilizar o uso de determinados bens de consumo duráveis no Estado (automóveis, refrigeradores, aparelhos de som, aparelhos de ar condicionado e outros eletrodomésticos). Assim, apareceram as oficinas mecânicas de reparação (autorizadas ou não), as lojas de venda de peças, os postos de venda de combustíveis e lavagem, ampliou-se o sistema bancário, aumentou-se o número de empresas de transportes urbanos e interestaduais e modernizaram-se os principais centros urbanos com asfaltamento, iluminação pública, fornecimento de água encanada, telefones, etc.

Acrescente-se a expansão das atividades de especulação imobiliária, possibilitada pelo acelerado crescimento urbano em Teresina e Parnaíba e pelas obras públicas de modernização destas cidades, que proporcionaram a rápida e crescente valorização do solo urbano, levando à expulsão das famílias de “baixa renda” para as periferias das cidades. Contudo, em outras áreas das cidades, encontram-se muitos terrenos ociosos à espera de valorização para posterior loteamento e/ou construção de prédios para aluguel ou vilas de casas para venda às classes de renda alta (pessoas com rendimentos acima de 10 salários mínimos).

Por outro lado, todo esse processo de modernização urbana não foi capaz de provocar modificações no sistema produtivo do Estado, mormente no setor agropecuário, que continuou atrasado e até consolidou o Sistema Latifúndio-Minifúndio, sobretudo através das “formas camponesas dependentes”.

Foram as lavouras baseadas na pequena produção a atividade que mais cresceu no período de 1950-80. A participação

das lavouras no valor da produção agropecuária, que era de apenas 22,7% em 1947, passou para 55,7% em 1975. Da mesma forma ganhou participação o setor de “produção animal e derivados”, que em 1947 participava com 14,9% e passou para 35,7% em 1975.⁸

As unidades produtivas camponesas (parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos produtores proprietários) ganharam importância fundamental na produção agropecuária. Estas unidades são responsáveis por quase 80% da produção de bens agrícolas, abrigam mais de 80% da população rural e também têm grande relevância na produção animal.

Mas, devido à baixa produtividade, consequência do baixo nível tecnológico, e, ainda, ao alto grau de autoconsumo e à fragilidade do setor às variações climáticas, essas unidades são insuficientes para abastecer as necessidades do mercado urbano, bem como possuem baixa capacidade de competição em relação aos produtos de outros Estados, produzidos através de formas de organização mais modernas.⁹

Esses fatores, acrescidos da obrigação de pagamento de renda aos proprietários de terra, e as relações desvantajosas estabelecidas com intermediários-comerciantes não permitem nenhuma possibilidade de acumulação que possibilite a modernização dessas unidades, o que só leva ao aprofundamento das condições de produção existentes e ao aumento do fluxo migratório para os centros urbanos e para outros Estados.¹⁰

Da mesma forma, o setor industrial, que já era inibido pela baixa divisão do trabalho, isto é, pelo fraco mercado interno, agravado pela excessiva concentração de renda, limitava ainda mais o mercado de bens manufaturados de consumo imediato, bem como

⁸ BANDEIRA, William Jorge. Notas sobre a posse e uso da terra no Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina 7 (1), p. 29-56, jan./jun. 1981.

⁹ BANDEIRA, William Jorge. *op. cit.*, p.52-55.

¹⁰ O processo de modernização do Piauí, embora esteja ligado basicamente à expulsão do pequeno produtor rural, ainda não se constitui no mecanismo principal desta expulsão como ocorre em outras regiões do país, inclusive em alguns Estados do Nordeste, pelo fato de ser um processo bastante lento.

a baixa renda per capita do piauiense, que mal chega a 50% da nordestina. Convém destacar um elemento adicional poderoso, que é a concorrência de outras regiões.

Assistiu-se, nesse período, a mudanças significativas na estrutura industrial do Piauí. Os setores mais importantes e capitalizados passaram a sofrer dificuldades com a concorrência de empresas similares de outros Estados. Com efeito, a indústria têxtil, que experimentou grande crescimento até o final da década de 1950, durante a década de 1960 reduziu o número de estabelecimentos de 497 para somente 46, acontecendo algo semelhante com a indústria química.¹¹

Enquanto isso, os ramos da indústria piauiense menos capitalizados e de caráter predominantemente artesanal (utilizam mão de obra familiar) tiveram altas taxas de crescimento, como é o caso do ramo de “minerais não metálicos”, que inclui, na sua maioria, pequenas unidades de produção de telhas e tijolos, feitos de barro cozido.

Entretanto, se, por um lado, a integração do Piauí à economia nacional inibe os setores diretamente produtivos, por outro, o setor comércio, principalmente o comércio varejista – composto de uma variedade muito grande de bens, em sua maior parte manufaturados produzidos em outras regiões – obteve acréscimos bastante fortes. O número de estabelecimentos passou de 4.050 em 1960, para 9.863 em 1970, quase triplicando o número de pessoal empregado no período. Ressalta-se que o mesmo ocorreu com o valor das vendas, ao passo que o comércio atacadista sofreu redução em todos estes itens.¹²

Portanto, no processo de redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil, decorrente da expansão capitalista no país, as relações inter-regionais e interestaduais sofreram transformações significativas. Antes, estas relações se davam ao nível das relações

¹¹ ANÁLISE ESTRUTURAL DO PIAUÍ: indústria, comércio e setor externo. *Carta CEPRO*, Teresina 8 (1), p.70-103, jan./jun. 1982.

¹² ANÁLISE ESTRUTURAL DO PIAUÍ: indústria, comércio e setor externo. op. cit., p. 93.

comerciais, implicando relações técnicas muito débeis e de pouca importância, o que correspondia a uma quase independência das economias regionais, ou seja, cada região se relacionava diretamente com o exterior, gerando uma estrutura produtiva e de consumo em função destas características. É evidente que as desigualdades existiam em função da importância econômica do produto de exportação e também do volume de excedente retido internamente e das características das relações de trabalho.¹³

Com a expansão da indústria no Sudeste, essas relações foram radicalmente transformadas. Já agora eram as relações técnicas que predominavam sobre as relações de troca, isto é, criou-se uma complementaridade inter-regional ao nível do sistema produtivo.

Disso se originaram sérias dificuldades para as indústrias tradicionais nordestinas, provocando o fechamento de muitas delas e a implantação de outras indústrias ligadas tecnicamente às empresas mais modernas e dinâmicas localizadas na Região Líder (Sudeste). Isto corresponde a uma maior cooperação ao nível da divisão social do trabalho, que resulta em efeitos diferenciados em regiões e Estados, os quais dependem fundamentalmente da base econômica e das disponibilidades de recursos destas regiões e/ou Estados.¹⁴

Em virtude de a estrutura produtiva piauiense ainda ser muito frágil, mesmo em relação a outros Estados nordestinos, com o agravante de não possuir certos recursos naturais requeridos ao padrão de desenvolvimento implantado, a base econômica do Estado continua atrasada e até sofreu influências negativas do confronto com outras economias mais modernas, o que obrigou o seu sistema produtivo (indústria e agricultura) a se retrair e ainda a acentuar as formas arcaicas de produção.

¹³ Isto não significa que as relações comerciais diminuíram em termos absolutos; pelo contrário, elas até se acentuaram. Entretanto, com o processo de redefinição da divisão do trabalho, as relações intersetoriais e interindustriais, tornaram-se predominantes, implicando uma interligação técnico-econômica entre as regiões do país.

¹⁴ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., p. 55-70.

3 A DÉCADA DE 1970 E A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO PIAUÍ À ECONOMIA NACIONAL

A nova forma de integração do Piauí ao restante do país, que vinha se delineando desde o início dos anos 50, teve na década de 1970, um avanço acelerado, propiciando uma maior consolidação das tendências analisadas anteriormente.

Isso pode ser verificado analisando-se a estrutura da renda interna piauiense no período de 1970-80. Nota-se uma nítida tendência, na década, à perda de participação nos setores diretamente produtivos (agricultura e indústria) em favor de maior participação do setor terciário (comércio, transporte, atividades financeiras, etc.).

TABELA 1
ESTRUTURA DA RENDA INTERNA (%) 1970-80

SETORES	1970	1980
Primário	27,4	22,6
Secundário	24,0	18,9
Terciário	48,6	58,5

Fonte: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais. SEPLAN-CEPRO.

O decréscimo de participação do setor agropecuário foi causado basicamente pelo desempenho irregular do subsetor agrícola, que, no período, registrou crescimento negativo durante vários anos (1972, 1974, 1975 e 1978), além do agravamento do fenômeno da seca a partir de 1979. Devido a esta instabilidade, a renda real do setor apresentou um baixo crescimento durante a década. Todavia, no período de 1971 a 1978, a renda evoluiu cerca de 6,3%, representando um acréscimo médio anual de apenas 0,8%.¹⁵

A queda de participação do setor secundário se deve ao desempenho do subsetor de “construção”, pois o mesmo, que tinha participação de 15,9% na formação da renda em 1979, caiu para

¹⁵ BANDEIRA, William Jorge; NEVES, Osvaldo de Carvalho. Organização da produção agropecuária piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina 8(2), p. 4-57, jul./dez.1982.

10,6% em 1980. Isto não quer dizer que o subsector de “construção” tenha decrescido em termos absolutos, mas sim que seu crescimento, durante esta última década, foi marcado por grande instabilidade, ou seja, um período de grande crescimento intercalado com baixo desempenho em outros períodos da década, verificando-se inclusive crescimento negativo em alguns anos, como foi o caso de 1975. Ademais, o desempenho deste subsector afeta significativamente o setor industrial como um todo no Estado, pois sua contribuição ao setor ultrapassa os 56%.

TABELA 2
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SETOR SECUNDÁRIO NA RENDA INTERNA – 1970-80

SUBSETORES	1970	1980
1. Indústria de Transformação	6,0	6,2
2. Energia Elétrica e Abastecimento d'Água	1,9	2,0
3. Construção	15,9	10,6

Fonte: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais. SEPLAN-CEPRO.

Note-se que o subsector de “construção” depende fortemente da política do BNH no financiamento de unidades residenciais, e este órgão, nos últimos anos da década, em virtude da crise econômica nacional, vinha passando por sérios problemas financeiros, fato que tem refletido negativamente no setor de “construção civil”.

Chama a atenção também o fato de a indústria de transformação ter mantido sua participação na formação da renda, o que significa que sua evolução seguiu a média de crescimento da renda. Porém, conclui-se que este subsector sofreu pouca ou nenhuma modificação em sua estrutura durante a década em análise.

O fato mais marcante foi o crescimento do setor terciário, que entre 1970 e 1980 ganhou 10 pontos na sua contribuição à formação da renda interna piauiense.

A análise da estrutura do setor terciário indica que todos os seus subsectores tiveram aumento de participação no período.

Isto implica que os mesmos tiveram taxas de crescimento acima da média. Entretanto, os subsetores mais importantes e que tiveram aumentos expressivos na contribuição para a formação da renda interna foram os financeiros e imobiliários (14,4% para 20,3%) e o de transportes, armazenamento e comunicações (4,2% para 5%). Este último é uma atividade típica de ação governamental, de implantação de infraestrutura econômica, enquanto que os primeiros representam atividades privadas de serviços bancários e especulação imobiliária.

TABELA 3
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SETOR TERCIÁRIO NA RENDA INTERNA – 1970-80

SUBSETORES	1970	1980
1. Comércio (inclusive alimentação e hospital)	14,0	15,8
2. Transportes, armazenamento e comunicações	4,2	5,0
3. Atividades financeiras, bens imóveis e serviços prestados a empresas	14,4	20,3
4. Serviços comunitários, sociais e pessoais	16,0	17,2

Fonte: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais. SEPLAN-CEPRO.

É muito significativa a ascensão desses subsetores do terciário no que concerne à posição do Piauí na divisão regional do trabalho.

A ampliação dos transportes e comunicações se apresenta como o principal mecanismo de integração nacional, sobretudo porque cria facilidades para a circulação de mercadorias no interior do país, inclusive aumentando o fluxo e/ou deslocamento de fatores produtivos de uma região a outra, principalmente mão de obra.

Dentro do Estado, esses investimentos exercem o mesmo papel, isto é, integram suas várias regiões, tornando a produção agrícola mais ligada ao mercado e obrigando os produtores agrícolas, mormente os pequenos, a manterem relações mais estreitas com o capital comercial, e a construção de armazéns, quase sempre controlados pelos comerciantes, intensifica ainda mais estas relações.

O outro subsetor que obteve acentuado ganho de participação na renda (atividades financeiras e bens imóveis) corresponde ao aceleração do crescimento do número de agências bancárias no Estado e às atividades especulativas, as quais estão muito associadas ao crescimento urbano.¹⁶ De fato, foi no período de 1970-80 que mais cresceu a população das principais cidades piauienses; Teresina, por exemplo, apresentou uma taxa de crescimento geométrica de 5,53%, superior à da década anterior (4,45% a.a.) e à das principais cidades nordestinas.¹⁷

Assim, paradoxalmente à lenta evolução dos setores produtivos, o setor terciário cresceu de maneira substancial. Teoricamente, esta expansão do terciário deveria ocorrer em função do crescimento dos setores produtivos, ou seja, a ampliação das rodovias viria para atender às necessidades de escoamento da produção agropecuária e industrial; os bancos, para o financiamento destas atividades e o comércio, para a realização da distribuição das mercadorias.

Essa aparente contradição só pode ser explicada se o desenvolvimento do setor “serviços” no Piauí estiver muito mais ligado às atividades produtivas processadas fora do Estado e que, portanto, sirvam como mecanismo para viabilizar as funções exercidas pelo Estado no contexto do desenvolvimento brasileiro.

O próprio direcionamento dos investimentos estatais, durante a década de 1970, se constitui em um excelente indicador de que as preocupações do Governo estavam muito mais voltadas para aparelhar o Estado a melhor se integrar às tendências do desenvolvimento global, em detrimento de investimentos que viessem a transformar a estrutura produtiva interna.

Assim, no período de 1974-79, as prioridades de inversões dos Governos Federal, Estadual e Municipal se dirigiram basicamente para a construção de infraestrutura econômica. Os recursos aplicados neste período foram distribuídos da seguinte maneira:

¹⁶ As atividades financeiras exercem também um papel importante no financiamento do consumo de bens duráveis (veículos, eletrodomésticos em geral, etc.).

¹⁷ FUNDAÇÃO CEPRO. *Indicadores sociais do Piauí: 1º relatório 1980/81*. Teresina, 1981. 98 f.

ra: 23,7% para energia, água e construções; 35,65% para estradas; 7,12% para a agropecuária; 0,11% para a indústria e 30,17% para serviços comunitários.¹⁸

É importante lembrar que esses investimentos faziam parte do Programa Federal de Investimentos para a Região e que, portanto, as autoridades locais tiveram pouca ou quase nenhuma participação na tomada de decisão.¹⁹

Além disso, o Piauí, em virtude da baixa arrecadação tributária, possui pouca autonomia de planejamento visando à melhoria de sua base econômica, sendo obrigado a atuar dentro dos Programas e Projetos decididos a nível federal, sem que os Estados tenham algum tipo de influência, em face da excessiva centralização das decisões no Governo Federal, que se acentuou durante essa década.

Entretanto, os investimentos federais no Piauí constituíram, nessa década, importante fator na formação da renda piauiense, através de maciças aplicações de recursos na implantação de obras de modernização dos equipamentos de capital fixo (maquinaria, equipamentos de transportes, edificações e para melhoria de terras, dentre outros).

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO NO SETOR PÚBLICO EM RELAÇÃO À RENDA INTERNA – 1974-79

1974	1975	1976	1977	1978	1979
24,2	14,7	19,5	20,0	20,0	13,7

Fonte: SUDENE/CPR.

Assim, durante o período de 1974-79, essas aplicações corresponderam, em média, a 20% do total da renda interna piauiense, concorrendo decisivamente para o crescimento global da economia estadual, sem, todavia, contribuir para a modernização dos se-

¹⁸ MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* op. cit., p. 121.

¹⁹ Idem. p. 98-105.

tores produtivos. Muito ao contrário, a maior contribuição desses investimentos foi aumentar a tendência verificada nas décadas anteriores no sentido de modernizar o consumo, sobretudo para uma pequena faixa da população (aproximadamente 5% da população estadual), que passou a consumir maciçamente bens duráveis produzidos no Sudeste.²⁰

Esse fato pode ser constatado pelo significativo aumento do número de domicílios no Piauí, que, durante a década de 1970, passaram a utilizar rádios, geladeiras, televisores e automóveis.

TABELA 5
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM RÁDIOS, GELADEIRAS, TELEVISORES E AUTOMÓVEIS NAS ÁREAS URBANAS DO PIAUÍ – 1970-80

ANOS	RÁDIOS	GELADEIRAS	TELEVISORES	AUTOMÓVEIS
1970	42,3	13,6	6,6	3,6
1980	58,3	39,1	39,3	14,6

Fonte: Censo Demográfico de 1970.

Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Nas transações interestaduais, o Piauí mantém relações quase exclusivas com o Sudeste e o próprio Nordeste. As relações com o Sudeste ganharam importância a partir das últimas duas décadas, com o extraordinário desenvolvimento da industrialização no Brasil e, em especial, naquela região (vide Tabela 6).

²⁰ A difusão do uso destes produtos nas classes de renda baixa se dá pelo uso de bens inferiores ou de segunda mão.

TABELA 6
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DO PIAUÍ POR VIAS INTERNAS,
SEGUNDO AS REGIÕES DE PROCEDÊNCIA E DESTINO – 1975-79

ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1975	6,5	2,2	42,5	90,7	44,9	4,6	5,5	7,2	0,4	1,9
1976	5,2	2,9	42,2	79,2	46,6	11,8	4,8	2,7	1,3	3,3
1977	4,7	4,1	45,2	76,6	44,1	15,2	4,5	1,2	1,4	2,8
1978	4,7	4,6	44,4	71,0	45,6	18,0	4,4	4,0	1,9	2,4
1979	4,6	3,0	48,2	82,0	40,3	9,3	5,3	3,6	1,5	2,0

Fonte: SUDENE/CPR – Importações e Exportações do Nordeste do Brasil – vários anos.

Nas importações do Estado, em termos de valor, há certo equilíbrio entre essas duas regiões, que, somadas, representam perto de 90% do total importado pelo Piauí. No entanto, há uma diferença qualitativa importante: as importações do Sudeste se referem a produtos com maior complexidade tecnológica (bens duráveis, máquinas e equipamentos, móveis, aparelhos de alta sofisticação), enquanto que, nas importações do Nordeste, predominam os produtos manufaturados de baixa sofisticação tecnológica (bebidas, fumo, carnes, peixes, açúcares, cereais, fertilizantes, alimentos, etc.).

No que diz respeito às exportações, as transações do Piauí se realizam predominantemente com o Nordeste e representam, em média, cerca de 75% do total. Em seguida vem o Sudeste, com média de 15%, resultando no percentual de 90%.

TABELA 7

DÉFICITS DO PIAUÍ NO COMÉRCIO INTERESTADUAL – 1975-79 (Cr\$1.000,00)

ANOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- OESTE	TOTAL
1975	99.052	328.709	721.317	88.076	-	1.236.715
1976	148.888	846.356	1.441.153	139.513	19.064	2.594.974
1977	157.639	1.076.244	1.725.749	178.350	27.844	3.165.826
1978	184.412	1.263.966	2.277.741	180.128	8.191	3.914.438
1979	291.543	1.711.320	3.021.792	336.360	71.824	5.492.841

Fonte: SUDENE/CRP.

Os principais produtos exportados pelo Piauí são o algodão, grãos, sementes, gorduras e óleos, os quais representam cerca de 50% do total exportado para o Nordeste e perto de 25% do total do valor das exportações. Se se acrescentarem uns poucos produtos (cera de carnaúba, alguns frutos e cascas, peles e couros), chega-se ao redor de 40%.

Vê-se, portanto, que o Piauí apresenta déficits com todas as regiões, sendo que, com o Sudeste, este déficit tende a crescer com maior vigor, seja pelo crescente aumento das importações em termos de valor, seja pelo fraco desempenho das exportações piauienses para esta região.

Essa situação é reflexo da frágil base econômica do Estado, pois a mesma é incapaz de abastecer as necessidades da população até mesmo nos bens mais básicos, tais como feijão, milho, tomate, banana, laranja, carne bovina, caprina e ovina, leite *in natura*, etc.²¹

Outra consequência da fragilidade da estrutura produtiva é a baixa arrecadação tributária estadual, a qual é insuficiente até mesmo para o pagamento do funcionalismo e ainda permite uma séria evasão de recursos via ICM, devido às relações comerciais interestaduais deficitárias.

Isso leva o Estado a cada vez mais aumentar a dependência às transferências federais. O Piauí apresenta um dos maiores índices de dependência ao Governo Federal, como se pode observar através do indicador “Total de Transferências/Receita Total”, que gira em torno de 63%, considerando-se a média no período de 1972-82. Esta relação é extremamente alta, pois a média nacional para o mesmo indicador é de apenas 17%.²²

A propósito, a Receita Própria do Estado não ultrapassa 30% da Despesa Total, o que não fornece ao Governo local suficiente margem de manobra para modificar autonomamente a base econômica interna, ficando o mesmo na total dependência dos

²¹ BANDEIRA, William Jorge; NEVES, Osvaldo de Carvalho. op. cit., p. 13.

²² MACHADO, José de Arimatéa Veloso *et al.* op. cit., p. 17-22.

recursos de Programas e Projetos formulados a nível do Governo Federal, que, de maneira geral, pouco contribuem para operar mudanças necessárias.

4 CONCLUSÃO

A integração do Piauí à economia nacional, durante as três últimas décadas, provocou um conjunto de importantes transformações em sua configuração econômica, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. o início da década de 1950 foi marcado pela crise da economia extrativa e a maior integração do Estado à economia brasileira;
2. a produção extrativa vegetal perdeu participação na formação da renda agropecuária, dando lugar ao aumento da contribuição das lavouras, tocadas por pequenos produtores;
3. o comércio exterior perdeu importância, e o comércio por “vias internas”, isto é, através de rodovias, passou a crescer mais velozmente;
4. as importações do Sudeste aumentaram rapidamente nesse período, chegando a cerca de 45% do total do valor importado no final da década de 1970, enquanto que, no início de 1950, não ultrapassavam 10%;
5. o comércio atacadista em Parnaíba, que controlava o maior volume de recursos durante a primeira metade do século atual, praticamente desapareceu, dando lugar ao comércio varejista e ao atacadista de caráter importador em Teresina;
6. o Piauí se tornou um Estado tipicamente importador de produtos manufaturados sofisticados do Sudeste e de bens primários e de baixa elaboração industrial do

Nordeste e exportador de alguns produtos (algodão, gordura e óleo; peles e couros e outros);

7. o processo de integração, no período pós-1950, significou uma importante mudança qualitativa nas relações inter-regionais. Se antes estas relações se apresentavam preponderantemente ao nível das relações de troca, durante este período as relações técnicas, ou seja, relações intersetoriais e interindustriais, que representam complementaridades ao nível do sistema produtivo, passaram a ser predominantes;
8. nessas condições, o Piauí tinha poucas possibilidades de integração vantajosa, em face de sua frágil estrutura produtiva, cuja capacidade competitiva era quase nula, além de baixa disponibilidade de recursos exigidos pelo padrão de acumulação que se desenvolveu;
9. **em virtude dessa integração, a estrutura da renda interna sofreu expressivas modificações. Os setores diretamente produtivos (indústria e agricultura) sofreram grande redução na contribuição da renda, enquanto que o terciário aumentou aceleradamente sua participação;**
10. os subsetores de “transportes, armazenamento e comunicações”, “atividades financeiras e especulativas”, além do “comércio”, foram os que mais cresceram. É válido frisar que o primeiro subsetor representa os investimentos do Governo Federal no Estado, os quais indicam claramente que o objetivo básico do Governo é acelerar a integração do Piauí ao processo de desenvolvimento nacional, e não apenas melhorar a estrutura produtiva interna;
11. os investimentos federais no Piauí, apesar de contribuírem fortemente para o crescimento da renda interna, não propiciaram o desenvolvimento da base produtiva local, mas sim ocasionaram a modernização das principais cidades e do consumo de uma faixa muito pequena

da população. O grande crescimento do uso de eletrodomésticos e veículos foi o resultado destes investimentos;

12. o comércio interestadual no Piauí, na década de 1970, continuou acumulando déficits crescentes, uma vez que as exportações do Estado representaram apenas 30% do total do valor importado, o que significa também grande evasão de recursos gerados no Estado através dos mecanismos do ICM (Impostos sobre Circulação de Mercadorias);
13. um outro resultado desse processo de integração é a excessiva dependência do Estado às transferências do Governo Federal, para fazer face às despesas da máquina estatal. Com efeito, as transferências chegaram a corresponder a aproximadamente 63% das Despesas Totais, posto que a Receita Própria não ultrapassou 30% destas Despesas.

NOTAS

- Este trabalho faz parte do “Diagnóstico sobre Processos Urbanos Piauienses”, em elaboração na CEPRO, cujo objetivo é a formulação de propostas de política urbana para o Estado do Piauí.
- O autor agradece as críticas e sugestões formuladas pelos colegas da Fundação CEPRO, Raimundo Ferreira de Sousa, Jonas Rocha, Antônio de Pádua Silva dos Santos e Antônio José Pereira, as quais contribuíram para o aperfeiçoamento dos originais.

2

ARTIGO

ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO PIAUIENSE (1960-1980)

GERSON PORTELA LIMA
Economista e pesquisador da Fundação CEPRO.

1 INTRODUÇÃO

A espacialização da produção agropecuária-extrativa, elaborada para os anos de 1960/70/80 a nível de município, para o Estado do Piauí, tem por objetivo básico caracterizar os sistemas de produção dominantes e, se for o caso, detectar, ao longo desse período, algumas transformações ocorridas na sua dinâmica, as quais por sua vez, serão reflexos de modificações ocorridas na organização social da produção, envolvendo alterações simultâneas ou não entre a estrutura fundiária, a estrutura de comercialização, o trabalho, os instrumentos de trabalho, as políticas de financiamento, dentre outras.

Vale salientar que, neste trabalho, devido às peculiaridades da estrutura de produção rural piauiense – pecuária extensiva, agricultura de subsistência confinada e espécies extrativas nativas –, foi suficiente o emprego de apenas um indicador, ou seja, o Valor da Produção, para se chegar a um quadro bastante claro dos Sistemas de Produção dominantes no início, meio e final das duas décadas estudadas.

Foram desprezados, portanto, dois outros indicadores, isto é, a Área Cultivada e a Quantidade Produzida, porque, no caso da pecuária (extensiva) e do extrativismo (nativo), inexistem dados concretos sobre a Área e, além disso, deixariam de ter significado devido às características citadas. O outro indicador, Quantidade Produzida, seria, por sua vez, heterogêneo nas duas atividades, não permitindo a articulação entre elas ou comparações, a não ser pelo indicador comum (o Valor da Produção).

Quanto à agricultura, esta recebeu o mesmo tratamento, pois partiu-se da pré-condição de que ela é, no Piauí, uma atividade não comercial, basicamente voltada para a subsistência ou, no máximo, com um pequeno excedente destinado ao consumo local, onde os aumentos de produção ocorrem pelo aumento de áreas cultivadas, e não pelo aumento da produtividade. Os aumentos nas áreas cultivadas, ao longo do tempo, são decorrentes da necessidade de maior produção para o consumo, contribuindo para isso o próprio incremento populacional. De qualquer modo, sabe-se, a agricultura é uma atividade tradicional, de subsistência e realizada

em moldes obsoletos, de sorte que a utilização apenas do Valor da Produção foi suficiente, como os resultados mostraram, para os objetivos deste trabalho.

Visando identificar com maior profundidade as peculiaridades porventura existentes no contexto produtivo primário, bem como produzir um mapeamento mais detalhado, tomou-se como base a divisão administrativa municipal, ou seja, a espacialização foi elaborada a nível de município. Por outro lado, os produtos escolhidos não compõem a totalidade do elenco do setor primário, mas são aqueles realmente importantes, que compõem o sustentáculo da economia rural quanto à geração de renda, ocupação da terra, do trabalho, etc. Desse modo, foram selecionados os seguintes produtos: bovinos, suínos, caprinos e ovinos, na pecuária; arroz, milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar, na agricultura; cera de carnaúba e amêndoa de babaçu, no extrativismo.

2 METODOLOGIA UTILIZADA

Na Espacialização em nível municipal dos Sistemas de Produção do Setor Primário do Estado do Piauí para 1960/70/80, a metodologia empregada se espelha naquela elaborada por Sampaio Pessoa e Ferreira Irmão,¹ no estudo sobre regionalização dos sistemas de produção para o Nordeste, que, para os objetivos deste trabalho, pode ser sintetizado do seguinte modo, com a diferença apenas de que, sendo pré-conhecida a relevância da pecuária no Estado, esta foi tomada como ponto de referência:

- VP² da pecuária menor que 30%: considerado Sistema Agrícola;
- VP da pecuária 30 – 80%: Sistema Misto;
- VP da pecuária maior que 80%: Sistema Pecuário.

Além disso, se no Sistema Misto ou no Sistema Agrícola uma só atividade atingisse acima de 50% do valor da produção, estaria caracterizada a monocultura. Quando um grupo de atividades

¹ Citado em SUDENE. Emprego no Nordeste -1950-80. Jorge Jatobá, Recife.

² VP: Valor da Produção.

representasse individualmente acima de 20% do VP e coletivamente acima de 80% do VP, significaria sistema combinado (atividades consorciadas). Se nenhuma atividade se destacasse, representando individualmente 10 a 20% do VP, seria conceituada como policultura, e, finalmente, se uma atividade se sobressaísse sem, no entanto, chegar ao nível de monocultura (maior que 50% do VP), ficando o excedente do valor da produção fragmentado no restante das atividades, seria definida como atividade “X” mais policultura.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES NATURAIS

O Estado do Piauí não possui muitas regiões diferenciadas do ponto de vista geográfico. A sua extensão longitudinal leste está inserida na grande região do semiárido nordestino e corresponde a aproximadamente 35,0% do seu território, configurando uma faixa de terras que se limita com os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. A extensão longitudinal oeste está inserida na área de transição do semiárido nordestino para a mata amazônica, compondo-se basicamente de vegetação do tipo cerrado, com manchas de matas de babaçuais nos vales do médio e baixo Parnaíba. Ao longo da junção das duas formas de vegetação, a do semiárido (caatinga) ao leste e a do cerrado a oeste, observa-se uma extensa faixa de transição, a qual não se configura como uma terceira e diferente formação vegetal, mas apenas como uma faixa de associação ou coexistência pelo contato das duas espécies vegetais citadas. O volume das precipitações pluviométricas passa por uma significativa alteração no sentido leste-oeste, da faixa do semiárido para a do cerrado. Na parte sudeste do Estado, que pertence à primeira região, as chuvas caem ao nível de 600 mm anuais, enquanto, na segunda, a variação fica entre 800/1.400 mm.

Apesar da heterogeneidade geográfica resultante dos dois caracteres distintos de solo e vegetação, observa-se uma homogeneidade quanto ao uso e exploração econômica da terra, ou seja, a forma de ocupação econômica é tradicionalmente quase uniforme, sem que se verifique uma diferenciação interna de vulto quanto

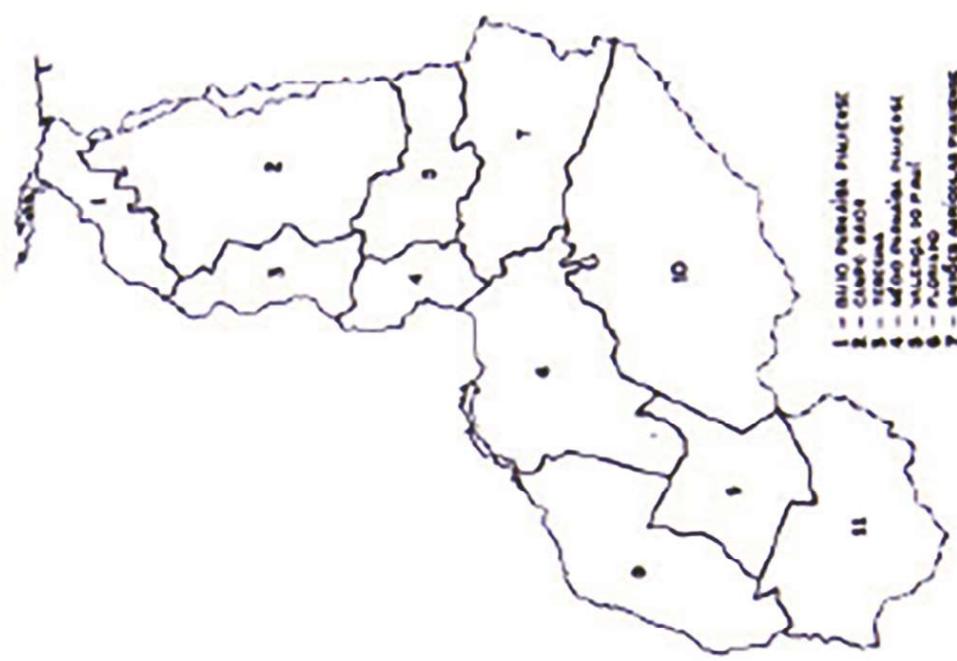
ao uso da terra e/ou especialização da produção: seja no norte ou extremo sul do Estado, seja no semiárido ou no cerrado, o trato do solo é obsoleto, a agricultura é centrada em quatro produtos alimentares básicos (arroz, milho, feijão e mandioca), o nível da produção é de autossustento, no máximo para comercialização local, e é praticada como complemento e dentro dos espaços destinados à pecuária.

Com efeito, não se observam, no Piauí, zonas ou mesmo sequer um município fora dessa categoria geral a ponto de ser tido como especializado em algum tipo de produto ou monocultura. O sistema tradicional e dominante é o descrito anteriormente, verificando-se apenas que, em algumas regiões, surge uma distinção pela ocorrência de um ou outro produto, geralmente extrativo e condicionado por favorabilidades naturais, mas de modo a tomar uma importância apenas secundária ou suplementar, sem nunca criar uma diferenciação marcante e/ou chegar a formar ou mesmo fortalecer ali a existência de um sistema de produção. Afora isso, apenas em alguns municípios, à forma básica e comum de uso da terra descrita anteriormente é acrescentado um outro tipo de atividade peculiar, como é o caso das bacias leiteiras de Teresina e Parnaíba e da produção de cebola e alho no município de Picos.

É óbvio que, não apresentando nenhum grande contraste geoeconômico interno, suficiente para o sustento de atividades expressivamente diferenciadas, predominam secularmente aquelas já mencionadas como básicas e, nesse contexto, a estrutura agrária também permanece inabalável na sua forma mais característica, que é a de profundo desequilíbrio, já com agravantes modificações no decorrer do tempo.

As terras mais férteis, de maior potencial agrícola, localizam-se nos vales dos rios perenes (Parnaíba, Uruçuí Preto, Gurgueia e Poti). Em virtude dessa pré-condição, o solo estadual apresenta sérias limitações ao uso agrícola de forma obsoleta, sem a aplicação de tecnologia melhorada. O Estado possui aptidão quase generalizada para a pastagem natural, ainda assim altamente deficiente, sazonal e de baixo poder nutritivo.

ESTADO DO PARÁ
 DIVISÃO EM MICORREGIÕES HOMOGÊNEAS (MRH)



- 1 - BAIXO PARANÁ/BA PARANÁ
- 2 - CAMPÉ SAO
- 3 - TERESINA
- 4 - ALTO PARANÁ/BA PARANÁ
- 5 - VALENÇA DO PARÁ
- 6 - PUGNATO
- 7 - BARRIÇOS AUCARINAS PARANÁ
- 8 - ALTO PARANÁ/BA PARANÁ
- 9 - MÊIS SUAPUÁ
- 10 - ALTO PARÁ E CAMBÉ
- 11 - CARIACÁS DO ESTREMO SUL PARANÁ

ESTADO DO PARÁ
 PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS



- 1 - DUNAS, RESTINGAS E BARROIS
- 2 - MATAS ALTOSUMOS COM SERRA
- 3 - CERRADOS ARBUSTIVOS E AMPIMOS
- 4 - TRANSCÇÃO - CERRADO/CATINGA
- 5 - CATINGAS MONTANAS E ARBUSTIVAS

Dependendo de fatores climáticos favoráveis, que se podem resumir no equilíbrio do regime de chuvas, o Estado responde ao esforço produtivo com a aplicação de baixa tecnologia, mas, para a obtenção de maior rentabilidade, é necessário o emprego de média e/ou alta tecnologia, o que somente ocorre em áreas restritas (projetos governamentais, empresas agrícolas). De modo geral, sobretudo entre os pequenos produtores, os métodos utilizados são ainda rudimentares, totalmente vulneráveis ao fator climático, resultando daí uma baixa produtividade e, conseqüentemente, uma produção pequena.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO ESTADUAL

Em linhas gerais, o confronto dos mapas confeccionados para o período de 1960/70/80 revela que o sistema de produção rural foi, no passado recente, mais diversificado que na atualidade. Com efeito, no ano de 1960 o setor primário do Estado apresentava maiores alternativas de uso da terra, de ocupação da força de trabalho e da geração de renda.

Ao lado da tradicional pecuária extensiva – cujo peso assentava, na maior parte, na criação de bovino para corte – e da policultura de subsistência, desenvolvia-se a atividade extrativista da cera de carnaúba na zona do semiárido e da amêndoa de coco babaçu nos vales do Médio e Baixo Parnaíba, atividades essas que conferiam ao Estado a coexistência de cinco sistemas de produção, a saber: áreas da pecuária complementada pela policultura alimentar e extrativismo do coco babaçu; áreas da pecuária complementada pela policultura alimentar e extrativismo do pó de carnaúba; áreas da pecuária complementada pela policultura alimentar; áreas de predomínio quase absoluto da pecuária de corte; e uma diminuta área de predomínio quase absoluto da agricultura.

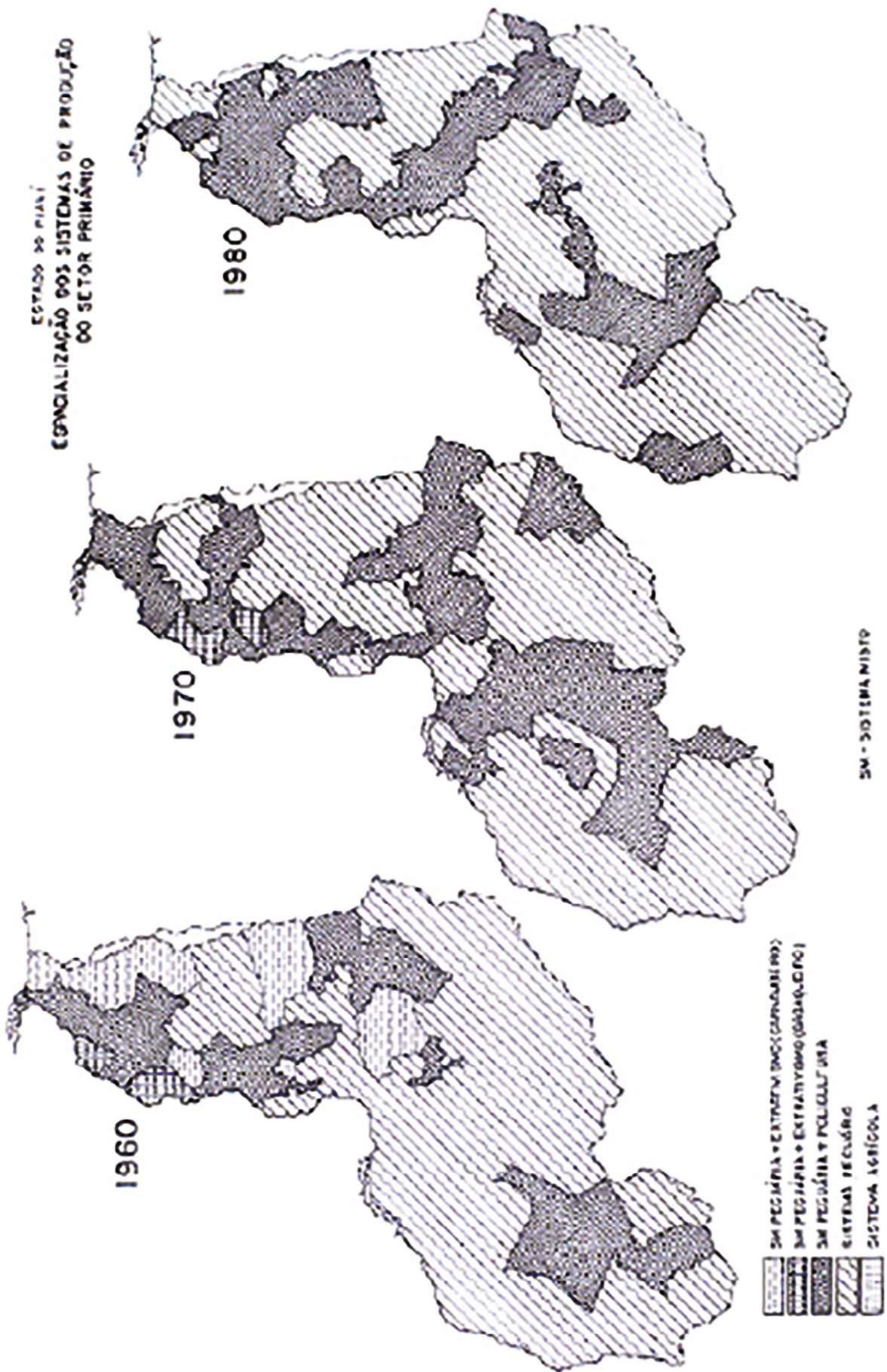
Em 1970, registra-se a redução para três sistemas de produção, fato ocorrido a partir da debilitação do extrativismo carnaubeiro (cujo motivo será explicitado adiante) e, no caso da pequena

área de predomínio agrícola, a partir do enfraquecimento da principal cultura que a caracterizava (o algodão) e subsequente disseminação da policultura. Com essas mudanças, os sistemas de produção ficaram reduzidos a três: áreas da pecuária complementada pela policultura alimentar e extrativismo do coco babaçu; áreas da pecuária complementada pela policultura alimentar; e áreas de predomínio quase absoluto da pecuária.

Em 1980, com o declínio também do extrativismo babaçueiro associado a uma mais forte pressão pela produção de alimentos, visando atender ao elevado crescimento populacional, estavam reduzidos para dois os sistemas de produção vigentes no Estado: áreas de pecuária complementada pela policultura alimentar e áreas de predomínio quase absoluto da pecuária.

Deve ter sido notada a marcante persistência da atividade pecuária, dado o caráter de suporte de que ela se reveste para a economia piauiense. Realmente, essa atividade sempre está presente na formação dos sistemas de produção, seja nas áreas onde forma sistema eminentemente pecuário, dada a fragilidade com que participam as outras atividades (agroextrativas), seja nas áreas onde ora o extrativismo, ora a policultura participa com mais vigor a ponto de formarem sistemas complementares à pecuária.

A atividade do criatório representa, portanto, a atividade básica e disseminada por todo o espaço estadual, aparecendo, em algumas áreas, associada com outras formas de exploração vegetal, definidas pelas condições naturais da área. Como se viu, algumas dessas formas e exploração vegetal associadas à pecuária, a nível de sistema de produção, desapareceram ao longo do tempo, restando finalmente apenas os dois sistemas de produção já conhecidos e que estão bem de acordo com o atual contexto socioeconômico vigente no campo: a PECUÁRIA em expansão, via capitalização, que representa os interesses da antiga classe de latifundiários e da nova classe de empresários urbanos; e a frágil POLICULTURA alimentar, praticada dentro dos espaços da pecuária por um grande contingente de pequenos produtores com e sem terra, visando, na maioria das vezes, prover a subsistência da unidade produtiva camponesa e, em segundo plano, comercializar os pequenos excedentes obtidos.



Observadas as transformações, no sentido redutor, dos sistemas de produção, cumpre agora, examinar-se separada e mais detidamente os elementos participantes desse processo (extrativismo, agricultura e pecuária), verificando-se as mudanças internas que se processaram no âmbito de cada um e que culminaram com aquelas transformações já mencionadas, e examinar ainda até que ponto essas transformações, por si sós, contribuem para a formação do atual quadro socioeconômico deteriorado vigente nos espaços rurais piauienses.

5 O DECLÍNIO DO EXTRATIVISMO

A cera de carnaúba teve papel preponderante como sustentáculo de uma economia primário-exportadora, por cabotagem, que teve na cidade de Parnaíba, no extremo norte do Estado, seu centro administrador, pela função de comercialização, armazenamento e porto de escoamento deste produto, o qual se tornou um elemento dinamizador não somente daquela cidade, mas também de outros centros urbanos da região norte do Estado que se envolviam e se beneficiavam, direta ou indiretamente, com essa atividade. O ciclo da extração-exportação da cera de carnaúba, no entanto, teve seu declínio logo após a Segunda Guerra Mundial, devido à substituição do produto por sintéticos e derivados de petróleo no mercado mundial, e em meados da década de 1950, verificava-se a queda brusca dessa atividade e a desorganização da atividade de exportação. A produção da cera ainda conseguiu se manter nos primeiros anos da década de 60, para depois sofrer um declínio definitivo e não recuperável, a ponto de sua produção atualmente ser diminuta e destinada como matéria-prima apenas de um pequeno e específico ramo da indústria nacional, tais como detergentes, ceras polidoras, etc.

O outro produto extrativo – a amêndoa de coco babaçu –, que se destina à produção de sabão, de óleo comestível, sempre teve menor importância que a cera de carnaúba e, mesmo na sua fase áurea, não constituiu elemento dinamizador como aquele. Sofrendo a concorrência de outros óleos como o de algodão, milho e, mais

recentemente, o de soja, sua importância econômica tem declinado incessantemente, bem como sua participação ao nível das microrregiões produtoras e a nível da economia estadual. A partir da segunda metade da década passada, com intensificação da crise energética, a exploração do coco babaçu e vários subprodutos, como o combustível industrial, passou a ser vista como uma nova alternativa energética, surgindo então uma nova expectativa. Mas isso se dá ainda a nível experimental, de pesquisa agrônômica, de quebradores mecânicos, de fornos, etc., de modo que os resultados concretos em termos de recuperação não foram identificados nas estatísticas de produção de 1980.

A Tabela 1, a seguir, dá uma amostra da decadência das duas atividades extrativas ao longo do período considerado.

TABELA 1
 ESTADO DO PIAUÍ
 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA CERA DE CARNAÚBA E DA AMÊNDOA DE BABAÇU NO VALOR DA
 PRODUÇÃO GLOBAL DO SETOR PRIMÁRIO ESTADUAL 1960/70/80

MICRORREGIÕES	CERA DE CARNAÚBA (%)			AMÊNDOA DE BABAÇU (%)		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
1. Baixo Parnaíba Piauiense	14,0	12,1	2,2	10,6	5,3	2,0
2. Campo Maior	11,3	1,6	1,5	0,6	0,8	0,3
3. Teresina	9,0	1,5	3,8	12,5	8,4	4,3
4. Médio Parnaíba Piauiense	0,2	0,2	0,2	3,4	4,3	3,5
5. Valença do Piauí	2,3	0,6	0,2	0,3	0,3	0,2
6. Floriano	7,3	0,7	0,5	1,0	0,8	0,3
7. Baixões Agrícolas Piauienses	2,6	0,3	0,5	-	-	-
8. Alto Parnaíba Piauiense	-	-	-	1,2	1,6	0,3
9. Médio Gurgueia	0,8	-	-	-	1,6	-
10. Altos Piauí e Canindé	2,4	0,2	0,2	-	-	-
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	-	-	-	-	-	-
ESTADO	5,7	1,1	0,7	2,5	1,9	0,7

Fonte: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Piauí – CEPA-PI.

6 AGRICULTURA: SUAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

A atividade agrícola piauiense, praticada geralmente por pequenos produtores não proprietários e pequenos proprietários, é nitidamente voltada, em primeiro lugar, para a subsistência da unidade camponesa produtora, ficando os pequenos excedentes produzidos destinados à comercialização no mercado local.

Outra característica dessa pequena agricultura é a geração de renda adicional (pela cessão das glebas) para os médios e grandes proprietários, que são, por excelência, pecuaristas. E essa situação remonta ao tempo do povoamento do Estado, quando, em torno das grandes fazendas de gado, se praticava a agricultura não comercial, apenas para autossustento das fazendas de criação.

Note-se que essa agricultura ainda é tradicionalmente praticada em todo o Estado, voltada à produção de arroz, milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar, produtos que constituem a base do sustento do trabalhador rural e da alimentação da população como um todo. Convém salientar também que essa agricultura é altamente vulnerável às condições climáticas, as quais, por sua vez, são bastante instáveis, alternando anos de excessos de chuvas com períodos secos e/ou de chuvas irregulares.

Acrescente-se a isso o fato de que 82,0% do pessoal ocupado no setor primário dedicam-se à agricultura e cerca de 4/5 dessa mão de obra limitam-se a plantar a sua subsistência; além disso, 59,0% do pessoal ocupado no setor primário são classificados como produtores não proprietários de terra, sendo que 44,0% da produção agrícola total do Estado vêm de suas mãos.³ Ressalta-se ainda, que, da área total das lavouras, 73,0% são destinados à produção de alimentos básicos (arroz, milho, feijão e mandioca),⁴ cujos métodos de produção são precários e agravados pelo pouco ou nenhum acesso ao crédito, à assistência técnica, à estocagem, à desproteção de uma política eficaz de preços mínimos, entre outros.

³ II Plano de Desenvolvimento Econômico do Piauí – 1980/83, p.14.

⁴ Anuário Estatístico do Piauí – 1978/79 – Fundação CEPRO/SEPLAN.

Fundamentalmente, é uma atividade que interessa ao trabalhador rural sem a propriedade da terra e ao pequeno proprietário, para os quais representa o meio básico de sustento. Como essas duas classes de produtores ou não possuem terras ou as possuem em dimensões insuficientes, são obrigadas a produzir dentro das grandes propriedades sob condições geralmente desvantajosas. Isso concorre para que a agricultura seja praticada de forma atomizada, dispersa e sem nenhum sentido de organização e de modernização.

É necessário ressaltar que o Piauí é um Estado consideravelmente grande em extensão, com 250.934 km² de área territorial e uma população ainda exígua de 2.139.021 habitantes, dos quais 1.241.027 ou 58,0% correspondem à população rural. A densidade média do Estado é de 8,5 hab./km², variando de 50 hab./km², na microrregião mais densamente habitada, a 1,1 hab./km², na menor população (dados de 1980).

Nesse contexto, o Estado ainda não se defronta com escassez de terras para exploração das atividades agropastoris. Enquanto outros Estados e/ou sub-regiões nordestinas já começam a se ressentir da disponibilidade de novas terras para ampliar suas fronteiras agrícolas, o Piauí oferece um grande potencial de terras a explorar. Dois fatos atestam essa condição: em primeiro lugar, não ocorre no Estado, com a propriedade que a expressão merece, o fenômeno chamado de “expansão da fronteira agrícola” em função da absorção plena e intensiva das faixas de terras situadas próximas dos núcleos populacionais. Com efeito, o que se identifica melhor no Piauí é o fenômeno da “substituição da fronteira agrícola”, pela qual as terras utilizadas são deixadas para trás exauridas e desgastadas pelo uso predatório, enquanto se buscam novas porções de terras ainda virgens, para plantio, diga-se de passagem, através dos mesmos métodos invariavelmente utilizados; em segundo lugar, ainda não ocorre no Estado um processo seletivo quanto à cultura que ocupe por menor tempo as glebas de terras cedidas, tendo em vista a necessidade de sua iminente ocupação com outra alternativa. Ou seja, não se verifica, por parte dos proprietários de terras, o desinteresse pela cessão de terras para determinado cultivo por ser longo o seu ciclo de maturação e, em função disso, ocupar essas terras num período maior de tempo, o que é demonstrado pelo incremento das áreas cultivadas com a mandioca e o algodão.

Em resumo, havendo existência potencial de terras, não se verificando disputa por fatores de produção e não existindo concorrência entre atividades antagônicas, as áreas de lavouras tendem a crescer, e qualquer limitação ao seu crescimento se deve mais ao aspecto social da questão, isto é, ao deterioramento das relações sociais da produção entre trabalhadores e proprietários, ou ainda, em se tratando de um produto isolado, a fatores de mercado adversos. Afora esse tipo de limitação e prevalecendo as condições favoráveis ao crescimento das áreas das lavouras já descritas, é exatamente esta última situação que vem ocorrendo, ou seja, incrementos consideráveis nas áreas cultivadas com lavoura, ao longo das duas últimas décadas. Os dados da tabela a seguir comprovam essa afirmativa, revelando acréscimos no número de hectares cultivados no Estado.

Esses acréscimos, contudo, são pouco expressivos quando se sabe que, em princípio, as terras utilizadas com a atividade agrícola totalizam uma área diminuta em relação à superfície estadual e ao total da área utilizada com o conjunto da atividade econômica rural. No primeiro caso, representavam, em termos relativos, apenas 1,8% em 1960, elevando-se para 3,0% em 1980. Quanto ao segundo aspecto, representavam 6,0% e 9,3% em 1960 e 1980, respectivamente.

Ainda assim, apesar da pouca expressividade desses números, a área com agricultura logrou um incremento global da ordem de 313,052 hectares (equivalente, em termo percentuais, a 70,7%), no período de 1960/80, e todas as microrregiões, embora em graus variados, contribuíram de forma positiva para esse crescimento (Tabela 2).

Mas, ao se examinar a questão da evolução das áreas de lavouras a nível microrregional, torna-se necessário separar as microrregiões em dois grupos: aquelas que, ao lado do crescimento das áreas de lavouras, apresentaram retração das áreas de pastagens, e as microrregiões que obtiveram aumentos das áreas de lavouras paralelamente aos aumentos das áreas de pastagens.

No primeiro grupo, encontra-se a microrregião de Campo Maior, de tradição reconhecidamente pastoril, possuidora do maior rebanho estadual de gado bovino e que paradoxalmente apresen-

ta, no grupo, o maior aumento em termos absolutos das áreas com lavouras, e as microrregiões do Baixo Parnaíba Piauiense, Teresina e Médio Parnaíba Piauiense. Essas quatro microrregiões formam uma área contínua, situada, em sua quase totalidade, na região norte, que corresponde a 25,0% da área do Estado, mas detém a maior parcela do contingente populacional estadual (60,0%) e, conseqüentemente, apresenta a densidade populacional mais elevada (20,3 hab./km²). Diante desses dados, é provável que uma forma de pressão sobre a terra, exercida pela relativamente volumosa população rural, visando à produção de uma policultura alimentar, seja suficiente para subtrair áreas anteriormente destinadas à pastagem natural, daí porque nessas microrregiões a evolução da área com lavouras é obtida mediante retração da área com pastagem natural.

TABELA 2
 ESTADO DO PIAUÍ
 EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURAS 1960/70/80

MICRORREGIÕES	ÁREAS DE LAVOURAS (ha)		CRESCIMENTO ABSOLUTO (ha)	CRESCIMENTO RELATIVO (%)
	1960	1980		
1. Baixo Parnaíba Piauiense	42.038	51.802	9.764	23,2
2. Campo Maior	37.886	131.146	93.260	246,2
3. Teresina	28.882	50.577	21.695	75,1
4. Médio Parnaíba Piauiense	40.504	49.945	9.441	23,3
5. Valença do Piauí	30.063	49.396	19.333	64,3
6. Floriano	28.540	57.058	28.518	99,9
7. Baixões Agrícolas Piauienses	144.165	163.477	19.312	13,4
8. Alto Parnaíba Piauiense	6.723	25.815	19.092	283,9
9. Médio Gurgueia	4.611	13.450	8.839	191,7
10. Altos Piauí e Canindé	71.057	130.816	59.759	84,1
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	8.033	32.117	24.084	299,8
ESTADO	442.547	755.599	313.052	70,7

Fonte: Censo Agropecuário do Piauí 1960/1980 – FIBGE.
 Cálculo do autor.

No outro grupo, lideradas pela microrregião Altos Piauí e Canindé, também de reconhecida tradição pastoril, detentora do segundo maior rebanho bovino e que apresenta, dentro do seu grupo, o maior acréscimo de áreas com lavouras, estão as demais microrregiões, localizadas na região Centro-Sul do Estado e compondo igualmente uma extensa área contínua. Nessa área, com efeito, a extensão de terras é efetivamente grande, correspondendo a 75,0% da área estadual. O contingente populacional representa 40,0% do total estadual e, em consequência, a densidade demográfica se apresenta demasiadamente baixa, com 4,6ha/km². Desse modo, é lícito admitir-se que não ocorra nesta área uma pressão por terras para lavouras, pelo menos nos níveis com que deve ocorrer na outra região. Assim, sem motivos para concorrência, as áreas de lavouras e as de pastagem lograriam crescer concomitantemente, sem que o crescimento de uma exigisse a retração da outra.

7 O CRESCIMENTO DA PECUÁRIA

Historicamente falando, o sustentáculo da economia rural do Piauí reside na pecuária de corte, condição esta que persiste desde a época do seu povoamento. Dos quatro rebanhos básicos em termos de expressão econômica – bovinos, suínos, caprinos e ovinos – o rebanho bovino predomina de longe, não somente sobre os demais rebanhos mas, também, sobre a totalidade do valor gerado na produção primária estadual. O predomínio econômico da bovinocultura é generalizado em todo o Estado, o que vale para caracterizar a economia rural piauiense como um grande sistema pecuário associado em pequena escala a uma agricultura frágil, voltada para a produção alimentar.

Nesse contexto, a pecuária, basicamente representada pelo rebanho bovino, tende a se fortalecer de forma crescente, sobretudo porque está estreitamente ligada aos interesses da classe dos médios e grandes proprietários rurais. Com efeito, é nas grandes fazendas que se pratica o criatório de rebanho, em moldes extensivos. Os caprinos e ovinos participam dos interesses das várias classes de proprietários rurais, enquanto os suínos são criados, em geral, por

pequenos proprietários, a nível de criação de quintal. A importância crescente do rebanho bovino fica patente ao quantificar-se a sua participação dentro do valor da produção pecuária como um todo. Considerando-se o valor da produção animal básica do Estado, representado pelo conjunto dos quatro rebanhos já citados, a participação do rebanho bovino, isoladamente, se expressa, em 1960, por 72,0%, elevando-se para 85,2% em 1980.

De modo semelhante, quando se acrescenta ao valor da produção pecuária, caracterizada acima, o valor da produção agrícola e também o de extrativa, dimensionado neste trabalho, a participação dos bovinos decai um pouco, mas, ainda assim, permanece como elemento predominante 54,6% em 1960, elevando-se para 66,3%, ou seja, dois terços, em 1980.

Na tabela a seguir, pode-se visualizar de modo mais claro a expansão da pecuária, através do crescimento do seu efetivo.

TABELA 3
ESTADO DO PIAUÍ
REBANHO BOVINO – NÚMERO DE CABEÇAS, CRESCIMENTO ABSOLUTO E CRESCIMENTO RELATIVO
1960/80

MICRORREGIÕES	REBANHO BOVINO (Nº DE CABEÇAS)		CRESCIMENTO ABSOLUTO (ha)	CRESCIMENTO RELATIVO (%)
	1960	1980		
1. Baixo Parnaíba Piauiense	73.813	116.203	42.388	57,4
2. Campo Maior	241.450	304.055	59.596	24,4
3. Teresina	86.331	89.469	3.138	3,6
4. Médio Parnaíba Piauiense	47.759	50.461	2.702	5,7
5. Valença do Piauí	63.832	92.573	28.741	45,0
6. Floriano	107.835	149.122	41.287	38,3
7. Baixões Agrícolas Piauienses	159.245	242.642	83.397	52,4
8. Alto Parnaíba Piauiense	38.927	46.384	7.457	19,1
9. Médio Gurgueia	35.106	52.460	17.354	49,4
10. Altos Piauí e Canindé	199.022	253.586	54.564	27,4
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	79.974	158.841	78.867	98,6
ESTADO	1.136.303	1.557.796	421.493	37,1

Fonte: Censo Agropecuário do Piauí 1960/1980 – FIBGE.

Cálculo do autor.

Pelos dados anteriores, observa-se que o rebanho bovino estadual obteve um acréscimo moderado ao longo das duas décadas, cujo crescimento deve ter sido, em muito, absorvido pela elevada taxa de crescimento populacional, da ordem de 3,2% a.a, no mesmo período, uma vez que, à exceção das bacias leiteiras de Teresina e Parnaíba, o rebanho destina-se ao corte para o consumo da população estadual.

A nível microrregional, vê-se que os acréscimos se apresentam em graus variados. Algumas microrregiões, como as de Teresina, Médio Parnaíba e Médio Gurgueia, não são acentuadamente voltadas para atividades pastoris, tanto que, em confronto com as demais, apresentam os menores efetivos e, conseqüentemente, os menores acréscimos absolutos. A microrregião do Alto Parnaíba Piauiense era, até recentemente, desarticulada com a economia estadual e, somente a partir dos anos 70, foi aberta à penetração de iniciativas produtivas, cujos resultados não se mostram ainda disseminados ou consolidados no seu espaço físico. Quanto à microrregião do Baixo Parnaíba, o elevado acréscimo relativo que apresenta é um fato ligado à existência de uma antiga aristocracia rural, voltada para o extrativismo, a qual, não para suprir as perdas decorrentes do fim do extrativismo em si, mas objetivando principalmente manter seu “status” de classe, tem-se voltado para a atividade pecuária. Já as demais microrregiões, em graus variados, sempre possuíram uma tradição pastoril acentuada, daí apresentarem os maiores incrementos em termos absolutos, resultantes e proporcionais ao próprio efetivo preexistente no primeiro ano.

Examinando-se a evolução da pecuária, sob o ângulo da área incorporada, tem-se os seguintes dados.

TABELA 4
 ESTADO DO PIAUÍ
 PASTAGEM NATURAL – ÁREA, CRESCIMENTO ABSOLUTO E CRESCIMENTO RELATIVO 1960/80

MICRORREGIÕES	ÁREA DE PASTAGEM NATURAL (ha)		CRESCIMENTO ABSOLUTO (ha)	CRESCIMENTO RELATIVO (%)
	1960	1980		
1. Baixo Parnaíba Piauiense	132.457	110.303	-22.154	-16,7
2. Campo Maior	669.323	508.204	-161.119	-24,1
3. Teresina	279.464	153.985	-125.479	-44,8
4. Médio Parnaíba Piauiense	106.592	77.151	-29.441	-27,6
5. Valença do Piauí	155.422	195.367	39.945	25,7
6. Floriano	142.791	587.060	444.269	311,1
7. Baixões Agrícolas Piauienses	260.619	279.484	18.865	7,2
8. Alto Parnaíba Piauiense	259.153	486.628	227.475	87,8
9. Médio Gurgueia	56.602	415.279	358.677	633,7
10. Altos Piauí e Canindé	264.097	341.302	77.205	29,2
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	192.959	179.642	13.317	-6,9
ESTADO	2.519.479	3.386.341	866.862	34,4

Fonte: Censo Agropecuário do Piauí 1960/1980 – FIBGE.
 Cálculo do autor.

As terras destinadas ao pastoreio natural, em campo aberto, que caracterizam o criatório de bovinos, representam aproximadamente 1/3 do total das áreas úteis utilizadas no processo produtivo. No período de 1960/80, a incorporação de 866,8 mil hectares às terras para pastagem natural, e não a outro tipo de exploração, deve encontrar explicação na crescente expansão pecuária do Estado. Entretanto, o incremento não se deu de forma disseminada por todo o espaço estadual. As microrregiões situadas no Norte do Estado (Baixo Parnaíba, Campo Maior, Teresina e Médio Parnaíba) apresentaram decréscimo real na área destinada à pastagem sem, contudo, repercutir negativamente nos efetivos, os quais, como se viu na Tabela 3, mostram incrementos ao longo do período. Tais decréscimos, em se tratando daquelas microrregiões, podem estar ligados, conforme foi visto no segmento anterior (Evolução das Áreas de Lavouras), à pressão sobre a terra, objetivando incrementos nas áreas de lavoura e aumentos na produção de produtos alimentares, em decorrência de serem aquelas microrregiões detentoras das maiores densidades populacionais, dos maiores índices de precipitação pluviométrica, etc.

Por outro lado, as microrregiões localizadas na região central e, sobretudo, no sul do Estado, sem exceção, mostram aumentos nas áreas de pastagem, principalmente as de Floriano, Alto Parnaíba Piauiense e Médio Gurgueia, que revelam acréscimos extraordinários. Com efeito, nestas microrregiões, além da expansão espontânea promovida pelos criadores locais de capital próprio, inúmeros projetos agropecuários têm sido implantados com recursos oriundos do FINOR.

As terras com pastagem plantada, cuja área passou de 72,4 mil hectares em 1960 para 297,0 mil hectares em 1980, mostram uma pequena participação na estrutura estadual de uso da terra, mas, ainda, superam, em qualquer ano, a área destinada à agricultura permanente. Contrariamente à área com pastagem natural, a área com pastagem artificial apresenta acréscimos em todas as microrregiões, em graus variados. E, se a expansão nas áreas de pastagem natural supõe aumentos no efetivo bovino, o acréscimo nas áreas de pastagem plantada confirma a melhoria do padrão racial de parte do rebanho. E, diga-se de passagem, que, em função da própria

valorização econômica do rebanho bovino “crioulo”, nas fazendas onde se está dando a melhoria da qualidade racial de parte do rebanho, cujo valor comercial por unidade é bem mais elevado do que o do gado nativo, o antigo sistema de “sorte”, que representava a forma de pagamento ao vaqueiro, está sendo substituído pelo pagamento de salário em dinheiro.

Vale ressaltar o fato marcante de que a bovinocultura é desenvolvida, sobretudo nas grandes propriedades, onde os animais são criados soltos, alimentando-se de pastos naturais, sujeitos, portanto, a grandes variações no seu peso na época da estiagem, e, mesmo, à morte se a seca for demasiadamente prolongada. A pecuária também é desenvolvida nas pequenas propriedades, sendo que nestas se pratica, de preferência, a criação de caprinos, ovinos e suínos. A diferença da prática criatória entre a pequena e a grande propriedade é que na primeira há a predominância de animais de médio porte, visando à subsistência e, eventualmente, a uma renda extra, através da comercialização de algumas cabeças; nas grandes propriedades, o dominante é o rebanho bovino, criado sem maiores cuidados e sem grandes riscos, dada a pouca aplicação do capital, tendo em vista principalmente a geração de riqueza.

Convém caracterizar a atividade pecuária no Piauí como uma atividade de criação extensiva na sua quase totalidade. Mesmo na atualidade, são relativamente poucos os criadores que se utilizam de um trato semi-intensivo para o seu rebanho. A maior parte da criação é destinada ao corte, sendo que os contingentes são criados extensivamente, sem receberem maiores cuidados, utilizando-se basicamente de pastagens naturais e empregando, por fim, uma quantidade mínima de mão de obra.

Daí porque a conclusão de que, pelos dados apresentados, o Estado do Piauí comporta atualmente apenas dois tipos de sistemas de produção, quais sejam, o pecuário e o misto pecuário/policultura, sistema este em que a pecuária termina por apresentar-se como o carro-chefe do sistema, visto que apenas é complementada por uma policultura de subsistência obsoleta, incerta, e, cada vez mais, difícil de ser praticada pelos pequenos proprietários e produtores sem-terra.

A tendência desse sistema é no sentido de uma crescente pecuarização, pelos incentivos oferecidos, maior segurança, etc. Dentro desse contexto ele se capitaliza, passa a interessar aos capitalistas de outros setores e a empresários urbanos; indiferentes à problemática social do meio rural e, nesse quadro, deixa de existir espaço, também literalmente falando, para o homem trabalhador do campo, de tal como que a ele não restará outra alternativa senão abandonar o campo, dirigindo-se para as periferias dos médios e grandes centros urbanos.

A respeito disso, cita-se, também, um fenômeno recente, que vem afetando diretamente o pequeno proprietário. Trata-se de uma forma de pressão contra este, exercida pelo grande proprietário, materializado na forma da cerca de arame. A cerca, que inclusive é financiada por determinadas linhas de crédito governamental ao grande pecuarista, representa a privatização dos principais fatores de produção que são terra e água. A cerca afeta diretamente a atividade pastoril do pequeno proprietário, representada por animais de médio porte e pelo bovino em pequena escala, impedindo-lhes a movimentação livre em busca de pasto natural e fontes de água. A alegação para isto é de que o rebanho de médio porte disputa com o gado bovino recursos naturais, como pastos e água, cada vez mais escassos, em prejuízo deste último. Deste modo, torna-se cada vez mais inviável a atividade criatória por parte do pequeno produtor.

8 DETERIORAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO: SUAS CAUSAS

Atualmente constata-se no meio rural piauiense uma menor diversificação das atividades produtivas, motivada pela redução dos sistemas de produção, em termos numéricos, de cinco para dois sistemas, em função, sobretudo, da debilitação ou mesmo supressão dos dois componentes extrativos – cera de carnaúba e amêndoa de babaçu – da pauta de exploração econômica e exportação, motivada exclusivamente por fatores exógenos (substituição, aviltamento de preços no mercado externo).

Constata-se, em paralelo, e ao longo do período estudado, uma crescente deterioração das condições de vida e sustentação no campo de grandes parcelas do contingente rural que, a partir daí, tem abandonado o campo, com destinação aos médios e grandes centros urbanos, empreendendo assim o conhecido fenômeno dos fluxos migratórios rural-urbano.

À primeira vista poder-se-ia supor que este último fenômeno seria uma decorrência natural do primeiro. Mas, até que ponto seria lícito pensar-se que a permanência dos cinco sistemas teria consolidado a economia rural estadual, teria retido a massa de famílias rurais no seu ambiente, evitando o êxodo rural?

Aparentemente, o declínio ou enfraquecimento do ciclo extrativo, seja da cera de carnaúba, seja do coquilho do babaçu, teria causado um grande golpe na economia estadual, observando-se pela ótica da economia especificamente rural. Contudo, na realidade, a decadência do extrativismo parece não ter sido notavelmente fatal para a economia do Estado como um todo, sobretudo quanto à sua repercussão na economia rural, e esta questão pode ser visualizada por três aspectos diversos.

O primeiro dele pode ser o da extensão territorial ocupada por essa atividade. O extrativismo não constituiu uma atividade disseminada por todo o território estadual. Sua exploração, em termos econômicos, só foi possível, logicamente, nos espaços onde grassam as referidas palmáceas nativas e invasoras, ambientadas e mais concentradas na parte norte do Estado. Abstraindo-se as suas pouco expressivas ocorrências do ponto de vista da exploração econômica, em um número maior de municípios, as áreas que, pelas suas expressões econômicas, chegaram a compor sistemas de produção associados à pecuária e à policultura alimentar, nunca conseguiram abranger parcelas significativas do espaço estadual.

O sistema pecuário/policultura/extrativismo carnaubeiro, cuja maior abrangência territorial, no período em estudo, ocorreu em 1960, alcançou naquele ano apenas 10,7% do espaço territorial estadual. A partir daí, e pelos motivos já mencionados, dá-se o declínio progressivo da exploração econômica do extrativismo carnaubeiro, ficando o sistema restrito à pecuária/policultura.

O sistema pecuário/extrativismo babaçueiro teve ainda menor expressão em termos de extensão territorial. A maior área ocupada por este sistema, no ano de 1970, representava tão-somente 1,7% da área total do Estado.

Outro aspecto a ser considerado é o da fragilidade econômica, que caracteriza a maior parte das atividades extrativas, e, no caso piauiense, o extrativismo representado pela carnaúba e pelo babaçu não constituiu exceção. Com efeito, nenhum dos dois produtos possibilitou a formação de sistema puro, à feição de “monocultura”, ao qual as áreas produtoras estivessem dependentes como fonte essencial de renda. O extrativismo sempre apareceu formando sistema ao lado da pecuária e da policultura alimentar, sendo mais de caráter complementar e em menor escala do que o componente pecuário quanto à formação de renda.

O terceiro aspecto a considerar é que o período extrativo, na realidade, não promoveu grandes benefícios no campo. Muito mais do que beneficiar o campo, ele dinamizou alguns centros urbanos situados na região extrativa, localizada no norte do Estado, tais como Parnaíba, Piracuruca, Luzilândia, Campo Maior, entre outros. E a melhor demonstração disso é que o campo, especificamente a própria região extrativista, mesmo no apogeu do extrativismo, permaneceu pobre, subdesenvolvido e com suas velhas estruturas inalteradas. Isto porque o próprio caráter dessa atividade não propiciou o surgimento de modificações estruturais, porquanto, a nível do campo, ela se resumia em coleta e beneficiamento inicial, em moldes artesanais, de produtos extrativos nativos e, portanto, sem a exigência de nenhum trato, nenhuma tecnologia, seja de cultivo, de coleta ou de processamento. Assim, não foi suficiente para motivar mudanças nas estruturas vigentes no campo, de forma que região extrativa e região não extrativa são diferenciadas entre si no que tange às várias facetas das estruturas agrárias.

Por outro lado, o ciclo extrativista possibilitou um relativo dinamismo nos centros urbanos compradores e armazenadores já mencionados, sobretudo na cidade de Parnaíba, a qual se tornou o maior centro armazenador e exportador, por via marítima, dos produtos do extrativismo, tendo para isto desenvolvido toda uma infra-

estrutura apropriada. Em função disso, o declínio do extrativismo trouxe consequências mais danosas a estes centros comercializados do que ao campo. A partir daí, a classe dos comerciantes-exportadores urbanos teve que se adaptar e, aproveitando a estrutura comercial já montada, procurou voltar-se para os mercados internos.

Já a classe dos grandes e médios proprietários rurais, em cujas terras tinha lugar a atividade extrativa, no primeiro momento, nada pôde fazer a não ser assistir à sua desativação. Este período (segunda metade dos anos 50 e primeira metade da década de 60) é marcado, ainda, pelo visível crescimento e modernização de muitos centros urbanos estaduais, e, este fato, em oposição ao atraso e à deterioração da vida no campo, fez com que a parte da antiga aristocracia rural transferisse sua residência para os centros urbanos, praticamente desvinculando-se da atividade rural. Desse modo, ocorreu um lapso de tempo de quase completa estagnação rural.

A economia rural apenas na última década tem dado sinal de recuperação: isto porque o remanescente da antiga casta rural, somado a uma nova classe emergente, que é a dos empresários urbanos interessados em empreendimentos rurais, tem procurado concentrar recursos no fortalecimento da pecuária. Este início de recuperação, contudo, dá-se com um certo retardamento, pois não ocorreu imediatamente após o declínio do extrativismo, como uma forma espontânea e providencial de compensação, mas, somente nos anos mais recentes, em virtude de facilidades criadas através de programas governamentais de crédito e financiamentos. Conclui-se, então, que o declínio da atividade extrativa foi um fato aceito, na época em que ocorreu, e que o fortalecimento da pecuária e a modernização da agricultura, esta última ainda em diminuta escala e em áreas restritas, não são formas de suprir a perda da renda gerada na antiga atividade extrativista, mas sim formas independentes, movidas por uma nova mentalidade e, principalmente, viabilizadas por incentivos governamentais.

Retomando-se a questão das transformações ocorridas nos últimos 20 anos na economia rural piauiense, tem-se o seguinte ponto: a redução dos sistemas de produção de cinco para dois sistemas, o que acarretou perda de dinamismo para a economia estadual

e consequente perda de renda para os latifundiários extrativistas e para a massa de trabalhadores rurais, que tinha nessa atividade a oportunidade de ganhos suplementares, até porque ela ocorria na entressafra, sem prejuízos para a atividade agrícola. A redução do número de sistemas se deve à retirada relativa dos componentes extrativistas carnaubeiro e babaçueiro, conforme foi visto.

Entretanto, o ciclo extrativista não chegou a ser uma atividade dinâmica, na expressão do termo, ao nível do campo, pela pequena extensão territorial relativa onde era praticado, pela sua falta de vigor para formar um sistema puro, aparecendo sempre como atividade associada à pecuária, e, ainda, por permitir que os canais de comercialização e exportação urbanos se apropriassem de grande parte da renda gerada nessa atividade, enquanto a parte menor era distribuída com os latifundiários extrativistas, e uma parcela ínfima era pulverizada entre os trabalhadores rurais que participavam dessa atividade.

Os sistemas modificaram-se ao longo do período estudado, mas não em função de alterações na estrutura fundiária, na estrutura de comercialização interna, no trabalho, nos instrumentos de trabalho. No caso do declínio do extrativismo tem-se como determinante a conjuntura externa e interna de preços e a substituição de produtos. A expansão e capitalização da pecuária deve-se a implantação da política de financiamento.

A partir desse conjunto de situações, pode-se adiantar uma conclusão: a de que a decadência do extrativismo, que determinou a redução dos sistemas de produção, não contribuiu de forma decisiva para a deterioração das condições de vida dos trabalhadores rurais sem-terra. Foi mais danosa para os comerciantes-exportadores urbanos e, em menor escala, para os latifundiários pecuaristas-extrativistas. Por sua vez, a gênese da deterioração das condições de vida e sustentação no campo para os pequenos proprietários e não proprietários, sem se abstrair as já tão conhecidas adversidades climáticas, parece residir, assim, em outras injunções criadas não no fim do extrativismo em si, mas na persistência de uma estrutura de posse da terra altamente concentradora e no surgimento de novas formas de exploração econômica que trouxeram na sua esteira uma

série de situações desvantajosas para as duas classe citadas, conforme se verá adiante.

9 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O espaço fundiário total do Estado apresenta uma estrutura peculiar, revelando uma elevada e crescente concentração ao nível dos estratos de maiores tamanhos, em contraposição ao esfacelamento ao nível dos já pequenos estabelecimentos. Uma abordagem inicial pode ser visualizada através da proporção que ocupam no espaço fundiário total do Estado os estabelecimentos com menos de 100 hectares e os de área acima de 100 hectares. Os estabelecimentos do primeiro grupo abrangem 19,5% do referido espaço, perfazendo, em número relativo, 92,5% do número total enquanto os estabelecimentos do estrato acima de 100 hectares abrangem 80,5% do espaço total representando 7,5% em número.

Pode-se agora examinar mais detidamente, no tocante ao conjunto do Estado bem como às microrregiões, o comportamento dos dois grupos extremos de estabelecimentos, ou seja, aquele grupo situado na faixa de 0 a 50 hectares, denominado minifúndio e do outro lado, o situado na classe acima de 1.000 hectares, denominado macrofúndio, ambas as definições tomadas arbitrariamente.

Quanto ao primeiro grupo, em 1960 representava 70,0% em relação ao número de estabelecimentos existentes, ocupando apenas 7,1% do espaço total dos estabelecimentos. Ao final do período estudado, isto é, em 1980, eles representavam nada menos de 87,1% do número de estabelecimentos e 11,3% do espaço total. No primeiro ano, a área média foi de 10,6 ha/estabelecimentos, caindo para 5,8 ha/estabelecimentos. Isso significa que a quase totalidade dos já microestabelecimentos de 1960 estão se tornando miniestabelecimentos de diminuto tamanho para serem considerados estabelecimentos rurais, cujo reduzido tamanho compromete a viabilidade econômica de qualquer atividade agropecuária, sobretudo quando se considera a natureza extensiva da agricultura piauiense, em que os aumentos da produção não se verificam por aumentos da produtividade, mas

pela incorporação de novas áreas e a vocação histórica do Estado para o sistema gado-policultura alimentar, atividade que exige porções de terras bem maiores que aquelas para se tornar operacional.

Esse processo, contudo, não deve ser entendido como minifundização, mas como excessiva fragmentação, porquanto o fenômeno se registra apenas no estrato dos estabelecimentos de pequeno tamanho e, ademais, porque o processo de minifundização está ligado ao parcelamento equilibrado e racional do espaço total fundiário e não ao fracionamento prejudicial.

Acrescente-se que esses miniestabelecimentos são voltados para a agricultura de subsistência da família do produtor, função esta que nem sempre conseguem realizar, apesar de serem intensamente utilizados, pois as relações de aproveitamento conhecidas para o Estado revelam uma elevada exploração nos pequenos estabelecimentos, resultante da forte pressão sobre a terra, exercida pelos pequenos produtores sem condições de acesso à terra. A utilização intensa, agravada pelos métodos rudimentares de produção, logo resulta no desgaste da terra e na conseqüente perda de produtividade e queda da produção, terminando essas pequenas propriedades por servirem de base de reserva de mão de obra utilizável nas grandes propriedades.

O processo de fragmentação em miniestabelecimentos é um fenômeno generalizado em todo o Estado, mas o conhecimento empírico da realidade social piauiense parece mostrar indícios da inversão do processo, isto é, é provável que esteja para ocorrer um processo de reconcentração de terras, no qual se dê a absorção dos pequenos e microestabelecimentos pelos grandes. E os indícios que se tem são:

- a. a pressão exercida pelos grandes estabelecimentos sobre os pequenos, pressão esta concretizada sob a forma de privatização crescente dos recursos naturais e/ou sua limitação ao uso social, fato que encontra sua expressão maior na cerca de arame, cuja implantação complica a vida e a economia dos pequenos estabelecimentos, terminando por viabilizá-los;

- b. as desiguais, incertas e muitas vezes inexistentes condições de acesso ao crédito e financiamento por parte dos pequenos proprietários, os quais são extremamente carentes de capital. Ressentindo-se da falta de recursos próprios e não tendo como sobreviver às outras limitações contra eles existentes, terminam por se desfazer do seu pequeno espaço rural.

A respeito do fenômeno da fragmentação dos pequenos estabelecimentos (0 – 50 ha), merece destaque o ocorrido com as microrregiões Baixo Parnaíba Piauiense, Campo Maior, Teresina, Médio Parnaíba Piauiense e Valença do Piauí, que mostram uma excessiva fragmentação, pois mais de 90,0% dos seus estabelecimentos estão situados nessa faixa, mas ocupando pouco mais de 10,0% da área e, por consequência, apresentando tamanho médio irrisório, não ultrapassando 4,1% ha/estabelecimentos, impraticáveis, portanto, para o desenvolvimento racional das atividades rurais (ver Tabela 6).

Vale mencionar o fato de que as microrregiões citadas formam um bloco contínuo de microrregiões situadas nas regiões centro e norte do Estado, onde se verifica um relativamente elevado grau de adensamento populacional e econômico, que pode resultar numa mais forte pressão sobre a terra. Nas demais microrregiões, situadas na extensa região sul do Estado, menos densamente povoada e economicamente pouco explorada, apresentando, inclusive, grandes bolsões de vazio demográfico, os dados mencionados anteriormente mudam de feição: são bem mais baixos os números de estabelecimentos nesse estrato mínimo, bem como suas áreas médias mostram um aumento relativamente ao primeiro grupo de microrregiões. Daí, pode-se inferir que as áreas mais densamente habitadas tendem a exercer uma pressão sobre a terra e que, dado o baixo grau de capitalização, a pressão passa a ocorrer mais fortemente sobre os estratos de áreas de menores tamanhos, acirrando o processo de fragmentação. Deve-se considerar também que processos de subdivisão do grande número de pequenas propriedades podem-se dar, em boa parte, através da herança familiar, a qual, por seu turno, guarda uma proporção direta com o tamanho da população.

Do outro lado, os grandes estabelecimentos – os macrofúndios –, que são em menor número, concentram a maior parte das terras. Em 1960 os de tamanho acima de 1.000 hectares, que perfaziam 1,6% do número total de estabelecimentos, concentravam 40,0% do espaço fundiário total; em 1980 eles diminuíram em número, passando a 0,6%, mas ampliaram seus domínios chegando a deter 42,1% da área, o que denotou um evidente processo de latifundização em andamento. No primeiro ano, a área média foi de 2.565,9% ha/estabelecimentos, aumentando no segundo ano para 3.202,3 ha/estabelecimentos. Verifica-se, assim, nos elevados estratos de área, uma redução do número de estabelecimentos, em contrapartida a um acréscimo nas suas áreas incorporadas. Essa estrutura de distribuição da terra, marcada pela fragmentação dos pequenos estabelecimentos e pelo acréscimo de absorção de terras nos grandes estabelecimentos, leva a antever uma tendência progressivamente marcante de polarização minifúndio-latifúndio.

Convém salientar que, nesses estabelecimentos, predomina a atividade dirigida para o mercado, sobretudo sob a forma de criatório extensivo de rebanho bovino para corte. Isso não significa, entretanto, que aí não se desenvolvem atividades agrícolas. Ao contrário, coexiste paralelamente à atividade pecuária uma elevada participação de atividade agrícola de subsistência, praticada por parceiros ou arrendatários.

Via de regra, em todas as microrregiões, sem exceção, houve uma considerável redução relativa do número dos grandes estabelecimentos, mas não em relação à extensão das terras por eles apropriadas. Isso equivale a dizer que o número de latifúndios diminuiu no período, porém a quantidade de terras por eles absorvida expandiu-se em algumas microrregiões, crescendo os mesmos tanto em tamanho global como em tamanho médio. Sob esse aspecto, é extraordinário o que ocorreu nas microrregiões de Floriano, Alto Parnaíba Piauiense e Médio Gurgueia, as quais mostram ter sofrido recentemente uma mais intensa concentração de terras. Com efeito, durante o período, a expansão de terras concentradas no estrato acima de 1.000 ha passou de 361 mil ha para 883 mil ha na primeira microrregião, de 311 mil ha para 693 mil ha na segunda e de 194 mil ha para 536 mil ha na terceira. A dilatação dos latifúndios nessas

três microrregiões é recente, ou seja, o processo já pode ser observado de modo lento no final dos anos 60, mas foi a partir dos anos 70 que se intensificou. Deve-se acrescentar que a explicação para esse fenômeno é a de que essas três microrregiões têm sido visadas por grandes capitalistas que aí se implantaram, com recursos do art. 34/18 e posteriormente do FINOR, motivados também a nível de Estado pela oferta de terras a preços baixíssimos, objetivando a implantação de grandes projetos agropecuários, os quais exigem a privatização de grandes extensões de terras. Coincidentemente, essas microrregiões situam-se na região sul do Estado, onde mais extensas são as áreas de baixa ocupação econômica e de povoamento. Situação semelhante, porém, mais atenuada, mostram as microrregiões do Baixo Parnaíba Piauiense, Valença do Piauí e Altos Piauí e Canindé, onde se sabe também da implantação de grandes projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

TABELA 5
 ESTADO DO PIAUÍ
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO O NÚMERO
 (%), A ÁREA (%) E A ÁREA MÉDIA (ha) POR MICRORREGIÕES – 1960

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	ESTABELECIMENTOS (ha)*																	
	0 – 50			50 – 100			100 – 200			200 – 500			500 – 1.000			1.000 e mais		
	Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média	
01. Baixo Parnaíba Piauiense	74,7	6,5	7,1	8,6	7,2	68,3	7,9	13,4	138,7	5,9	21,8	303,0	1,6	13,1	658,1	1,3	38,0	2.298,0
02. Campo Maior	68,3	5,1	8,5	9,8	6,0	69,1	8,7	10,5	138,5	8,3	21,6	299,6	3,2	18,5	661,2	1,7	38,3	2.356,5
03. Teresina	86,0	4,6	3,0	3,7	4,6	72,1	4,1	10,3	144,1	3,6	19,6	309,0	1,7	20,8	681,6	0,9	40,1	2.333,0
04. Médio Parnaíba Piauiense	76,7	10,4	9,1	9,6	9,7	67,6	5,4	11,9	135,5	5,2	22,8	294,1	1,9	18,5	651,3	0,7	26,7	2.283,4
05. Valença do Piauí	46,9	6,2	21,9	19,7	8,0	67,6	16,1	13,1	134,5	11,4	20,2	293,3	3,6	13,9	645,6	2,3	38,6	2.782,5
06. Floriano	60,8	4,5	12,2	10,3	4,5	68,9	11,5	9,4	133,1	9,3	17,0	298,0	4,6	18,2	654,0	3,5	46,6	2.163,1
07. Baixões Agrícolas Piauienses	74,8	18,3	14,7	12,8	14,1	66,1	6,8	14,7	129,4	4,1	19,7	287,4	1,0	11,1	641,1	0,5	26,1	2.812,7
08. Alto Parnaíba Piauiense	39,6	1,9	16,6	17,4	3,6	72,3	14,0	5,6	138,6	16,0	14,3	312,3	6,5	13,2	712,6	6,3	61,4	3.381,4
09. Médio Gurgueia	46,6	2,3	15,3	17,4	4,2	73,7	12,1	6,0	150,3	10,4	10,2	300,4	7,0	16,7	733,0	6,5	60,6	2.859,5
10. Altos Piauí e Canindé	63,7	8,5	17,1	15,4	7,8	65,1	9,6	9,6	128,1	7,0	15,4	283,0	2,6	13,1	653,8	1,7	45,6	3.274,1
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	23,1	1,8	23,4	18,7	4,5	69,4	22,2	10,5	137,6	20,6	21,0	297,4	9,4	21,1	655,3	6,0	41,1	1.972,0
ESTADO	70,0	7,1	10,6	10,9	7,2	67,8	8,3	10,8	135,0	6,7	18,8	308,2	2,5	16,1	662,4	1,6	40,0	2.565,9

Fonte: Censos Agropecuários do Piauí, 1960/70/80 – FIBGE.

* Não se incluem os estabelecimentos sem declaração de área.

TABELA 6
ESTADO DO PIAUÍ
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO O NÚMERO
(%), A ÁREA (%) E A ÁREA MÉDIA (ha) POR MICRORREGIÕES – 1980

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	ESTABELECIMENTOS (ha)*																	
	0 – 50			50 – 100			100 – 200			200 – 500			500 – 1.000			1.000 e mais		
	Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média		Nº	Área Média	
01. Baixo Parnaíba Piauiense	94,1	12,5	2,7	2,4	7,9	69,5	1,7	11,3	138,3	1,1	16,7	298,0	0,4	13,0	690,4	0,3	38,6	2.969,4
02. Campo Maior	90,9	9,8	3,5	3,2	6,7	68,6	2,5	10,8	137,2	2,1	19,9	306,1	0,8	15,5	679,3	0,5	37,6	2.234,1
03. Teresina	92,4	11,9	3,0	3,0	8,7	68,9	2,2	12,9	137,0	1,5	19,2	306,1	0,5	16,4	708,1	0,4	30,9	1.950,5
04. Médio Parnaíba Piauiense	92,4	18,1	3,9	3,6	12,3	69,9	2,0	13,6	136,7	1,4	21,0	298,7	0,4	12,6	684,6	0,2	22,4	2.022,2
05. Valença do Piauí	91,2	11,0	4,1	3,3	6,7	69,3	2,6	10,8	137,3	1,9	16,8	306,7	0,6	12,1	666,9	0,4	42,6	3.027,9
06. Floriano	80,8	5,6	7,0	6,5	4,4	67,8	5,7	7,5	132,6	3,9	11,7	304,1	1,5	10,2	683,7	1,9	60,6	3.772,5
07. Baixões Agrícolas Piauienses	87,3	27,9	9,3	7,0	16,4	67,5	3,5	15,8	131,8	1,7	16,7	288,6	0,4	7,7	641,9	0,1	15,5	2.641,7
08. Alto Parnaíba Piauiense	61,3	1,9	9,2	9,8	2,2	68,3	10,2	4,3	124,7	9,3	9,2	296,0	4,3	9,7	671,8	5,0	72,7	4.249,1
09. Médio Gurgueia	78,1	3,5	8,7	8,0	2,8	67,7	6,1	4,2	134,1	4,1	6,2	290,9	1,7	5,9	676,7	2,0	77,4	7.345,9
10. Altos Piauí e Canindé	76,8	13,0	11,0	10,7	11,1	67,9	7,1	14,2	131,1	3,8	17,3	294,8	0,9	9,7	669,0	0,7	34,7	3.360,7
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	59,7	6,9	13,3	14,8	8,8	68,4	13,2	14,9	130,5	8,0	20,6	299,7	2,7	15,5	663,1	1,6	33,3	2.280,9
ESTADO	87,1	11,3	5,8	5,4	8,2	68,4	3,7	11,1	133,4	2,4	15,9	299,4	0,8	11,4	675,3	0,6	42,1	3.202,3

Fonte: Censos Agropecuários do Piauí, 1960/70/80 – FIBGE.

* Não se incluem os estabelecimentos sem declaração de área.

10 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

No item anterior abordou-se uma noção geral sobre a estrutura fundiária vigente no âmbito estadual, numa análise sucinta, apoiada, como se viu, nas duas classes extremas de estabelecimentos, os de menos de 50 ha, e os superiores a 1.000 ha, ou seja, na polarização minifúndio-latifúndio, que visava mostrar, por um lado, o excessivo processo de fragmentação dos pequenos estabelecimentos e, por outro lado, a crescente dilatação dos macroestabelecimentos.

Na realidade, a questão da estrutura fundiária não se resume ao binômio minifúndio-latifúndio. Ela é bem mais diversificada comportando, no seu interior, estabelecimentos de categorias dimensionais intermediárias, conforme se vê nas Tabelas 5 e 6. É justamente essa heterogeneidade, no tocante à estrutura fundiária, que condiciona a estrutura socioeconômica prevalecente no campo, de vez que, se o conjunto dos estabelecimentos é estratificado segundo o tamanho das unidades fundiárias, o conjunto dos proprietários é também estratificado segundo o mesmo objetivo de grandeza. Assim é que existem os grandes, médios e pequenos proprietários, que são os integrantes pessoais da estrutura fundiária e que, ao seu turno, condicionam a estrutura socioeconômica do campo.

Além desses, coexiste no mesmo espaço, mas em completa dependência e relativamente muito mais numerosa, a classe dos não proprietários ou dos produtores sem-terra, quer sejam assalariados ou não, cujo nível de renda e situação sociológica corresponde, muito de perto, à dos pequenos e microproprietários. Com efeito, muito se discutiu, durante o recente ciclo da seca que atingiu o Estado 1981/83 sobre quem estaria em situação mais precária: os trabalhadores sem-terra, matriculados nas frentes de emergências, ou os pequenos proprietários, também carentes, mas impossibilitados de participarem das “frentes” pela condição jurídica de proprietários.

A condição socioeconômica dos pequenos proprietários é tão assemelhada à dos trabalhadores sem-terra, que os mesmos chegam a participar das duas categorias, isto é, a de proprietários, quando trabalham em suas pequenas propriedades, e a de força de trabalho, quando no período de entressafra trabalham como assa-

lariados nas grandes propriedades, por questão de sobrevivência. Também ocorre com muita frequência o caso dos pequenos e microproprietários, além de usarem suas terras, tentarem complementar e/ou assegurar maior produção, trabalhando em regime de parceria ou de arrendamento nas terras das grandes e médias propriedades. As grandes e médias propriedades tradicionalmente são voltadas para a atividade pecuária de corte, sob moldes extensivos, com pouca absorção de mão de obra, mas permitem a seus titulares a cessão de parcelas de terras aos moradores, parceiros ou arrendatários para as atividades de lavouras, de onde esperam os primeiros, com pouco ou nenhum risco auferir uma renda adicional. As pequenas e micropropriedades, por seu lado, que têm suas terras intensamente exploradas são voltadas para agricultura de subsistência, raramente produzindo excedente, e para um pequeno criatório de rebanho de médio porte. Toda essa atividade é realizada através do emprego de mão de obra familiar.

Tem-se, de um lado, portanto, a grande e média propriedade, com grandes extensões de terra ociosa e interessada na pecuária de corte, e, de outro, um elevado número de pequenas e micropropriedades, no mais das vezes de área exíguas e decrescentes, incapazes de proverem o sustento sequer da família proprietária. Tem-se, ainda, como terceiro elemento integrante deste quadro sócio-rural, uma numerosa população de não proprietários ou produtores sem-terra, os quais compõem a grande parte da força de trabalho rural e passam a exercer uma certa pressão por pequenas glebas de terras disponíveis para o seu plantio de subsistência, que só é possível nas grandes e médias propriedades ou fazendas de criar. O Censo Agropecuário estadual registra que do total de estabelecimentos cultivados em 1970 e em 1980, que atingiram os respectivos números de 217.892 e 249.130 estabelecimentos, invariavelmente, em 1/3 deles os produtores eram os proprietários e nos restantes 2/3 eram trabalhadores sem-terra. Deve-se ter em mente, previamente, o caráter de interdependência entre as duas categorias sociais, no sentido de que uma necessita da outra para sobreviver, ou seja, o produtor sem-terra e o pequeno proprietário necessitam da cessão de glebas para suas lavouras de subsistência e o grande e o médio proprietário precisam manter, dentro de seus domínios, mas de forma subordinada, uma determinada quantidade de força de trabalho.

Como resultado, surgem duas formas de relação entre os detentores dos meios de produção: a terra (o principal deles) e a força de trabalho. Historicamente, o tipo de relação mais comum seria o regime de parceria, em que o parceiro se obriga a entregar ao proprietário da terra uma parte da sua colheita. Porém, diante de uma agricultura que se utiliza de métodos arcaicos de trabalho, em solos pobres e ainda sujeitos a fatores climáticos adversos, este tipo de relação de produção envolve frequentemente grande expectativa de risco, sendo, pois, desinteressante do ponto de vista do cedente da terra, daí porque, a rigor, seria de mais-valia para os proprietários o regime de arrendamento, sistema este em que o proprietário elimina os riscos ao estabelecer um contrato de recebimento certo de um valor previamente estipulado.

O arrendamento constitui, no Piauí, um tipo de relação cuja gênese está fundada mais no caráter simplesmente espoliativo e opressor, cogitado pelos detentores da terra, e menos na diminuição da disponibilidade de terra para a lavoura como resultado da expansão de terras para a pecuária, o que na realidade não ocorre.

Em resumo, fugindo ao risco agrícola, o contrato de arrendamento interessa mais de perto ao proprietário pela garantia do recebimento de uma renda certa. Já o contrato de parceria interessa garantir, mediante um ajuste prévio, a sua cota-parte, em produto ou, geralmente, em dinheiro. Desta forma, o trabalhador arcará sozinho com os prejuízos que advierem, enquanto ao proprietário cabe apropriar-se da sua parte na renda do empreendimento, de forma garantida.

Por outro lado, o regime de parceria interessa mais ao produtor, em função de seu menor comprometimento, em caso de fracasso agrícola. Em meio a este jogo de interesses, há um elemento decisivo em favor do sistema de parceria, que se exprime pela abundância de terras para lavouras existentes nos limites estaduais. A pressão dos proprietários somente vigoraria no caso de escassez de terras agrícolas, situação em que poderia ser imposto o regime de arrendamento. Como não há falta de boas terras para cultivo, os contratos de arrendamento não conseguem predomínio sobre as outras formas, pelo contrário, tendem a entrar em declínio, conforme os dados da Tabela 7.

Por essa tabela, observa-se que em 1970 havia um certo equilíbrio entre as três formas de relação de produção, com uma ligeira vantagem para o regime de arrendamento. Os números apresentados para 1980 mostram que esse quadro sofreu uma considerável modificação com o declínio do regime de arrendamento, a expansão do regime de parceria e, de modo mais acentuado da forma de produção praticada por ocupantes ou posseiros, que, pela tendência, parece ser, atualmente, a condição predominante no Estado. O regime de arrendamento prevalece apenas em duas microrregiões, a de Teresina e Médio Parnaíba, que são regiões de características agrícolas mais pronunciadas, detentoras dos melhores solos, das maiores precipitações, além de densamente habitadas, o que resulta em maior pressão pela terra. Este conjunto de fatores faz com que os proprietários adquiram um maior poder de impor a relação que lhes seja mais vantajosa. A parceria prevalece apenas nas microrregiões do Baixo Parnaíba e de Campo Maior, que são zonas de antiga ocupação pastoril.

TABELA 7
 ESTADO DO PIAUÍ
 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS POR PRODUTORES NÃO
 PROPRIETÁRIOS, SEGUNDO AS MODALIDADES DE CONTRATO 1970/80

MICRORREGIÕES	ESTABELECIMENTOS COM PRODUTORES ARRENDATÁRIOS			ESTABELECIMENTOS COM PRODUTORES PARCEIROS			ESTABELECIMENTOS COM PRODUTORES OCUPANTES		
	1970	1980	Varição Relativa (%)	1970	1980	Varição Relativa (%)	1970	1980	Varição Relativa (%)
	01. Baixo Parnaíba Piauiense	6.002	6.464	7,7	10.693	13.125	22,7	5.626	5.201
02. Campo Maior	8.826	7.286	(-) 17,3	18.773	23.110	23,1	9.651	12.317	27,6
03. Teresina	18.439	17.881	(-) 3,0	4.407	645	85,3	4.772	4.396	(-) 7,8
04. Médio Parnaíba Piauiense	5.882	8.881	51,0	1.538	865	43,7	7.049	4.830	(-) 31,5
05. Valença do Piauí	1.911	3.633	90,1	4.511	5.187	14,9	3.721	5.242	40,8
06. Floriano	1.728	1.645	(-) 4,8	745	2.264	203,8	2.587	4.729	82,8
07. Baixões Agrícolas Piauienses	4.578	1.263	(-) 72,4	2.500	6.723	168,9	7.520	13.497	79,5
08. Alto Parnaíba Piauiense	168	572	240,5	4	91	2.175,0	481	1.017	111,4
09. Médio Gurgueia	305	437	43,3	520	780	50,0	759	633	(-) 16,6
10. Altos Piauí e Canindé	2.647	107	(-) 95,9	81	186	129,6	6.650	11.368	70,9
11. Chapadas do Extremo Sul Piauiense	-	46	-	-	16	-	1.057	2.497	136,2
ESTADO	50.480	48.215	(-) 4,49	43.772	52.992	21,1	49.873	65.893	31,7

Fonte: Censos Agropecuários do Piauí – FIBGE. 1970 (Tab. 59) e 1980 (Tab. 56).
 Cálculos do autor.

Convém examinar, ainda que sucintamente, a outra classe de produtores sem-terra, no caso a dos ocupantes ou posseiros. Esta se distingue totalmente das duas classes anteriores pelo fato de trabalhar a terra por conta própria, à revelia do proprietário, sem necessidade, portanto, de estabelecer nenhum contrato, nenhum ajuste com ninguém. Eles simplesmente penetram sobretudo em terras virgens ou de “expansão” de fronteira agrícola ainda não devidamente regularizadas e de proprietários ausenteístas e aí se estabelecem. Tal é o caso das microrregiões de Floriano, Baixões Agrícolas, Alto Parnaíba, Altos Piauí e Canindé e Chapadas do Extremo Sul, todas situadas no sul-sudeste, onde essa forma de “relação” predomina. Com efeito, o desbravamento dessa região é recente, o que, sem dúvida, favoreceu a maior penetração desta categoria de produtores, a qual tem a seu desfavor o próprio caráter de nomadismo, a mesma subordinação aos canais de comercialização, a inacessibilidade a qualquer forma de crédito ou assistência e, ademais, o risco de ser expulsa da terra a qualquer momento, sem nenhuma indenização, sendo este o motivo de conflitos sociais que se tem registrado no campo.

Na realidade, há disponibilidade de terras para a lavoura, como há interesse de ambas as partes (proprietários e produtores sem-terra) por qualquer dos tipos de lavoura que tradicionalmente compõem a pauta de produção agrícola do Estado, seja ela de ciclo curto ou longo.

A questão da deterioração das condições e das possibilidades de sustentação do pequeno proprietário e dos produtores sem-terra parece residir, sem se perder de vista as desfavoráveis e por demais conhecidas instabilidades climáticas, na “rede” de fatores adversos em que os mesmos se veem envolvidos, a começar da secular estrutura fundiária, bastante desigual, polarizada hoje mais do que no binômio latifúndio-minifúndio, cuja estrutura tem condicionado uma outra forma de produção, expressa pela existência de um pequeno número de latifundiários pecuaristas ou tão-somente rentistas, e, do lado oposto, pela presença de uma numerosa população de pequenos e microproprietários e de trabalhadores sem-terra, que, trabalhando em suas pequenas porções de terra ou nas terras alheias, tornam-se responsáveis pelo grosso da produção agrícola

estadual. Para exercer o direito de cultivar as terras alheias sujeitam-se a uma das duas relações vigentes de produção: parceria ou arrendamento. Uma vez presos a um destes regimes e ativando apenas pequenas unidades produtivas, praticamente de subsistência, não resistentes, atomizadas e, geralmente, dispersas pelas extensões territoriais, sem nenhum sentido de cooperativismo e sem nenhum controle dos canais próprios de comercialização e, ademais, distantes dos mercados consumidores, terminam por se submeter a um outro integrante da estrutura sócio-rural, no caso o intermediário ou comerciante, seja na figura do comerciante caminhoneiro que recolhe a produção na porteira da roça, seja na do próprio dono da terra que às vezes impõe-se como comprador único da produção.

Todavia, em qualquer um desses casos, o preço é estabelecido unilateralmente, em detrimento do produtor, que, não tendo acesso ao crédito bancário e necessitando de dinheiro, vende sua produção, muitas vezes ainda “na folha”, situação de que se aproveita o intermediário para uma ação espoliativa. O pequeno produtor, com o interesse voltado apenas para sua subsistência, desprotegido de uma política de preços mínimos e impotente diante de toda uma estrutura de comercialização espoliativa que se forma à sua volta, termina por entregar quase todo seu produto, o seu “lucro”, passando a uma situação altamente desfavorável, que se agrava quando este, face a despesas com o plantio, toma dinheiro emprestado junto aos comerciantes intermediários ou ao próprio dono da terra. A situação se torna alarmante, e pode chegar ao caso extremo no momento em que o pequeno proprietário faz empréstimo junto a terceiros e, por fatores adversos perde sua produção e a capacidade de pagar a dívida, a qual é adiada e acrescida de novos encargos, e, se a situação se repete em anos consecutivos, fatalmente ele vai expropriado de suas terras, perde a condição de classe, tornando-se produtor sem-terra.

Outro fenômeno que vem contribuindo para aumentar a massa de produtores sem-terra e, conseqüentemente, de proletários é o da presença excessiva dos minifúndios, por si já de tamanho insuficiente, agravado pela sua contínua fragmentação em microfúndios e minifúndios, causada por processo de venda de parte daqueles ou por processo natural de transmissão hereditária, de

forma que tão exíguas se tornam suas áreas que terminam por se inviabilizarem como unidade produtiva, tornando-se incapazes de proverem o sustento da família e de absorverem sequer a força de trabalho familiar, passando esta unidade familiar às características de produtores sem-terra, detentores apenas da sua força de trabalho.

Um outro processo de natureza diversa que vem trazendo sérias limitações às condições de vida do pequeno proprietário é o progressivo cercamento das grandes e médias propriedades, financiado através de programas (linhas de créditos) governamentais. A cerca de arame atinge diretamente o pequeno proprietário, traduzindo-se em mais uma forma de pressão dos grandes proprietários sobre os pequenos. Ocorre que o pequeno proprietário, além de dedicar-se à agricultura de subsistência, é afeito ao pequeno criatório de animais de médio porte (caprinos, suínos e ovinos), criados em campo aberto, com a finalidade de reforçar o sustento da família e, eventualmente, produzir uma renda adicional. Com a cerca de arame, este pequeno rebanho perde muito em mobilidade, em busca de pasto aberto e fontes de água. A alegação dos grandes pecuaristas é a concorrência, durante o período seco, dos rebanhos alheios contra os seus, por pastagem, cada vez mais insuficiente. É comum encontrar a cerca feita com apenas quatro fios de arame, bem espaçados, de modo a impedir a saída dos bovinos da propriedade, mas a permitir a entrada de animais de médio porte e, diante deste fato, a ordem é eliminar o animal invasor, sem obrigação de indenização, caso o mesmo ultrapasse a cerca de arame. Diante dessa nova forma de pressão, perde o pequeno proprietário mais um reforço à sua subsistência e vê agravar-se, cada vez mais, suas condições de permanência no campo. Contudo, observando o caso com maior profundidade, verifica-se que o seu significado não é somente de proteger o pasto natural da concorrência de rebanhos alheios. Este caso representa a própria materialização da posse da terra, preservando-se da penetração de trabalhadores sem-terra, sobretudo da classe dos chamados ocupantes ou posseiros.

Uma outra restrição ao desempenho do produtor sem-terra é a escassez e, mesmo, a inacessibilidade de crédito agrícola para tocar sua pequena lavoura. A restrição está no fato de o produtor sem-terra não ter nenhuma garantia para oferecer. Por outro lado, o

financiamento agrícola existe para os grandes-médios proprietários e, neste sentido, funciona mais como um instrumento de captação de recursos para a valorização da propriedade rural e para a acumulação de riqueza através do rebanho bovino.

Entretanto, cumpre dizer que o financiamento agrícola não é totalmente vedado ao pequeno agricultor, o que ocorre é que, quando há disponibilidade por parte dos órgãos financeiros oficiais, fica ele condicionado a uma carta de anuência fornecida pelo proprietário da terra. E aqui reside uma nova forma de espoliação contra o pequeno agricultor. Embora de modo ainda não generalizado, têm sido relatados casos em que o proprietário da terra exige, através do seu poder de barganha, participar ou apropriar-se de uma parte daquele montante. De qualquer modo, o crédito agrícola deverá permanecer como séria limitação ao agricultor sem-terra, principalmente diante das novas normas bancárias, que obrigam o proprietário da terra a figurar como avalista do empréstimo solicitado. Assim, o crédito para o pequeno produtor passa a desinteressar o proprietário da terra, por conta do seu comprometimento numa atividade que envolve elevados riscos, como é a do pequeno produtor.

É lícito admitir-se que é no conjunto das situações aqui delineadas, umas institucionalizadas outras ainda factuais, que reside basicamente a problemática social do campo. Com efeito, é na macrofundização, na minifundização e no fortalecimento da pecuária que se encontra a gênese de situações que levam à marginalização, à proletarianização e à conseqüente liberação da força de trabalho do pequeno agricultor, com ou sem terra. Todo o contingente de mão de obra representado por essas duas classes, uma vez liberado e sem mais condições de permanência no meio rural, passa a alimentar a ideia de emigrar do campo de forma mais definitiva do que sazonal, pois que constitui um processo geralmente irreversível, em busca de maiores condições de trabalho e de sobrevivência nas zonas urbanas.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO, Angela M. R. **As propostas dos trabalhadores sobre estrutura sindical**. Apostila. São Paulo, 1984.
2. ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1980.
3. CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: FCA, 1984.
4. CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: FCA, 1984. Idem.
5. CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. São Paulo: Vozes, 1984.
6. CEPAC. **Movimentos populares no Piauí. 1963-1976. Dossiê**. Teresina, 1984.
7. FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e trabalho no Brasil**. Global Editora. Coleção TESTES.
8. FUCRTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros. Organização e função política**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
9. GRONDIN, Marcelo; WIEZZER, Moema. **Diagnóstico dos motivos de sindicalização dos trabalhadores**. NEP e 13 de maio. Texto. São Paulo, dez. 1982.
10. IBASE. **A organização sindical no Brasil**. Apostila.
11. MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização (Brasil 1945-50)**. Brasiliense.
12. SILVA, Roque A. **Organização sindical. As propostas dos trabalhadores**. FASE. Apostila São Paulo, 1984.
13. SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus Editora.
14. VITO, Giannoti. **Cem anos de lutas da classe operária no Brasil – 1880 a 1980**.

3

ARTIGO

A URBANIZAÇÃO NO PIAUÍ¹

EMÍLIA MARIA DE C. GONÇALVES REBÊLO

Geógrafa e professora do Departamento de Geografia e História da UFPI.

¹ Este texto fez parte, originalmente, da Dissertação de Mestrado da autora, tendo sido reformulado em 1999 e atualizado, para utilização em sala de aula.

1 UMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS URBANA

Para se entender a história das sociedades e o surgimento da vida urbana, é necessário buscar a compreensão do processo produtivo – fonte de suprimento das necessidades humanas – através das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, ao longo do tempo, organizando de forma diferenciada o espaço.

A humanidade iniciou seu processo histórico em contexto eminentemente rural e assim continuou durante séculos, através de sua organização em sociedades primitivas tribais. Eram sociedades igualitárias nas quais a participação de todos na produção dava aos seus membros iguais direitos na apropriação dos produtos.

Ao longo da história, essas sociedades primitivas foram se transformando, a ponto de seus membros passarem a atuar de forma diferenciada no processo produtivo. Dessa forma, enquanto uns produziam, outros se apropriavam dos bens produzidos, mas sem participar diretamente da produção.

Isso aconteceu porque o trato com a terra permitiu aos homens desenvolver técnicas, ainda que primitivas, como a seleção de sementes, de locais e de épocas apropriadas para cada plantio, o que lhes valeu obter maior produção. Como resultado, as sociedades passaram a contar com um excedente de alimentos, o que não ocorria antes. Tal fato possibilitou a alguns membros da sociedade dedicarem-se a outras atividades que não fossem aquelas essencialmente ligadas à subsistência (Cf. SPOSITO, 1988, p. 14). As novas sociedades, assim constituídas, não eram mais igualitárias, e o espaço por elas organizado passou a refletir uma organização social diferenciada.

A produção de excedentes alimentares garantia a sobrevivência dos que não participavam diretamente da produção. Assim, segundo Mumford (apud SPOSITO, op. cit., p. 15-16), o caçador passou a desempenhar o papel de protetor das aldeias primitivas – cujos inimigos eram animais – e, com o passar dos tempos, tornou-se chefe político e, depois, rei, ou seja, aquela pessoa que, na aldeia, exercia poder sobre as outras.

Estava aberto o caminho para a sociedade de classes, que ocorreu de forma concreta quando aquelas pessoas que exerciam trabalhos diferentes dos agrícolas passaram a residir em núcleos separados das aldeias, as cidades.

Segundo Sjoberg (1972, p. 38-41), as primeiras cidades começaram a surgir por volta de 3.500 a.C., nos vales do Tigre e do Eufrates, na Ásia. O vale do rio Nilo – na África –, por volta de 3.100 a.C., já tinha suas cidades, enquanto que os vales dos rios Indo e Amarelo, ambos na Ásia, tiveram suas cidades formadas em torno de 2.500 a.C. e 1.500 a.C., respectivamente.

Desse modo, o surgimento, na história da humanidade, de um novo contexto espacial e social – contexto urbano – ocorreu na Ásia, de onde se expandiu para os outros continentes e permanece até nossos dias, apresentando, no Brasil de hoje, crescimento acelerado.

Segundo Singer (1977) e Sposito (1988), o aparecimento da vida urbana e dos diversos tipos de cidade, ao longo do processo de urbanização, tem relação com as diferentes estruturas econômicas, políticas e sociais.

Para Singer, a vida urbana aparece com a divisão da sociedade em classes e, embora não sendo autossuficiente, a cidade acaba por dominar o campo, uma vez que concentra em seu sítio a classe dominante, que, mesmo não participando diretamente da produção, passa a organizar e controlar todos os aspectos da vida social. Assim é que, através do domínio, seja da realeza, do clero ou da burguesia – comercial ou industrial –, a cidade passa a ser o espaço da classe dominante.

Como aponta Corrêa (1989), a cidade exerce domínio sobre um espaço exterior ao sítio urbano, que se estende até onde chegam os bens e serviços distribuídos por ela aos habitantes de sua região de influência.

Área concentradora de população, a cidade, por isso mesmo, diferencia a organização da produção de bens e serviços. Todo esse processo que ocorre no seu interior amplia o espaço de influência da cidade ao longo de sua evolução histórica, fato que se con-

solida com a revolução tecnológica, a qual, progressivamente, proporciona a articulação espacial via redes viária e de comunicação.

Singer (1977) e Sposito (1988) analisam, historicamente, a relação de dominação e de exploração existente entre a cidade e o campo, no bojo dos vários modos de produção que se sucederam/sucedem e conviveram/convivem na sociedade ocidental, desde a cidade-estado da antiguidade até a cidade capitalista da atualidade cuja expressão máxima é a megalópole.

Com a progressiva alteração de forças entre campo e cidade e o domínio desta sobre aquela, a cidade passa a ser o espaço privilegiado onde se processam as decisões mais importantes da sociedade, inclusive as que se referem à organização de outros espaços, através do estabelecimento da divisão territorial do trabalho, divisão essa que se acentua com o advento da industrialização.

Singer e Sposito (op. cit.) ressaltam que a industrialização capitalista imprimiu novo ritmo ao processo de urbanização, acelerando o crescimento das cidades existentes, bem como ocasionando a proliferação de outras. Isto se deve à profunda alteração operada nas relações de produção levadas a efeito nas fábricas – as modernas unidades de produção –, essencialmente urbanas.

A relação dominação/subordinação entre o campo e a cidade assume nova dimensão, como afirma Singer (1977, p. 25)

Em contraste com a antiga cidade comercial, que impunha ao campo seu domínio político, para explorá-lo mediante uma intrincada rede de monopólios, a cidade industrial se impõe graças à sua superioridade produtiva.

Singer e Sposito chamam atenção para a divisão territorial do trabalho, efetivada pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações – serviços de infraestrutura necessários à produção industrial –, que proporcionam a articulação espacial via cidades, criando as redes urbanas. Segundo Sposito (1988, p. 54)

[...] um dos resultados concretos da articulação entre os lugares, que permitiu a constituição da rede urbana, foi a interdependência entre as cidades, que provocou, ao longo

do tempo, a subordinação de umas às outras, ao que se deu o nome de hierarquia urbana.

Esse processo de hierarquização das cidades se traduz pela gradação dos centros urbanos como distribuidores de bens e serviços à população de um país ou região. A distribuição, variando em quantidade e qualidade, faz com que as cidades tenham maior ou menor área de influência dentro das redes urbanas, interligadas pelo sistema de transportes e comunicações.

A industrialização trouxe mudanças significativas na divisão do trabalho entre o campo e a cidade. Como afirma Singer (1977, p. 26-27)

[...] com o advento da indústria, a superioridade do produto urbano, tanto em preço como em qualidade, pouco a pouco eliminou a produção de subsistência do campo, transformando o camponês num agricultor especializado. A partir de um certo momento, a indústria urbana revolucionou também a tecnologia agrícola, passando a fornecer ao campo seus principais instrumentos de produção: arados de ferro, fertilizantes, tratores, colhedeiças, energia elétrica, vacinas, etc. Deste modo, a cidade ficou sendo o lugar no qual se concentra não apenas o excedente alimentar produzido no campo, mas toda a produção agrícola, a qual é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo a partir da cidade.

Desse modo, as áreas industrializadas – áreas urbanas, por excelência – passam a concentrar, em seu sítio, tanto capital quanto atividades econômicas as mais diversas. Por tudo isso, as áreas urbanas passam a concentrar também parte significativa das populações. Toda essa concentração desemboca na criação de desigualdades regionais que, para Singer (op. cit., p. 37) “[...] pode ser encarada como o motor principal das migrações que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas”.

Assim é que países desenvolvidos tiveram seu processo de urbanização acelerado no final do século XIX e início do século XX, passando a população urbana rapidamente a apresentar maiores contingentes que os da rural.

Esse aceleração do processo de urbanização ocorreu também nos países subdesenvolvidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, atingindo regiões menos industrializadas, como é o caso do Brasil e, dentro dele, o Estado do Piauí.

2 NO BRASIL, UMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS URBANA

O processo de urbanização brasileiro foi lento até a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Azevedo (1970), ao se encerrar o século XVI, o Brasil possuía apenas 17 núcleos urbanos, dos quais somente 3 eram cidades: Salvador, São Sebastião do Rio de Janeiro e Filipeia de Nossa Senhora das Neves. Ao findar o século XVII, já existiam 7 cidades e 51 vilas. Além das já citadas, São Luís do Maranhão, Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, Nossa Senhora de Belém e Olinda haviam sido elevadas à categoria de cidade. Esses números evoluíram para 10 cidades e 169 vilas no final do século XVIII. As novas cidades eram São Paulo, Mariana e Oeiras.

Como se pode observar, dessas 10 cidades existentes, uma se localizava no Piauí – a cidade de Oeiras –, instalada em 1761, para sediar a capital da capitania de São José do Piauí.

No século XIX, ao ser proclamada a Independência, o Brasil possuía 225 núcleos urbanos, sendo 12 deles cidades, uma vez que na área do atual Centro-Oeste foram instaladas as cidades de Cuiabá e Goiás. O Censo de 1872 revelou um maior crescimento urbano, visto que, além do aumento do número de cidades, 10 delas já contavam com população superior a 30.000 habitantes, porém nenhuma dessas se localizava no Piauí. Esse número se elevou para 12 e 15 nos Censos de 1890 e 1900, aparecendo Teresina como componente desse grupo de cidades, ocupando o 10º e 11º lugares, respectivamente.

Os Censos de 1920, 1940, 1950 e 1960 revelaram que o grupo das maiores cidades – o critério agora era ter mais de 50.000 habitantes – se compunha de 15, 23, 32 e 79 cidades, respectiva-

mente. Teresina deixou de aparecer apenas no Censo de 1940, mas esteve em 12º, 13º e 34º lugares nos Censos de 1920, 1950 e 1960.

Levando em consideração o intervalo de tempo entre os Censos Demográficos, pode-se observar que o crescimento urbano no Brasil acelerou-se a partir de 1950, quando o grupo das maiores cidades do país registrou um crescimento de 47 centros no Censo daquele ano, aumento equivalente a 146,87%.

A partir da análise desses dados, verifica-se, portanto, que a urbanização no Brasil intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, localizada inicialmente nas áreas de concentração industrial, onde se desenvolveram as grandes metrópoles nacionais, mas que, num processo acelerado, propagou-se por áreas não industrializadas, “sob o impacto da modernização tecnológica”. (SANTOS, 1979, p. 72).

Esse processo provocou mudanças nos hábitos das populações, as quais passaram a se voltar mais para o consumo que para a produção, gerando fluxos migratórios em direção às áreas ofertadoras de bens e serviços, motivando, desse modo, a constituição das cidades locais. Essas pequenas cidades que proliferaram após os anos 50 têm, atualmente, papel significativo na urbanização nacional em regiões pouco ou quase nada industrializadas.

O processo de industrialização brasileiro foi desencadeado institucionalmente, via estabelecimento de políticas econômicas que proporcionaram a concentração populacional e urbana no Centro-Sul do País, aprofundando as desigualdades regionais.

Segundo Costa (1991), a partir da década de 50, essas políticas integraram-se a planos globais de desenvolvimento em que as questões regionais – tais como o relativo atraso econômico do Nordeste, quando comparado com o Centro-Sul, e o subpovoamento da Amazônia, dentre outras – passaram a fazer parte de uma estratégia maior, válida para todo o país. Dessa forma, a industrialização, embora espacializada de forma desigual, integrou todo o território nacional numa relação de dominância/dependência entre as várias regiões, onde se destacaram com preponderância os elementos econômicos, profundamente imbricados com aspectos de ordem social e política. Verificou-se, assim, o acentuamento das desigualdades

regionais pela concentração econômica e populacional na região Centro-Sul do país, em detrimento de áreas periféricas do Nordeste e da Amazônia, bem como pela crescente, mas diferenciada, urbanização nos níveis nacional, estadual e municipal.

Como se pode observar na Tabela 1, o Censo de 1940 revelou que a população urbana do Brasil representava 31,23% da população total. Em 1950, a população urbana já se constituía em 36,15% da população global, registrando um crescimento percentual de 4,92%. A partir daí registra-se um maior aceleração do processo urbano em decorrência do considerável crescimento das cidades grandes e da proliferação das pequenas cidades. Essa situação é reveladora de fluxos migratórios com destino nas áreas urbanas.

TABELA 1
BRASIL, PIAUÍ: POPULAÇÃO SEGUNDO DOMICÍLIO,
NO PERÍODO DE 1940 A 1996

Ano do Censo	Unidade Política	POPULAÇÃO				
		Total*	Urbana		Rural	
			Números absolutos	%	Números absolutos	%
1940	Brasil	41.236.151	12.880.182	31,23	28.256.133	68,77
	Piauí	817.601	124.197	15,19	693.404	84,81
1950	Brasil	51.944.397	18.782.891	36,15	33.161.506	63,85
	Piauí	1.045.696	170.584	16,31	875.112	83,69
1960	Brasil	70.070.457	31.303.034	44,67	38.767.423	55,33
	Piauí	1.249.200	292.422	22,98	956.778	77,02
1970	Brasil	93.139.037	52.084.984	55,92	41.054.051	44,08
	Piauí	1.680.573	536.612	31,93	1.143.961	68,07
1980	Brasil	119.002.706	80.436.409	67,54	38.566.297	32,46
	Piauí	2.139.021	897.994	41,98	1.241.027	58,02
1991	Brasil	146.917.459	110.875.826	75,46	36.041.633	24,54
	Piauí	2.582.137	1.367.184	52,94	1.214.953	47,06
1996	Brasil	157.079.573	123.082.167	78,36	33.997.406	21,64
	Piauí	2.673.176	1.556.115	58,21	1.117.061	41,79

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 1991. Contagem da população – 1996.

*Os números de 1940 e 1950 referem-se à população presente.

Os números de 1960, 1970, 1980, 1991 e 1996 referem-se à população residente.

Segundo Santos (1982), no caso do Brasil, a desarticulação do espaço provocada pela deficiência e inadequação das redes de transportes voltadas para a economia externa, por ocasião do seu desenvolvimento industrial, tornava lento o crescimento de suas cidades. Já no final da primeira década dos anos 50 ocorreram mudanças que culminaram com a integração do espaço nacional, quando a rede rodoviária passou a articular todas as regiões do país, articulação que apresentou variações locais as mais diversas, quer no tempo, quer no espaço. Para Santos (1982, p. 101)

[...] essa grande diversidade de situações concretiza-se no “fervilhamento urbano”. A urbanização se faz de maneira mais rápida, nascem pequenas cidades, redes tradicionais se desmantelam e novas regiões se elaboram. Este dinamismo urbano é uma das características dos países subdesenvolvidos, nada havendo em comum com a relativa estabilidade dos países industrializados.

Os dados da Tabela 1 confirmam as afirmações de Santos. Por eles pode-se observar que a população urbana brasileira evoluiu rapidamente a partir de 1950, acusando percentuais cada vez mais elevados, quais sejam: 44,67%, 55,92%, 67,54% e 75,46% nos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991, respectivamente. Esses dados atestam a expansão da urbanização no Brasil, relacionando-se não só com o processo de industrialização do Centro-Sul do país, mas também com a modernização tecnológica em suas áreas pouco ou não industrializadas, isto é, mesmo nas áreas onde a indústria não se desenvolveu, seus efeitos se fizeram sentir, especialmente no consumo, uma vez que as pessoas dessas áreas passaram a consumir produtos industrializados em outras. É dessa maneira que as massas industrializadas substituíram as massas caseiras, os antigos saquinhos de pano em que os campesinos levavam suas compras da cidade para casa foram trocados pelos de plástico, o fogão a lenha foi substituído pelo fogão a gás até mesmo em áreas rurais, os pães amassados com as mãos passaram a ser trabalhados em máquinas. Os exemplos poderiam se multiplicar, porém acredita-se que esses sejam suficientes para dar a dimensão dos efeitos de difusão da tecnologia, modernizando regiões periféricas às áreas de maior industrialização.

O desenvolvimento e a diversificação da industrialização no Centro-Sul brasileiro atuou como fator de atração de fluxos migratórios para aquela região do país, especialmente das áreas periféricas do Norte e Nordeste. Assim, enquanto o Centro-Sul, especialmente a área metropolitana de São Paulo, atraía emigrados, em maior quantidade do Nordeste, esta região se caracterizava como expulsora de contingentes que emigravam para o Centro-Sul, predominantemente, mas também para áreas pioneiras da Amazônia. A economia nacional se integrava a partir de uma relação dominação/subordinação, na qual o Centro-Sul, industrializado, concentrava o capital e a produção, enquanto as regiões não industrializadas forneciam-lhe matérias-primas e mão de obra e consumiam os produtos nele industrializados. Essa relação refletiu-se no crescimento populacional das cidades, bem como no esvaziamento gradual do campo.

O processo de urbanização brasileiro, nas últimas décadas, organizou redes urbanas em que as cidades de maior hierarquia guardam grande distância daquelas de pequeno porte. Vale dizer que as cidades médias escasseiam, enquanto as grandes passam a ter intenso crescimento e as pequenas se multiplicam. Santos (1979) observa que essa ocorrência evidencia-se na urbanização dos países do Terceiro Mundo, caracterizando a macrocefalia de suas redes urbanas.

Esse fato é patente no Brasil, onde as metrópoles, especialmente nas regiões com pequena industrialização, estão em grande desproporção em relação às cidades médias e pequenas. Na rede urbana dessas regiões é muito reduzido o número de cidades grandes e são poucas as cidades médias, mas as cidades pequenas aparecem em quantidades cada vez maiores.

Um exemplo desse tipo de rede urbana pode ser observado no Estado do Piauí, que possui apenas uma cidade grande – Teresina.

Nas áreas com industrialização sem muito significado observou-se igualmente a criação de desigualdades regionais por conta da modernização tecnológica ocorrida pela difusão das inovações provindas das áreas com maior industrialização. A esfera econômica, imbricada com a esfera política, age no sentido de di-

fundir inovações – novos bens de consumo e serviços, tais como eletrodomésticos, escolas de nível de ensino elevado, hospitais –, nas áreas urbanas, locais onde se centralizam as decisões dessas duas esferas, que atuam como fatores determinantes na organização do espaço, que, através das comunicações, permite a difusão daquelas inovações, criando novas necessidades e hábitos de consumo nas populações das cidades médias e pequenas, povoados e áreas rurais. É por isso que as populações das zonas rurais e mesmo de cidades buscam serviços e bens que podem suprir suas necessidades nos centros urbanos hierarquicamente mais elevados da rede urbana de suas áreas de origem. Essa busca, ao se repetir de forma frequente, acaba por criar fluxos migratórios para as cidades, cujos componentes, posteriormente, se transformam em moradores definitivos dessas cidades, aumentando seus contingentes populacionais, enquanto as áreas rurais se esvaziam gradualmente.

Esse foi o desenrolar – visto de forma sucinta – do processo de urbanização que atingiu todas as regiões brasileiras, inclusive o Estado do Piauí, área com industrialização quase insignificante, cuja maior cidade não se alinha, ainda, entre as metrópoles nacionais, mas que já possuía, no início de 1997, 221 centros urbanos, 73 dos quais foram instalados a primeiro de janeiro desse ano.

3 NO PIAUÍ, UMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS URBANA

O processo de urbanização no Piauí intensificou-se a partir dos anos 50 do século XX, inserindo-se no processo brasileiro de urbanização, que, como se procurou mostrar no item anterior, teve como um de seus motivos mais significativos a modernização tecnológica advinda da industrialização, efetivada em algumas áreas do país – especialmente no Centro-Sul.

Para o geógrafo Santos (1979), diferentemente do que ocorreu nos países do Primeiro Mundo, o processo de urbanização no Terceiro Mundo sofreu modificações após a Segunda Guerra Mundial, passando a se caracterizar não mais pela produção, mas pelo consumo. Para o autor, é nesse período que se desenvolvem as cidades locais, pequenos centros ligados às transformações do

modelo de consumo mundial que se prende à modernização tecnológica operada não só nas áreas industrializadas, mas também naquelas onde a industrialização não se verificou. Nas palavras de Santos (1979, p. 73)

O Estado, ao se modernizar mais, vê-se obrigado a melhorar a rede de transportes. Também as exigências novas da população em matéria de serviços públicos, **sobretudo de educação e saúde** (grifo nosso), criam as condições para uma mudança da estrutura espacial dos diferentes países do Terceiro Mundo e mais particularmente da América Latina, mais precoce e mais amplamente aberta a modelos de consumo.

A difusão das cidades locais é, portanto, recente, sendo resultado da dialética entre “forças de concentração” (a cidade concentra em seu sítio bens, serviços, decisões políticas e econômicas, capital) e “forças de dispersão” (a cidade difunde inovações através das comunicações e dos transportes, bem como através da tomada de decisões políticas quanto à localização de serviços prestados à economia e à população) que atuam no processo de modernização tecnológica, o qual motiva fluxos migratórios que se dirigem às áreas urbanas em busca de produtos e serviços que as localidades de origem desses fluxos não oferecem. Desse modo, Santos (1979, p. 74)

[...] as cidades locais beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo [...] se acham preferencialmente ligadas ao consumo, que se torna generalizado para um sem-número de produtos. Em toda a parte, os espaços de produção se tornam também espaços de consumo.

Santos afirma igualmente que as cidades locais desempenham, para a população das áreas de produção primária, importante papel na distribuição de bens e serviços, permitindo-lhe um consumo semelhante aos dos habitantes das cidades grandes. Para o autor, a cidade local é um organismo urbano que atende às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações.

A vida de relações a que Milton Santos faz referência se efetua entre a cidade local e a área sob sua influência, tendo como elementos de articulação espacial as redes de transportes e comunicações.

As cidades pequenas tiveram papel de destaque no processo de urbanização do Piauí, porquanto elas surgiram de forma crescente a partir de 1950, integrando espaços, alterando formas de consumo e de utilização de bens, difundidos através dos meios de transporte e comunicação modernos: ônibus, automóveis, bicicletas, motos, rádio, telefone e televisão.

Desse modo, áreas periféricas, como é o caso do Piauí, apresentaram, mesmo que de forma mais lenta – e guardando as devidas proporções –, as mesmas características de crescimento do sistema urbano brasileiro, passando a participar do ritmo de urbanização que caracterizou a rede urbana do Brasil a partir dos anos cinquenta.

Assim, de 47 cidades em 1940 e 49 em 1950, o Estado passou a contar com 71 em 1960, 114 em 1970, 118 em 1980, 148 em 1993 e 221 a 1º de janeiro de 1997. É necessário ressaltar que a quase totalidade dessas cidades são pequenas. Teresina, a Capital do Estado, no Censo Demográfico de 1940, não apareceu entre as cidades mais populosas do país. Em 1950, porém, ocupou a última posição (32º lugar) dentre as cidades com mais de 50.000 habitantes, apresentando, como pode ser observado na Tabela 2, uma população de 51.418 habitantes. A segunda cidade do Estado – Parnaíba – possuía, no mesmo ano, 30.174 habitantes, enquanto todas as outras contavam com menos de 10.000 habitantes.

Já nessa época se evidenciava a macrocefalia da rede urbana piauiense, polarizada por Teresina, única cidade grande do Estado. Essa situação se acentuou em 1960, quando Teresina passou a contar com 98.329 habitantes (34º lugar no país), enquanto Parnaíba contava com apenas 39.145, aumentando, pois, a primazia de Teresina em relação às demais cidades piauienses, uma vez que a terceira cidade colocada (Floriano) possuía, no mesmo ano, apenas 15.574 habitantes. A tendência à macrocefalia da rede urbana piauiense aprofundou-se também nos anos seguintes. Conforme a Tabela 2, a população da cidade de Parnaíba representava, em 1960, 39,81% da população de Teresina. Nos Censos de 1970, 1980 e 1991 e na contagem da população de 1996, esse percentual baixou para 31,49%, 23,39%, 18,87% e 18,34%, respectivamente, prova evidente

da primazia crescente da cidade de Teresina no comando da organização da rede urbana estadual.

As sinopses preliminares dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 relacionaram Teresina entre as maiores cidades brasileiras, ocupando o 31º, 23º e 16º lugar, respectivamente. Nesses anos são relacionados como maiores cidades brasileiras, respectivamente, 115, 198 e 291 centros urbanos.

A partir de 1970, a cidade de Parnaíba passou a figurar também entre as urbes mais populosas do país. Nesse ano ocupou a 97ª posição, descendo para a 115ª em 1980, e para 123ª em 1991, o que evidencia o aceleração do processo de urbanização do Piauí.

A ascensão da posição de Teresina e a queda da de Parnaíba no rol das maiores cidades brasileiras são fatos que também mostram a macrocefalia da rede urbana piauiense, polarizada por Teresina.

Outra tendência que passou a caracterizar a urbanização do Piauí foi o crescimento urbano mais acentuado no norte do Estado que no sul, o que prossegue nos dias atuais e que teve sua gênese no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, a partir de sua colonização. Essa tendência intensificou-se com a transferência da capital da cidade de Oeiras para a de Teresina.

TABELA 2
CIDADES PIAUIENSES MAIS POPULOSAS NO PERÍODO DE 1940 A 1966

Nº de ordem	Ano 1940		% sobre a população de Teresina		Ano 1950		% sobre a população de Teresina		Ano 1960		% sobre a população de Teresina		Ano 1970		% sobre a população de Teresina		Ano 1980		% sobre a população de Teresina		Ano 1991		% sobre a população de Teresina		Ano 1996		% sobre a população de Teresina		
	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	População urbana	
1	34.695	51.418	100,00	51.418	100,00	98.329	100,00	181.062	100,00	339.042	100,00	556.911	100,00	556.911	100,00	613.737	100,00	613.737	100,00	613.737	100,00	613.737	100,00	613.737	100,00	613.737	100,00	613.737	100,00
2	22.175	30.174	63,91	30.174	58,68	39.145	39,81	57.030	31,49	7.321	23,39	105.104	18,87	105.104	18,87	112.586	18,34	112.586	18,34	112.586	18,34	112.586	18,34	112.586	18,34	112.586	18,34	112.586	18,34
3	7.084	9.101	20,41	9.101	17,70	15.574	15,83	26.776	14,78	35.756	10,54	45.571	8,18	45.571	8,18	47.741	7,77	47.741	7,77	47.741	7,77	47.741	7,77	47.741	7,77	47.741	7,77	47.741	7,77
4	4.520	6.992	13,02	6.992	13,59	13.849	14,08	18.481	10,20	33.066	9,85	43.531	7,81	43.531	7,81	44.191	7,19	44.191	7,19	44.191	7,19	44.191	7,19	44.191	7,19	44.191	7,19	44.191	7,19
5	3.685	4.568	10,62	4.568	8,88	9.469	9,62	18.400	10,16	29.520	8,70	39.341	7,06	39.341	7,06	41.823	6,81	41.823	6,81	41.823	6,81	41.823	6,81	41.823	6,81	41.823	6,81	41.823	6,81
6	3.242	4.357	9,34	4.357	8,47	8.080	8,21	18.107	10,00	23.980	7,07	31.853	5,71	31.853	5,71	31.622	5,15	31.622	5,15	31.622	5,15	31.622	5,15	31.622	5,15	31.622	5,15	31.622	5,15
7	3.038	3.748	8,75	3.748	7,28	6.017	6,11	9.719	5,36	13.628	4,01	21.148	3,79	21.148	3,79	23.462	3,82	23.462	3,82	23.462	3,82	23.462	3,82	23.462	3,82	23.462	3,82	23.462	3,82
8	2.943	3.645	8,48	3.645	7,08	4.997	5,08	9.608	5,30	12.409	3,66	17.297	3,10	17.297	3,10	20.166	3,28	20.166	3,28	20.166	3,28	20.166	3,28	20.166	3,28	20.166	3,28	20.166	3,28
9	2.476	3.402	7,13	3.402	6,61	4.263	4,33	7.643	4,22	12.273	3,61	16.391	2,94	16.391	2,94	19.503	3,17	19.503	3,17	19.503	3,17	19.503	3,17	19.503	3,17	19.503	3,17	19.503	3,17
10	2.437	3.198	7,02	3.198	6,21	4.224	4,29	7.296	4,02	10.245	3,02	16.002	2,87	16.002	2,87	17.999	2,93	17.999	2,93	17.999	2,93	17.999	2,93	17.999	2,93	17.999	2,93	17.999	2,93
11	2.326	2.663	6,7	2.663	5,17	3.810	3,87	6.360	3,51	10.054	2,96	15.440	2,77	15.440	2,77	16.712	2,72	16.712	2,72	16.712	2,72	16.712	2,72	16.712	2,72	16.712	2,72	16.712	2,72
12	2.036	2.355	5,86	2.355	4,58	3.703	2,76	6.348	3,50	9.603	2,83	14.446	2,59	14.446	2,59	16.318	2,65	16.318	2,65	16.318	2,65	16.318	2,65	16.318	2,65	16.318	2,65	16.318	2,65
13	1.869	2.331	5,38	2.331	4,53	3.372	3,42	5.783	3,19	9.379	2,76	13.948	2,50	13.948	2,50	16.158	2,63	16.158	2,63	16.158	2,63	16.158	2,63	16.158	2,63	16.158	2,63	16.158	2,63
14	1.748	2.197	5,03	2.197	4,27	3.357	3,41	5.574	3,07	8.894	2,62	13.712	2,46	13.712	2,46	15.215	2,47	15.215	2,47	15.215	2,47	15.215	2,47	15.215	2,47	15.215	2,47	15.215	2,47
15	1.685	1.653	4,85	1.653	3,21	3.265	3,32	5.359	2,95	8.752	2,58	13.479	2,42	13.479	2,42	15.006	2,44	15.006	2,44	15.006	2,44	15.006	2,44	15.006	2,44	15.006	2,44	15.006	2,44

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 1991.

– Contagem da população – 1996.

Neste trabalho considera-se “região norte” do Piauí a área formada atualmente pelas mesorregiões Norte Piauiense e Centro-Norte Piauiense. Considera-se “região sul” a área integrada pelas mesorregiões Sudeste Piauiense e Sudoeste Piauiense. A economia piauiense desenvolveu-se a partir da pecuária extensiva, implantada pela colonização portuguesa na segunda metade do século XVII. As fazendas piauienses eram unidades produtivas autossuficientes, localizadas em extensos latifúndios, onde era praticada, ao lado da pecuária, uma agricultura de subsistência destinada ao autoconsumo de suas escassas populações. O gado era exportado para as zonas canavieiras – litoral nordestino – e de mineração – Minas Gerais –, além do Ceará e Maranhão, com maior expressividade.

A chegada do primeiro governador, em 1759, trouxe mudanças administrativas – instalação da cidade de Oeiras, que se tornou capital da capitania, e criação das vilas de Parnaguá, Jerumema, Valença, Campo Maior, Marvão e Parnaíba.

As mudanças administrativas não trouxeram modificações substanciais à economia da capitania, a qual, conforme Martins *et al.* (1982), manteve-se relativamente isolada pela alta concentração da terra e da renda e pelo reduzido mercado consumidor de produtos industrializados, além da pequena divisão social do trabalho, em decorrência da autossuficiência das fazendas.

Esse quadro econômico perdurou do início da colonização até o final do século XIX. Contudo, logo na primeira década do século XX teve início, na economia piauiense, o ciclo extrativista, com a extração/exportação da borracha de maniçoba, pó e cera de carnaúba e amêndoas e derivados do babaçu. (QUEIROZ, 1993).

O ciclo extrativista propiciou alguma diversificação na estrutura produtiva do Piauí, pois essa atividade econômica tornou possível o crescimento da divisão social do trabalho, como também a maior monetarização da economia. (MARTINS *et al.*, 1982).

Após a Segunda Guerra Mundial, como apontam vários autores, o extrativismo entrou em crise e a economia piauiense passou a apresentar características de estagnação. Entretanto, segundo

Araújo (1985) e Queiroz (1993), o ciclo extrativista proporcionou o crescimento urbano no Piauí, especialmente de cidades situadas à margem do rio Parnaíba, como Floriano, Amarante, Teresina, Luzilândia e Parnaíba – principal centro comercial do Estado na época. Tiveram, ainda, destacado crescimento urbano as cidades localizadas nas áreas de extrativismo mais intenso, tais como Campo Maior, Piracuruca, Piripiri, José de Freitas, São Miguel do Tapuio, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Valença do Piauí, todas desenvolvendo atividades de comercialização de produtos extrativos.

Araújo (1985), analisando o ciclo da carnaúba, e Queiroz (1993), estudando todo o ciclo extrativista, mostram que o extrativismo contribuiu para o povoamento de áreas piauienses e maior concentração da população urbana, trazendo a retração da produção de gêneros alimentícios, pois boa parte da mão de obra da agricultura optou por trabalhar nesse ramo. Essa redução de alimentos aumentou a necessidade de importá-los, gerando crises de escassez e encarecimento. Além disso, o fausto dos proprietários das zonas carnaubeiras, como afirma Araújo (1985) – importando não só alimentos mas também automóveis de luxo, geladeiras, móveis, louças e outros objetos de utilidade relativa –, carreavam, para áreas externas ao Piauí, capitais que, se aplicados internamente, poderiam ter tornado menos vulnerável a economia do Estado no período que se seguiu ao declínio do extrativismo, quando essa economia passou a apresentar as já mencionadas características de estagnação.

Entretanto, para Martins *et al.* (1982), a partir do final dos anos 50 ocorreram muitas modificações na economia piauiense, as quais não implicaram desenvolvimento, pois o Piauí entrara na engrenagem do processo de industrialização do país na condição de região de economia periférica, consolidando esta condição a partir do final dessa mesma década, quando o Estado passou “por inúmeras e contraditórias transformações” que não acarretaram desenvolvimento, pois determinaram, além do pequeno porte das atividades produtivas desenvolvidas, a apropriação desigual dos frutos do trabalho pelos diversos segmentos da sociedade.

A partir dos anos 60, por força do regime político vigente, estreitaram-se as relações entre o Estado e a economia. O poder

centralizado impunha suas decisões com maior facilidade a todo o tecido social brasileiro. Esse fato contribuiu para que, em regiões periféricas como o Piauí, a economia continuasse frágil e extremamente especulativa em vez de produtiva.

Desse modo, a economia piauiense inseriu-se na economia nacional através do crescimento do setor terciário em detrimento dos setores primário e secundário. Naquele setor desenvolveram-se o comércio e os serviços, atividades concentradas nos centros urbanos.

As principais cidades de todas as microrregiões – áreas cuja organização espacial apresenta especificidades em termos da produção propriamente dita e sua circulação –, foram integradas ao sistema viário estadual. A maior espacialização das estradas permitiu uma mobilização mais intensa da população em busca de bens e serviços, o que concorreu para o crescimento da urbanização no Piauí.

Observando-se a Tabela 1, pode-se identificar um crescimento expressivo da população urbana piauiense a partir de 1950. Constata-se que, em 1991, a população urbana do Piauí já era maior que a rural, representando 52,94% de sua população total, o que atesta o crescimento urbano do Estado. A contagem da população, realizada pelo IBGE em 1996, evidenciou que esse crescimento continua, uma vez que a população urbana, nesse ano, representava um percentual de 58,21%, aumentando 5,27% em apenas cinco anos.

Esse crescimento apresenta-se, no entanto, de forma desigual, já que a concentração da população urbana se localiza no norte do Estado e ocorre nas cidades que mantêm uma maior vida de relação, como pode ser observado na série de anos que compõem a Tabela 2.

A desigualdade da espacialização do processo de urbanização piauiense pode ser observada, ainda, pelos dados das Tabelas 3 e 4.

A Tabela 3 evidencia essa desigualdade estadual por regiões, a partir de 1940. Nesse ano, o Piauí possuía apenas 3 (três) cidades com população superior a 5.000 habitantes. Em 1996, no entanto, este número havia se elevado para 44. A Tabela mostra tam-

bém que a distribuição dessas cidades aconteceu de forma desigual entre o norte e o sul do Estado, contando a região norte, em todos os Censos, com maior quantidade delas. É preciso destacar que as cidades de Picos, Floriano e Oeiras (todas com mais de 5.000 habitantes – Tabela 2), estão situadas na zona de fronteira, a que se convencionou, neste trabalho, designar por regiões norte e sul do Piauí.

TABELA 3

PIAUÍ: CIDADES COM 5.000 HABITANTES E MAIS, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO REGIONAL, NO PERÍODO DE 1940 A 1996

Ano do Censo	Total	Região Norte	% sobre o total	Região Sul	% sobre o total
1940	3	2	66,67	1	33,33
1950	4	3	75,00	1	25,00
1960	7	4	57,14	3	42,86
1970	17	12	70,58	5	29,42
1980	28	18	64,29	10	37,71
1991	40	27	67,50	13	32,50
1996	44	29	65,91	15	34,09

Fonte: IBGE: – Censos Demográficos de 1940 a 1991.
– Contagem da população – 1996.

Os dados da Tabela 4 ressaltam que a predominância do norte sobre o sul no processo de urbanização estadual permanece nos dias atuais. É possível observar que, além de ser mais populosa e mais povoada que a região sul, a região norte concentra maior percentual de população urbana. Infere-se, também, pela observação dos dados dessa Tabela, o peso da presença da cidade de Teresina no norte do Estado, como fator de atração de fluxos migratórios para a mesorregião Centro-Norte Piauiense, que se apresenta com a maior população urbana mesorregional.

TABELA 4
 PIAUÍ: POPULAÇÃO SEGUNDO O DOMICÍLIO, ÁREA E
 DENSIDADE DEMOGRÁFICA, POR REGIÃO E MESORREGIÃO

Região Mesorregião Estado	POPULAÇÃO*						Área ** (Km)	Densidade demográfica *** (hab./km ²)
	Total	Urbana		Rural		%		
		Números absolutos	%	Números absolutos	%			
Região Norte	1.780.011	1.179.518	66,26	600.493	33,74	77.434,9	23,47	
Mesorregião Norte Piauiense	550.483	288.090	52,33	262.393	47,67	21.993,0	25,38	
Mesorregião Centro- Norte Piauiense	1.229.528	891.428	72,50	338.100	27,50	55.441,9	22,71	
Região Sul	893.165	376.597	42,16	516.568	57,84	174.943,7	5,12	
Mesorregião Sudeste Piauiense	449.639	170.816	37,99	278.823	62,01	46.792,8	9,64	
Mesorregião Sudoeste Piauiense	443.526	05.781	46,40	237.745	53,60	128.150,9	3,47	
Piauí	2.673.176	1.556.115	58,21	1.117.061	41,79	252.378,6	10,75	

Fonte: IBGE – *Contagem da população – 1996.

**Resolução nº 24, de 25 de julho de 1997.

***Estimativas da população residente, em 01.07.1998, no Estado do Piauí.

Fica patente, pois, que o Piauí se integrou ao processo de urbanização do país e que, ao longo desse processo, a região norte do Estado veio a se destacar pela maior concentração populacional urbana.

Nesse processo de urbanização piauiense é necessário destacar a macrocefalia da cidade de Teresina e a proliferação das cidades pequenas, que, na maioria das vezes, são criadas não pelo crescimento natural de um núcleo rural, mas pela interferência do poder político que age como fator determinante da urbanização crescente do Estado. Por sua vez, essa urbanização tem produzido grandes fluxos migratórios nos sentidos campo-cidade e cidade pequena-cidade maior, provocando o esvaziamento do campo e a periferização das áreas urbanas que não têm suporte econômico social para acolher todos os migrantes que a elas se dirigem.

Desse modo, a urbanização piauiense tem contribuído para gerar migrações intramunicipais, intermunicipais e interestaduais. O Piauí se caracteriza, atualmente, como área expulsora de fluxos migratórios, segundo estudos de Bacellar e Lima (1990). Esses autores constataram que motivos relacionados à família, a trabalho/renda e à educação têm se revelado como as principais causas tanto da expulsão quanto da atração das migrações de piauienses.

Entretanto, os autores revelam que há diferenciações entre as categorias migratórias em relação a esses motivos. Assim, “acompanhar a família” é o principal motivo de expulsão dos imigrantes e migrantes de retorno, seguido de “trabalho” e “educação”, o que revela uma migração familiar nessas categorias. Dentre os emigrantes, entretanto, o motivo de expulsão mais apontado é o relativo a “trabalho e renda”, seguido de “educação” e “família”, acusando, ainda, uma migração predominantemente individual, em que se destaca a participação dos homens solteiros.

Embora seja área expulsora de fluxos migratórios, o Piauí tem-se revelado, também, como área de atração desses fluxos.

Estudos do IBGE (1998) revelaram que houve redução nas migrações interestaduais na década de 80, apresentando-se com cer-

ta estabilidade no período de 1980-1991. Nesse último ano, 23,83% das pessoas recenseadas não eram naturais do município em que estavam residindo, sendo que a proporção desse segmento populacional nas áreas urbanas era muito superior à das áreas rurais.

O Censo Demográfico de 1991 revelou que, dessas pessoas, mais de 50% eram piauienses, o que evidencia intensa mobilidade de fluxos intermunicipais dentro do Estado.

Dos imigrantes interestaduais (brasileiros natos nascidos em outras unidades da Federação, mas residentes no Piauí), a maioria era procedente da região Nordeste (predominantemente do Maranhão e do Ceará), seguida da região Sudeste (com destaque para as pessoas procedentes de São Paulo).

Segundo o IBGE (PNAD-1997), essa situação da migração interestadual permanecia em 1997, revelando a tendência observada em 1991.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, pode-se concluir que o Piauí se integrou ao processo de urbanização do país e que, ao longo desse processo, a região norte do Estado destacou-se pela maior concentração populacional urbana, apresentando uma única cidade grande – a cidade de Teresina –, o que evidencia sua macrocefalia dentro da rede urbana do Estado.

Observou-se, também, que o processo de urbanização piauiense trouxe no seu bojo intensa mobilização de fluxos migratórios inter e intramunicipais que buscam, nas cidades, o suprimento de suas necessidades por bens e serviços inexistentes ou insuficientes em suas localidades de origem.

Outra faceta evidenciada nesse processo é a expulsão de fluxos migratórios piauienses para outras regiões do país, em busca, principalmente, de trabalho, visto que o mercado local não tem condições de absorver toda a mão de obra gerada no Estado.

Também se constatou que, mesmo sendo área de expulsão de população, o Piauí também tem revelado exercício de atração sobre populações de outras regiões brasileiras, especialmente as do Nordeste.

Finalmente, conclui-se que as migrações no Piauí apresentam causas socioeconômicas, estando imbricadas com a urbanização crescente do Estado. O processo de desenvolvimento do Piauí tem priorizado áreas urbanas, concentrando nelas o comércio, as indústrias e os melhores serviços, em que se destacam os de educação e de saúde. Esse quadro, aliado à recente modernização da agricultura piauiense – substituindo grande parte da mão de obra rural por máquinas e concentrando, mais ainda, a propriedade da terra no campo, especialmente na área dos cerrados – tem contribuído para acelerar o processo migratório, esvaziando o campo e provocando o crescimento das cidades, mesmo das pequenas, via periferização das áreas urbanas, criando a necessidade de se repensar a organização do espaço piauiense.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Luís Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. **Almanaque da Parnaíba**, 1985. p. 100-104.
- AZEVEDO, Aroldo de. (coord.). **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional, 1970, 2v, v. 2, p. 211-282.
- BACELLAR, Olavo Ivanhoé de Brito; LIMA, Gerson Portela. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1990. (Relatório de pesquisa, 12).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: ÁTICA, 1990.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-1991.

- FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem da população**, 1996.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1996.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. 35 v., v. 15.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Estimativas da população residente em 01.07.1998 no estado do Piauí**.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 1997.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 1987.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Resolução nº 24, de 25 de junho de 1997**.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico do Brasil, 1997-1991**.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Tendências demográficas – Piauí**. Rio de Janeiro, 1998.
- MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **O Piauí na economia nacional**. Carta CEPRO, Teresina, v. 8, n. 2, p. 91-145, jul./dez. 1982.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense – da pecuária ao extrativismo**. Teresina: APECH, 1993.
- SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SINGER, PAUL. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SJOBORG, Gideon. **Origem e evolução das cidades: cidades – a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 36-51.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

4

ARTIGO

FLUXOS MIGRATÓRIOS E CRESCIMENTO URBANO PIAUIENSE

OLAVO IVANHOÉ DE BRITO BACELLAR
Economista e sociólogo da Fundação CEPRO.

1 INTRODUÇÃO

O que se pretende expor aqui, em rápidas pinceladas, são algumas ideias preliminares referentes às recentes migrações internas no Piauí e, conseqüentemente, suas relações com a concentração do crescimento urbano do Estado.

As explicações que se vem obtendo através de inúmeros trabalhos encomendados, de estudos teóricos, inclusive de pesquisas empíricas, são as de que as migrações internas estão fundamentadas na suposição de que o “atraso” na agricultura tradicional é o fator principal do êxodo rural que se desloca rumo às chamadas áreas dinâmicas da economia, tais como as cidades e as recentes e crescentes expansões das fronteiras agrícolas.

Uma boa parte dos estudiosos do assunto que ora se aborda, tem, na realidade, dificuldades de caracterizar em que consiste este “atraso” e de que modo ele determina a formação de um excedente populacional.

Far-se-á necessário, do ponto de vista teórico, discutir uma implicação mais geral dos processos migratórios, e estes, conseqüentemente, em relação à ampliação do emprego das “áreas dinâmicas”.

Pelo fato de as correntes migratórias internas constituírem fator frequentemente predominante nos modelos de crescimento urbano-industrial das sociedades capitalistas,¹ a aceitação da necessidade de reformulação de uma política migratória implica o reconhecimento de diversos fatores considerados desfavoráveis para os propósitos dos planos integrados do desenvolvimento econômico e social do Estado, tais como: as formas de distribuição da terra; a concentração da produção e a divisão do trabalho; as diferenças relativas de renda “per capita” entre setores de produção; a dissolução profunda que se vem operando nas formas naturais de produção; a subsistência de um contingente incalculável de trabalhadores de-

¹ Ler interessante trabalho de BRANDT, Vinícius Caldeira. *Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina*. – (notas teóricas) Cahiers d'études brésiliennes. Paris, n. 5, 1978. p. 75-93.

sempregados; a acumulação do capital que vem atuando no setor rural e tanto outros fatores de importância capital.

O fenômeno migratório é complexo e requer uma série de análises a todos os níveis, para que se chegue à raiz do problema. Quase todas as disciplinas estão aí inseridas e é de interesse de toda a sociedade fomentar discussões acerca do problema “migração”.

Este trabalho, enquanto discussão preliminar, deverá se orientar pelas causas e consequências que se vêm verificando no processo migratório e no desenvolvimento do crescimento urbano piauiense. Dentro deste esquema, procura-se apoiar a discussão em quatro aspectos:

- a. Nas explicações referentes ao “atraso” no setor primário e suas relações;
- b. No excedente populacional e na concentração do crescimento urbano;
- c. Nas causas e consequências advindas da urbanização e algumas considerações sobre a densidade demográfica e distribuição populacional no Piauí;
- d. Nas considerações finais acerca do processo migratório e as linhas de estratégias, as prioridades que deverão ser levantadas e discutidas.

A propósito, o presente trabalho precede a pesquisa direta, enviada pela Fundação CEPRO, em torno de “as tendências migratórias da população piauiense”, que se deverá iniciar no decorrer do ano em curso.

2 EXCEDENTE POPULACIONAL² E CONCENTRAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO

O problema central do excedente populacional reside nas várias transformações pelas quais tem passado o setor primário piauiense, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

² A noção do excedente populacional, numa economia dominada pelo modo de

Consequentemente, um dos pressupostos básicos é o de que a “inchação” urbana que se vem processando no Piauí é o resultado da transformação de uma parte da população rural em população excedente, em decorrência, como já foi anteriormente dito, da penetração gradual do capitalismo, o qual se apoia em bases sólidas em função da rigidez estrutural do setor rural.³

O crescimento urbano piauiense tem suas bases, particularmente, no setor rural que expulsa a população, no próprio modelo de crescimento das atividades urbanas e nos mecanismos institucionais que atuam de forma diferenciada na metrópole e nos demais centros urbanos periféricos do Estado.

As recentes transformações nos diversos sistemas de uso de recursos agrícolas,⁴ a expansão de alguns rebanhos, pecuária esta tradicionalmente concentrada em mãos de uma minoria, e de certa forma, em detrimento da lavoura, o reflorestamento, etc. estão contribuindo, de forma concreta, a uma espetacular redução das opções de ocupação da força de trabalho rural, que proporciona grandes vantagens aos interesses da classe dominante, a qual além de ser rural, é também política e empresarial-urbana. Além disso, as verificadas tendências de modernização da agricultura, estimulada pelo sistema de crédito voltado especialmente para o latifundiário, com o apoio das multinacionais, cuja industrialização está voltada para a mecanização e modernização do setor primário e, ainda, as mudanças nas relações de trabalho que vêm ocorrendo no campo, constituem fatores igualmente importantes para o mencionado fenômeno.

É provável que essas transformações, cada vez mais acentuadas, venham provocando por conseguinte, a expulsão sistemá-

produção capitalista, supõe ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capital constante, em relação ao variável, e a dissolução das formas naturais de produção, que empurram para o mercado de trabalho a população desprovida dos meios de produção. (op.cit., BRANDT, V. Caldeira).

³ Sobre o setor primário piauiense, ler particularmente: BANDEIRA, W. Jorge. **Disponibilidade de terras no Piauí: alguns aspectos de sua rigidez estrutural.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979 e MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p. 9-152.

⁴ MELO, M. Lacerda. **Regionalização agrária do Nordeste.** Recife: SUDENE, 1978.

tica de contingentes populacionais que contribuem para o crescimento demográfico das cidades e da metrópole do Estado, de forma acelerada e descontrolada.

A “inchação” com a qual se tem deparado as cidades piauienses nos últimos anos, dissociada, na maioria delas, do crescimento econômico e longe do desenvolvimento social, provoca aumento nas taxas de desemprego e subemprego urbano, com consequentes reflexos negativos na qualidade de vida das populações urbanas.

3 CAUSAS E CUSTO SOCIAL DA URBANIZAÇÃO⁵

O crescimento econômico que se vem operando no Estado, está concentrado em uns poucos pontos do território piauiense, especialmente nas microrregiões Baixo Parnaíba Piauiense (MRH 01), Teresina (MRH 03), Floriano (MRH 06) e Baixões Agrícolas Piauienses (MRH 07) (Vide Tabelas 1, 2 e 3).

Esta concentração está provocando (e a tendência é acentuar-se) desequilíbrios espaciais de renda e emprego, que contribuem para a aceleração do processo migratório do interior para essas áreas.

Que resultados negativos podem advir do processo migratório?

- a. Uma incalculável oferta de trabalho não especializado, na sua imensa maioria, face a uma demanda urbana exigente de qualificação; em outras palavras, oferta de um grande contingente de desempregados e subempregados e uma demanda crescente de força de trabalho especializada;
- b. A marginalização dos que não encontram emprego;
- c. Aumento da injustiça social, repercutindo na qualidade da vida urbana;

⁵ Sobre urbanização e migração nordestina, ler LINS, Carlos José Caldas. **Crescimento urbano e migração no Nordeste: algumas proposições com vista ao planejamento.** Indicadores da Conjuntura Sergipana. n. 2, 1979. p. 267-286.

- d. Aumento dos índices de criminalidade e de insegurança pessoal;
- e. Imposição salarial por parte do empregador em função da forte demanda de emprego.

TABELA 1
ESTADO DO PIAUÍ
ESTIMATIVA (%) DA POPULAÇÃO POR MICRORREGIÕES 1971/1980

MICRORREGIÃO	1971	%	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%	1980
Microrregião 01	219.400	2,73	225.400	2,48	231.000	0,29	237.800	2,74	244.300	2,75	351.000	2,71	257.800	2,75	264.900	2,76	272.200	2,76	279.700
Microrregião 02	328.000	2,56	336.400	2,56	345.000	2,55	353.800	2,59	362.900	2,57	372.300	2,55	381.800	2,59	391.700	2,60	401.900	2,61	412.400
Microrregião 03	385.300	4,15	401.300	3,99	417.300	4,00	434.000	3,90	451.000	3,92	468.600	3,86	486.700	3,82	505.300	3,75	524.400	3,74	544.000
Microrregião 04	87.200	2,06	89.000	2,13	90.900	2,09	92.800	2,11	94.800	2,16	96.800	2,17	98.900	2,12	101.000	2,28	103.300	2,23	105.600
Microrregião 05	85.200	2,58	87.400	2,63	89.700	0,45	91.900	2,65	94.300	2,61	96.800	2,58	99.300	2,62	101.900	2,65	104.600	2,58	107.300
Microrregião 06	123.400	3,81	128.100	3,75	132.900	3,69	137.800	3,71	142.800	3,63	148.100	3,58	153.400	3,65	159.000	3,52	164.600	3,58	170.500
Microrregião 07	243.000	3,33	251.100	3,39	259.600	3,31	268.200	3,28	277.200	3,36	286.300	3,35	295.900	3,31	305.700	3,24	315.600	3,30	326.000
Microrregião 08	24.600	0,81	24.800	0,40	24.900	0,80	25.100	0,40	25.300	0,80	25.400	0,79	25.600	0,39	25.700	0,78	25.900	0,39	26.000
Microrregião 09	25.500	14,12	29.100	2,06	29.700	2,69	30.500	2,25	31.100	1,97	31.800	2,52	32.600	2,45	33.400	2,10	34.100	2,35	34.900
Microrregião 10	178.00	3,36	184.500	3,36	190.700	3,41	197.200	3,29	203.800	3,35	210.500	3,28	217.400	3,27	224.500	3,30	231.900	3,28	239.500
Microrregião 11	63.000	3,02	64.900	3,08	66.900	3,14	69.000	3,09	71.100	3,04	73.300	3,00	75.500	3,05	77.800	3,08	80.200	2,99	82.600

Fonte: Dados brutos: Carta CEPRO. Teresina, v. 4, n. 3, set. /dez. 1977. p. 16-18.

TABELA 2
 ESTADO DO PIAUÍ
 ESTIMATIVA (%) DA POPULAÇÃO POR MRH, 1971/1980

MICRORREGIÃO	1971	1980	%
Microrregião 01	219.400	279.700	27,48
Microrregião 02	328.00	412.400	25,73
Microrregião 03	385.300	540.000	41,19
Microrregião 04	87.200	105.600	21,10
Microrregião 05	85.200	107.300	25,94
Microrregião 06	123.400	170.500	38,17
Microrregião 07	243.000	326.000	34,16
Microrregião 08	24.600	26.000	5,69
Microrregião 09	28.500	34.900	22,46
Microrregião 10	178.500	239.500	34,17
Microrregião 11	63.000	82.600	31,11

Fonte: Dados brutos: Carta CEPRO, Teresina, v. 4, n. 3, set./dez. 1977. p. 16-18.

TABELA 3
ESTADO DO PIAUÍ
ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DE CINCO MAIS IMPORTANTES CENTROS POPULACIONAIS URBANOS
1971/1980

MICROR-REGIÃO	1971	%	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%	1980
Parnaíba MRH - 01	82.480	2,56	84.580	2,58	86.770	2,51	88.950	2,57	91.240	2,59	93.600	2,57	96.010	2,59	98.500	2,62	101.080	2,61	103.720
Picos MRH - 07	55.080	3,05	56.760	3,10	58.500	3,02	60.290	3,09	62.150	3,06	64.050	3,08	66.020	3,07	68.050	3,01	70.100	3,07	72.250
Floriano MRH - 06	32.200	4,13	39.800	4,06	41.410	4,03	43.080	3,88	44.750	3,98	46.530	3,87	48.330	3,91	50.220	3,76	52.110	3,82	54.100
Teresina MRH - 03	236.560	4,98	248.330	4,74	260.110	4,72	272.400	4,59	284.910	4,55	297.860	4,47	311.180	4,40	324.870	4,32	338.920	4,25	353.340
Oeiras MRH - 07	43.550	2,57	44.670	2,64	45.850	2,60	47.040	2,64	48.280	2,61	49.540	2,68	50.870	2,67	52.230	2,62	53.600	2,69	55.040

Fonte: Dados brutos: Carta CEPRO, Teresina, v. 4, n. 3, set./dez. 1977. p. 16-18.

As tabelas que se seguem são por demais significativas quando se tem os resultados seguintes:

TABELA 4
ESTADO DO PIAUÍ
ESTIMATIVA (%) DO AUMENTO POPULACIONAL DE
CINCO CENTROS URBANOS – 1971/1980

MRH	CIDADE	%
01	Parnaíba	25,75
03	Teresina	49,37
06	Floriano	41,55
07	Picos	31,17
07	Oeiras	26,38

Fonte: Dados brutos: FIBGE, Carta CEPRO, Teresina, v. 4, n. 3, set. /dez. 1977. p. 12-18.

Se se observar a evolução da população urbana piauiense de 1940 a 1970, verificar-se-á que o crescimento populacional é significativo, muito embora, em termos de Brasil, não seja tão relevante.

TABELA 5
ESTADO DO PIAUÍ
PIAUÍ: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA (%) 1940/1970

ANOS	%
1940	15,00
1950	16,00
1960	24,00
1970	32,00
1980	38,00*

Fonte: Dado brutos: Censo Demográfico – FIBGE.

MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979. p. 152-191.

(*) Estimativa

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DENSIDADE DEMOGRÁFICA E A DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NO PIAUÍ⁶

O Estado do Piauí possui uma área de 250.934 km², o que corresponde a 2,95% da área do Brasil. A sua população, há mais de um século, tem oscilado em torno de 2% da população brasileira. Atualmente, o Piauí possui uma população estimada em 2.306,800 habitantes.

A taxa de crescimento da população piauiense é maior que a média nacional. Sua participação, em termos nacionais, se mantém estável, isto porque esta população vem apresentando um saldo migratório negativo, se comparada com alguns estados da federação.

Embora o deslocamento dos migrantes piauienses para outros centros fora da fronteira do Estado não seja bastante acentuado e em maiores proporções em relação a alguns Estados periféricos do país, o Piauí perde grande potencial de sua mão de obra, porquanto a maior parte desse contingente migratório que se desloca de suas fronteiras já se encontra na faixa da população economicamente ativa, quando já passaria a contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico do Estado. O saldo negativo de migrações mostra, também, como o Piauí sofre as consequências da concentração das atividades dinâmicas do Centro-Sul do país.⁷

Fazendo-se um confronto entre a densidade demográfica do Estado (10 hab./km²) em relação à do Brasil (14 hab./km²), cons-

⁶ Sobre deslocamento de populações nordestinas, ler MOURA, Hélio Augusto. O balanço migratório do Nordeste no período 1950/70. Banco do Nordeste. Fortaleza, *Revista Econômica do Nordeste*. n. 10, 1979. p. 47-86.

⁷ “32,1% da população de brasileiros natos, residentes no país em 1970, estavam deslocados do seu município de origem. Por outro lado, a taxa anual de crescimento urbano, entre 1960/70, foi de 48,03%, ao passo que a de crescimento rural foi de apenas 8,13%, de que resultou que 89,1% de todo o crescimento do período ocorreu em regiões urbanas e apenas 10,9%, nas zonas rurais. Em 1970 a população urbana representava 55,98% do total, ao passo que, apenas 20 anos antes, era de 36,2%.” MADEIRA, J. Lyra. Dados estatísticos para a análise demográfica da população brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 40 (152-58): 173-93, 1979.

tata-se que não existe uma grande disparidade em termos demográficos. No entanto, quando se consideram as várias sub-regiões homogêneas do Estado, verifica-se que existe bastante desproporção na distribuição da população por regiões, pois há Microrregiões Homogêneas com densidade demográfica de 32,75 e 23,68 hab./km², enquanto há outras até com 1,67 hab./km² e 0,90 hab./km².

É de grande importância considerar-se o fator demográfico, visto que as disponibilidades verificadas no processo produtivo de determinadas regiões a outras tem-se evidenciado, muitas vezes, no comportamento das tendências migratórias no Estado. Das suas 11 Microrregiões, seis têm densidade abaixo da média, existindo, portanto, um desequilíbrio na distribuição da população. Há regiões como a do Alto Parnaíba Piauiense, que aparece como verdadeiro vazio demográfico.

Nas duas últimas décadas, a população urbana do Estado do Piauí tem apresentado um maior acréscimo no seu contingente. Atualmente, com uma população urbana em torno de 38%, segundo estimativa para 1980, poderá vir a ser, a médio prazo, um fator definitivamente determinante na vida econômica e política do Estado. Por outro lado, é alto o grau de concentração desta população: mais de 2/3 estão concentrados nos quatro maiores núcleos urbanos: Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.

A vida econômica e social do Piauí, ainda hoje, giram em torno do campo. Não só a maioria da população habita a zona rural e retira seu sustento da agricultura, como também os próprios núcleos urbanos funcionam como postos avançados da comercialização agrícola e pecuária. No entanto, essa estrutura vem-se transformando, pelo menos, nestas duas décadas. As transformações do meio rural não são frutos apenas de um processo gerado no próprio campo, mas se situam no contexto de uma diversificação urbano-rural mais ampla das atividades econômicas e sociais do Estado.

O migrante que abandona as áreas rurais e se dirige aos centros urbanos, não o faz unicamente movido por uma perspectiva de ascensão social, mas em decorrência das próprias dificuldades e dos

obstáculos que o homem do campo encontra face à sua sobrevivência. O próprio estatuto da Terra contribui para as modificações da tradicional estrutura das relações sociais no campo.

Por outro lado, o aumento e a melhoria das estradas, o aumento dos transportes, o rádio, a televisão, etc. operam no sentido de acentuar a migração, e as indústrias das “secas e das enchentes” levam o homem do campo a migrar com toda a sua prole.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Supõe-se que a fragilidade de planejamento urbano e, conseqüentemente, a solução dos problemas que atingem as populações urbanas, estão em função da falta de maiores conhecimentos sobre a problemática urbana e suas ligações com as transformações que vão ocorrendo no setor rural do Estado.

Vale, aqui, salientar que Governo Estadual demonstrou uma preocupação especial relacionada com o desenvolvimento urbano e municipal, quando da elaboração do II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí – 1980/83.

No entanto, diante da constatação de uma tendência para o aumento da concentração do crescimento urbano e das visíveis implicações negativas decorrentes desse processo, é oportuno – e aqui fica o apelo – trazer à discussão algumas hipóteses alternativas para o operacionamento do problema.

Pensa-se que o ponto de partida é saber-se se é no modelo econômico nacional, particularmente no seu segmento de política urbana, que se encontra o reflexo do êxodo rural, cujas características e conseqüências já foram abordadas.

Não estariam a política de investimentos públicos, política agrícola, política industrial, política fiscal, etc. comprometidas direta ou indiretamente com a concentração desorganizada do crescimento urbano piauiense?

Quais as linhas de estratégia, as prioridades que deverão ser tomadas a fim de se evitar, nos próximos anos, uma explosão de reivindicações diversas que se poderão alastrar por outras áreas menos agonizantes que as dos centros urbanos? Quais as consequências a nível de Estado e inclusive nacional, dessas reivindicações?

Como reduzir o fluxo migratório? Como induzir a difusão hierárquica ao processo de crescimento econômico? Como reduzir a super oferta de mão de obra na metrópole e nos principais centros urbanos piauienses? Como reduzir o crescimento do subemprego? Como aumentar o salário para que venha pelo menos a satisfazer as necessidades mínimas “per capita” do homem piauiense? Como descentralizar racionalmente as atividades econômicas do Estado e como reformular uma autêntica e profunda reforma agrária?

Pensa-se que sem uma política global de reorganização do espaço que contemple, sobretudo, estratégias para agricultura e para a indústria, a possibilidade de êxodo de uma estratégia voltada para o fluxo migratório e crescimento urbano não será jamais alcançada de forma satisfatória.

5

ARTIGO

TENSÕES SOCIAIS NA ZONA RURAL PIAUIENSE

(Anotações sobre um tema em estudo)

LÚCIA MARIA SAID ADAD

Economista e pesquisadora da Fundação CEPRO.

MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA LIMA

Economista e pesquisadora da Fundação CEPRO.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é levantar algumas questões acerca de um tema que está sendo estudado nesta Fundação: a ocorrência de tensões sociais na zona rural do Estado.

A partir da constatação da existência e mesmo do crescimento desses conflitos, a ideia é melhor localizá-los geograficamente, detectar suas causas primeiras, as formas pelas quais se manifestam, o envolvimento de organismos da sociedade civil e o comportamento do aparelho estatal, seja através da justiça, da polícia ou dos órgãos federais e estaduais envolvidos com o problema da terra.

Nestas páginas, são apresentados alguns passos dados no estudo das questões acima referidas.

Como é sabido, a economia brasileira vem sofrendo profundas transformações nas últimas décadas.

No campo, estas transformações apontam no sentido da chamada “modernização conservadora”, que consistiria basicamente na introdução de técnicas de produção mais modernas, insumos industriais, trabalho assalariado e, naturalmente, o lucro capitalista. Tudo isto com a manutenção ou mesmo a ampliação da grande propriedade.

Essas mudanças atingem profundamente a vida dos componentes da sociedade rural. Pequenos produtores (proprietários, posseiros, arrendatários) tornam-se assalariados no campo ou nas cidades para as quais emigram em grandes contingentes. Por outro lado, o capital financeiro ocupa um papel cada vez mais importante na produção e de amplas consequências no meio rural, enquanto os mecanismos de poder local tendem a se transformar.¹

Mudanças desse nível nem sempre ocorrem pacificamente. As resistências que a elas se opõem, embora guardando, no geral, o

¹ AMIM, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

mesmo caráter, variam em forma e intensidade de região para região,² conforme a estrutura agrária com que se deparam.

Além disso, o desenvolvimento da empresa capitalista agrícola confere um novo caráter à luta pela apropriação do sobretabalho no campo, ampliando o conflito entre o capital e o trabalho.

Partindo-se da evidência, anteriormente demonstrada por diversos autores, de que essas transformações encontram-se na base de grande parte dos conflitos que vêm ocorrendo em todo o país, procurar-se-á, através desta pesquisa, verificar em que medida isso vem acontecendo no Piauí.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE E AS ORIGENS DOS CONFLITOS

Uma análise atual da estrutura agrária do Estado mostra a permanência de características básicas da agropecuária tradicional. Assim, nota-se que a estrutura fundiária e a distribuição da renda no campo continuam com elevado grau de concentração.³ A proporção de assalariados, particularmente de assalariados puros, permanece muito pequena. A orientação da atividade econômica continua a mesma, ou seja, o latifúndio dedica-se à pecuária e à extração vegetal, enquanto o minifúndio dedica-se à produção de alimentos. Os níveis de produtividade e de utilização das terras do latifúndio permanecem baixíssimos.

Entretanto, através de melhor exame da realidade, percebe-se que algumas mudanças de grande importância vêm ocorrendo, isto é, as transformações econômicas observadas no país, de uma forma ou de outra, vêm-se processando no Estado.

² MARTINS, José de Sousa. Expropriação e violência. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. Os movimentos camponeses e as lutas camponesas. *In: Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

³ O índice de Gini, calculado com base nos dados da Fundação IBGE, mostra que a concentração da terra vem aumentando nos últimos anos. Índice de Gini: 1960 = 0,7835; 1970 = 0,8573; 1975 = 0,8665; 1980 = 0,8652. Fonte: Projeto Nordeste, GT-II, SGTI-Ação Fundiária, Relatório 1, Fortaleza, mar./83.

Em primeiro lugar, verifica-se que, nos últimos anos, cresce no Piauí um novo tipo de latifúndio: a empresa capitalista.

Esses latifúndios englobam imensos domínios de terras e estão surgindo com os incentivos dos Governos Federal e Estadual, por meio de financiamento de projetos pelo FINOR, PROALCOOL e IBDF e/ou cessão de terras do Estado a preços simbólicos. Isto indica que o aumento da concentração da terra e a elevação da área média dos estabelecimentos de mais de 1.000ha, na década de 1970, estão ligados a este processo. Assim é que a área média dos estabelecimentos de mais de 1.000ha passou de 2.566,0ha, em 1960, para 3.724,5ha, em 1980. Confirma esta ideia a constatação de que a área média dos latifúndios, nos municípios de maior incidência desses projetos, é, em geral, maior que a média estadual. É o caso de Canto do Buriti, que possui 14 dos 67 projetos agropecuários financiados pelo FINOR, onde a área média dos estabelecimentos de mais de 1.000ha é de aproximadamente 10.000ha; em Pio IX, esta média situa-se em torno de 8.952,1ha, enquanto que, em Aroazes, um só estabelecimento ocupa 92,0% do total da área. Paralelamente, nota-se que, nestes municípios, a área média dos estabelecimentos de menos de 10ha situa-se ligeiramente abaixo da média estadual, sendo que, em José de Freitas, a média neste estrato é inferior a 1ha.⁴

Independentemente da discutida utilização desses latifúndios para os fins aos quais se propuseram,⁵ o fato é que os projetos modificam sensivelmente o panorama social das áreas em que surgem. Normalmente, são projetos que utilizam pouca mão de obra, expulsando, desta maneira, grande parte do contingente populacional que vive na área e que por acaso exceda as suas necessidades. Por outro lado, ao substituírem o latifúndio tradicional, além de expulsarem os moradores, transformam as relações de trabalho e modificam as formas de poder local, sobretudo quando sua formação não se dá através da grilagem e da expulsão violenta de antigos posseiros, como vem ocorrendo em Pio IX.

⁴ Dados dos Censos Agropecuários do Piauí, da Fundação IBGE.

⁵ É sabido que a maioria destes projetos não estão sendo executados, tendo ocorrido apenas a apropriação da terra como reserva de valor e a utilização das parcelas liberadas pela SUDENE para outros fins.

Em segundo lugar, nota-se que a crise secular porque vem passando a agricultura tradicional é particularmente grave no Piauí.

No caso da pequena produção, esta crise assume proporções catastróficas em função das adversidades climáticas, para uma população que vive próxima da pobreza absoluta. As pequenas unidades ditas de subsistência, por diversas razões, estão levando a mercado uma parcela cada vez maior da produção, que as faria reproduzir enquanto força de trabalho. Cresce a proporção daqueles que procuram o assalariamento, assim como o êxodo para as cidades, última alternativa do pequeno produtor, apesar dos Programas Oficiais (principalmente os de Emergência), que, dentre outros objetivos, visam manter a mão de obra no campo.

Nota-se que, malgrado as condições de produção destas unidades terem sido agravadas, elas se multiplicam rapidamente nas últimas décadas. Em 1960, o estrato de menos de 10ha continha 43,8% do total dos estabelecimentos do Estado, subindo esta proporção, em 1980, para 78,0%. Neste período, houve uma queda relativa da área ocupada por este estrato e uma conseqüente diminuição da área média dos estabelecimentos, passando de 2,7ha para 2,1ha,⁶ aproximadamente. Ressalte-se, por outro lado, que são estes estabelecimentos os absorvedores da maioria da população rural. Assim, em 1960, 32,5% da população ocupada encontrava-se neste estrato de área, tendo este percentual aumentado para 62,6% em 1975. Comparando-se a área e a população ocupada no estrato, percebe-se que a já escassa área disponível – 0,9ha –, em 1960, caiu para 0,8ha em 1975. Considerando-se que uma grande parcela destes produtores não são proprietários – o que os obriga a pagar uma renda pela utilização da terra –, este quadro assume gravidade ainda maior.

A crise do latifúndio tradicional no Estado vem se aprofundando há muitas décadas. Isto pode ser observado mediante a evolução da produção pecuária e extrativista, atividades típicas destas unidades.⁷

⁶ Saliente-se que, em 1950, a área média destes estabelecimentos era de 4,6ha.

⁷ BANDEIRA, Wiliam Jorge *et al.* *A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico social do Piauí*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983. (Estudos Diversos, 21).

A manutenção destes latifúndios é, entretanto, assegurada através de diferentes mecanismos já assinalados inclusive em trabalhos publicados pela Fundação CEPRO, não cabendo aqui repeti-los.⁸ Vale lembrar, porém, que todos eles estão intimamente ligados à pequena produção, agindo sobre a mesma e influenciando em sua formação, multiplicação, crescente pauperização e até mesmo no seu desaparecimento em algumas áreas. A utilização dos recursos do Programa de Emergência no fortalecimento das grandes propriedades, por exemplo, eleva seu poder e seu domínio sobre a pequena produção. Da mesma forma, a entrega de novas áreas a novos rendeiros, com a finalidade de aumentar o volume da renda arrecadada, multiplica o número de pequenos produtores. A elevação da taxa cobrada pelo uso da terra, por outro lado, diminui as possibilidades de manutenção da família na terra, estimulando a emigração e também a luta pela apropriação do “sobretabalho”,⁹ como se pode constatar na região de Picos e no norte do Estado.

O aguçamento desta crise revela também, de forma mais clara, para os produtores sem-terra ou com pouca terra, a contradição entre latifúndio e minifúndio. Em consequência disso, a proposta da reforma agrária assume importância como reivindicação mais geral destas classes sociais. É o que se constata nos últimos anos, no Piauí, tanto através de pesquisa direta quanto pelo exame de documentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais do Estado.

3 LOCALIZAÇÃO DOS CONFLITOS NO PIAUÍ

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT – apontam as principais áreas de conflitos e suas causas primeiras:

⁸ MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979; BANDEIRA, Wiliam Jorge. **Disponibilidade de terras no Piauí: alguns aspectos de sua rigidez estrutural.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979. (Estudos Diversos, 11); DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense.** Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

⁹ A colocação de aspas deve-se ao fato de que muitas vezes o que está em jogo não é o sobretabalho, mas a parcela necessária para reprodução da força de trabalho.

- Pio IX – envolvendo Pimenteiras e Parambu – Área de litígio entre os Estados do Piauí e Ceará, nesta região, tradicionalmente pecuarista, predominam os grandes proprietários. Há, todavia, entre os três municípios, cerca de 250.000ha de terras devolutas, nas quais, no decorrer do tempo, instalaram-se inúmeros posseiros que praticam a agricultura, ocorrendo justamente nesta área os mais graves conflitos pela posse da terra no Estado.

Nos últimos anos, a valorização da terra e o aumento da especulação provocaram o surgimento de alguns particulares, nomeando-se donos destas terras. Um deles, o Sr. Odilo Arraes, vendeu-as para empresas cearenses, que estão substituindo as culturas tradicionais (feijão, milho, mandioca, etc.) por culturas mais comerciais, como o caju, a laranja, etc., e tentando expulsar 500 famílias de posseiros. Vale frisar que, em 1982, 21 famílias de posseiros foram expulsas desta área.

- Arozés – abrangendo também parte de São Miguel do Tapuio, São Félix e Pimenteiras – Aí a empresa Serra Negra Agropecuária S.A. do Grupo Cearense Edson Queiroz, subsidiada pelo FINOR, ocupa uma área de 180.000ha e emprega 250 famílias. Segundo informações da FETAG e CPT, o salário pago é inferior ao mínimo e a grande maioria dos trabalhadores não têm carteira assinada. A luta na área é no sentido da obtenção destes direitos, sendo, portanto, de natureza trabalhista.

Convém salientar que, por ocasião da instalação da empresa, aqueles que não aceitaram o novo regime de trabalho foram expulsos sem nenhuma indenização. A reação à expulsão resultou na prisão de alguns trabalhadores.

- União e parte do município de Teresina e José de Freitas¹⁰ – Em 1979, aos ser instalada a empresa de produção de álcool – Companhia Agroindustrial Vale do Parnaíba – CONVAP (subsidiada pelo PROALCOOL) –, foram expulsas da região cerca de 60 famílias de antigos mo-

¹⁰ Municípios já visitados pela equipe de pesquisadores da CEPRO.

radores da localidade. Não há indicação de resistência por esta época, e as famílias que não aceitaram o novo regime de trabalho emigraram.

Recentemente, necessitando expandir sua área plantada, a empresa adquiriu mais 2.900ha contíguos, na localidade Melancias, onde viviam 198 famílias de moradores. Sendo as terras de boa qualidade e a maioria das famílias lá vivendo há muitos anos (algumas há 15, 20 e até 40 anos), a área era bem cultivada. Além das plantas temporárias (que, em alguns casos, eram irrigadas através de mangueiras), havia fruteiras em todos os quintais e alguns moradores as possuíam em maior quantidade para a comercialização. A vida dos moradores era ainda facilitada pela existência do coco babaçu.

Ao adquirir a área, a empresa iniciou o despejo dos moradores, destruindo as plantações (salvando apenas poucos produtos que estavam para ser colhidos), soterrando poços e derrubando o babaçal. Houve reação por parte dos moradores, que, auxiliados pelo Sindicato e pela FETAG, conseguiram barganhar uma indenização. A maioria preferiu deixar o local a tornar-se assalariada da cana-de-açúcar.

- Oeiras – Neste município, havia e certamente ainda há milhares de hectares de terras do Estado: as famosas Fazendas Estaduais. Nestas áreas, no decorrer dos anos, estabeleceram-se muitos posseiros e, hoje, com a valorização das terras, começam a aparecer supostos “donos” e, conseqüentemente, problemas. Esta situação é favorecida pelo fato de o Estado não ter um conhecimento exato da extensão de suas terras e também porque a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí – COMDEPI –, órgão estadual responsável por estas terras, transferiu, nos últimos anos, extensas áreas para grandes proprietários.

Esse tipo de questão também vem ocorrendo na localidade de Malhada Grande, onde 50 famílias estão sendo ameaçadas de expulsão por um deputado. Existem ainda, no mesmo município, uma outra questão envolvendo 14 famílias e a Prefeitura. Por oca-

sião das eleições, foram distribuídas cartas de anuência a alguns trabalhadores para empréstimos junto aos bancos. Surgiram depois problemas, pois estes se achavam com direito sobre as terras, havendo, inclusive, atrito entre os trabalhadores que reclamavam pelo mesmo “pedaço de terra”.

- Esperantina, Barras, Porto e Campo Maior – Nesta área, os moradores lutam pelo direito sobre o coco babaçu. De acordo com o regime a que estão submetidos, são obrigados a vender o coco para os proprietários dos babaçuais a um preço bem menor que o preço de mercado. Ademais, devido ao recente interesse dos proprietários pela exportação da casca do coco, os moradores estão proibidos de utilizá-las para fazer carvão. Esta atividade, além de oferecer aos trabalhadores rurais sem terra uma renda extra, tinha como objetivo primeiro a utilização do carvão por suas próprias famílias. A necessária substituição do carvão pela madeira cria, naturalmente, dificuldades adicionais à sobrevivência destas famílias de trabalhadores sem terra.
- Redenção do Gurgueia – Região produtiva, situa-se às margens do rio Gurgueia. Um proprietário de nome Abigail Guerra Lemos diz possuir 12.000ha, quando, segundo a FETAG, sua área é de apenas 2.100ha, ficando ameaçadas de expulsão cerca de 9 famílias, na localidade Data Estiva. De acordo com essa entidade, o interesse do referido trabalhador seria vender essas terras para a instalação de empresas agropecuárias.

Notícias em jornais locais afirmam que o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI – desconhece a grilagem no sul do Estado.

Existem, ainda, conflitos em vários outros municípios, como é o caso de Picos, por problemas com a renda da terra; Parnaaguá, por problemas de grilagem e, mais recentemente, Altos, na localidade Quilombo, envolvendo o ex-prefeito da cidade, que tenta expulsar 40 famílias; em Teresina, na localidade Salobre, onde a proprietária tenta expulsar famílias, já tendo ocorrido queima de casas.

4 INTERVENÇÃO DO ESTADO

Não se dispõe de muitos dados sobre a intervenção do Estado nas áreas de conflitos. Os órgãos a serem analisados (justiça, polícia, e organismos ligados diretamente ao problema da terra) têm campo de ação e possibilidades de agir bastante diverso, embora sejam complementares. Aquele que se faz mais presente é o Corpo Policial. Já o INCRA e o INTERPI, por exemplo, só reconhecem a existência de zonas de conflito quando ocorrem mortes nas áreas. Dessa maneira, no Piauí, a única área por eles reconhecida é a de Pimenteiras. Essa posição pode implicar, naturalmente, omissão em grande parte dos casos.

O aparelho judicial é pouco utilizado pelos trabalhadores rurais em virtude do escasso conhecimento que estes têm acerca da justiça, ou mesmo pela dificuldade que enfrentam em levar avante um processo judicial. Os próprios sindicatos dos trabalhadores rurais, quando acionado, tentam, num primeiro momento, resolver os problemas através de acordos entre as partes envolvidas. Somente quando veem esgotada essa possibilidade é que encaminham o caso à justiça.

No interior do Estado, o aparelho judicial é bastante sobrecarregado, pois sabe-se ser reduzido o número de juízes para resolver as mais variadas dificuldades. Também é mínima a disponibilidade de advogados que se propõem defender os trabalhadores rurais, talvez pelo fato de ser esta uma questão bastante delicada.

Conforme dados fornecido pela FETAG-PI, em seu relatório anual de atividades, no ano de 1981, 70 ações foram ajuizadas e, destas, 15 já foram resolvidas. Os tipos de ações ajuizadas são dos mais diversos: 06 possessórias, 02 de usucapião, 07 de indenização, 01 de dano, 03 de queixa-crime, 01 de lesão corporal, etc.

Em 1982, na área cível, registraram-se 171 dos mais variados tipos de ação: possessórias, reivindicatórias, de indenização e outras. Por outro lado, nesse mesmo ano foram atendidos 27 trabalhadores através de 10 ações criminais.

Esses números ganham importância considerando-se que resultam do trabalho de apenas 01 advogado. Quantas ações processuais poderão estar se desenvolvendo nos locais mais distantes da capital sem que se tome conhecimento? Quantas poderão estar ocorrendo sob outras formas e com alguma ligação aos problemas de terra (lesão corporal, homicídio, etc.)? E quantas ainda não chegam a se constituir em processo judicial? A dimensão dessas questões será levantada na pesquisa de campo.

Ao contrário do que acontece com a justiça, o aparelho policial se faz quase sempre presente nos conflitos rurais. Segundo denúncias feitas pelos sindicatos e CPT, este, na maioria das vezes, vem garantindo a expulsão dos moradores e levando pânico à população camponesa:

A polícia de Pio IX (PI) vem apoiando os grileiros, prendendo posseiros e com ordem de prisão preventiva de membros do diretório do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parambu. Notícias da serra falam em casas de posseiros queimadas, pai de família amarrado à força, móveis quebrados (potes, tamboretas, máquinas de costura), roupa dos pobres rasgadas e até retrato do Santo Padre João Paulo II, rasgado e pisado no chão.¹¹

No município de Pimenteiras, na noite do dia 27 para 28 do mês de novembro deste ano, aconteceu um ato estúpido de agressão contra o posseiro NICOLAU FERREIRA DA SILVA. A agressão foi feita pelo grileiro JOSÉ IVANEIDE TEIXEIRA NORONHA, que, acompanhado de dois homens, deu dois tiros de arma frente a construção da casa do posseiro; em seguida derrubaram todas as paredes da referida construção e ainda foram ao local onde o posseiro faz os adobes e quebraram quase todos os tijolos que já estavam prontos. Foi feita a denúncia do ocorrido à Delegacia de Polícia do local, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pimenteiras. A polícia fez a verificação no local da ocorrência, mas não tomou nenhuma atitude com referência a punir o agressor, nem sequer apreendeu a arma que o grileiro usou. Pelo contrário, o delegado ainda aconselhou o grileiro a entrar com ação na justiça porque o Sindicato iria entrar a favor dos posseiros.¹²

¹¹ OS POSSEIROS DA SERRA. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório de conflitos na região do Piauí**. Crateús, 1981.

¹² JORNAL DO LAVRADOR. Teresina, nov./dez, 1982.

Os órgãos federais estaduais envolvidos com questões de terra têm se mostrado pouco atuantes no que diz respeito à resolução dos problemas entre proprietários e trabalhadores rurais.

Um caso dessa natureza pôde ser comprovado recentemente na localidade de Melancias, em União, já mencionado no desenvolvimento deste artigo.

A antiga proprietária propôs ao Projeto Vale do Parnaíba a venda daquelas terras a 09 de dezembro de 1982. Seguindo os trâmites de praxe, o Projeto enviou uma equipe para fazer a avaliação técnica das terras e a contraproposta à proprietária, caso se confirmasse o interesse pela aquisição da área. Neste caso específico, o interesse foi confirmado. Entretanto, uma grande morosidade fez com que as terras fossem vendidas para outro comprador. A propósito, a primeira correspondência expedida comunicando o resultado da avaliação e a contraproposta para efetivação da compra deu-se a 17 de maio do ano seguinte. Transcorreram, portanto, 05 meses entre a proposta de venda e esta correspondência, enquanto, normalmente, segundo informações de técnicos do referido Projeto, o período que vai desde a entrada da proposta de venda de uma terra até o resultado da avaliação final é de aproximadamente 60 a 90 dias.

A razão da referida morosidade não foi claramente explicada e a alegação de dificuldades de comunicação com a proprietária¹³ não pode ser vista a não ser como descaso do problema, sobretudo se se tem em conta que as terras foram consideradas de boa qualidade e a área, potencialmente conflituosa.

No momento do despejo das famílias, houve a intervenção do Sindicato de União, da FETAG e da Secretaria de Segurança. Foi negociada com a empresa uma indenização para as famílias, e com o INCRA, a aquisição de terras no município de Campo Maior, para assentamento daqueles que lá desejassem se instalar.

Ressalta-se que a maioria dos moradores não manifestou interesse em se instalar nessa área, preferindo permanecer na periferia das cidades.

¹³ Foi a justificativa dada à equipe de pesquisadores da CEPRO.

Assim, caberiam algumas indagações quanto à eficiência dos órgãos responsáveis pelos problemas de terra aí envolvido:

— Por que o Projeto Vale do Parnaíba foi extraordinariamente moroso?

— Considerada a melhor área oferecida ao Projeto na região, apropriada, pois, para agricultura, às margens do rio Parnaíba e próxima a Teresina, a localidade Melancias seria constituída de terras particularmente favoráveis para se alcançar o objetivo do Projeto Vale do Parnaíba (e seus assemelhados no país), que é a formação de uma “classe média” de pequenos agricultores. Por que, então, não se trabalhou concretamente no sentido de adquirir estas terras?

— Por que não houve sensibilidade para perceber que aquela área era potencialmente conflituosa e, portanto, de interesse adicional para o Projeto?

— Por que os órgãos oficiais sequer cogitaram fazer valer o direito dos moradores, dando-lhes preferência no caso de venda das terras que ocupam?

— Sabe-se que o INCRA poderia utilizar um dispositivo do Estatuto da Terra, considerar a área como de interesse social e desapropriá-la; por que, então, não o fez?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar, no decorrer dos estudos realizados até o momento, que:

– As tensões sociais na zona rural piauiense, ainda que não sejam um fenômeno novo, têm se multiplicado e tomado diversas formas;

– No Piauí, essas tensões não têm se configurado em grandes lutas armadas, embora haja tendências de se acirrarem gradativamente;

– Tal como acontece no restante do país, a grande monopolização da terra e as mudanças nas relações de trabalho ocorridas nos últimos anos, no Piauí, com a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais – provocando uma diminuição na possibilidade de a pequena agricultura se desenvolver –, têm se constituído em algumas das principais causas da existência de conflitos no Estado.

Entretanto, essas questões devem ser aprofundadas para que melhor se estabeleçam as suas dimensões e relações concretas com o processo de transformação econômica que vem se efetuando no Estado.



Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN

GOVERNO DO
ESTADO DO PIAUÍ